



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS CIVILIZATÓRIOS: EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E
PLURALIDADE CULTURAL

LUANA VANESSA COSTA SOARES

LIÇÕES PARA ORDENAR SALVADOR: PRÁTICAS DE CURA DE DONA ANÁLIA
NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS EM 1940

Salvador
Agosto/2021

LUANA VANESSA COSTA SOARES

**LIÇÕES PARA ORDENAR SALVADOR: PRÁTICAS DE CURA DE DONA ANÁLIA
NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS EM 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Linha de Pesquisa I, – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, Departamento de Educação, Campus I da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Gilmaro Moreira Brito

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S676

Soares, Luana Vanessa Costa

Lições para ordenar Salvador: práticas de cura de Dona Analia nas páginas do Diário de Notícias em 1940 / Luana Vanessa Costa Soares. - Salvador, 2021.

122 fls.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilmaro Moreira Brito.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2021.

1.Educação - Ordenamento. 2.Cura - Práticas populares.
3.Imprensa.

CDD: 907

FOLHA DE APROVAÇÃO

LIÇÕES PARA ORDENAR SALVADOR: PRÁTICAS DE CURA DE DONA ANÁLIA NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS EM 1940

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade em 16 de Agosto de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilmaro Moreira Brito
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em História Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil

Prof^ª. Dr^ª. Sueli Ribeiro Mota Souza
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia, UFBA-BA, Brasil

Prof^ª. Dr^ª. Christiane Maria Cruz de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Doutorado em História das Ciências
Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ-RJ, Brasil

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Batista
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em História
Universidade Federal da Bahia, UFBA-BA, Brasil

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a ancestralidade presente na força de figuras como Dona Analia. Aos Orixás, Inquices e voduns e as energias de companheirismo, amor e diálogos que estiveram presentes na construção dessa dissertação.

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, na figura de professores, secretária acadêmica, zeladores, seguranças, serviços gerais e outros, pela acolhida desta pesquisa nesta renomada instituição.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Gilmario Moreira Brito, pela condução atenta e firme desse trabalho, pelas ligações e reuniões que, infelizmente, tiveram que ser realizadas de modo *online*, por conta da pandemia do Covid-19. Agradeço também aos membros da banca examinadora: a Prof^a. Dr^a. Sueli Ribeiro Mota Souza, a Prof^a. Dr^a. Christiane Maria Cruz de Souza e o Prof. Dr. Ricardo dos Santos Batista.

Agradeço a Prof. Dr^a Vilma Maria do Nascimento, por ser inspiração teórica e metodológica para este trabalho. Por ter sido uma escuta acolhedora nas longas conversas que tive com a mesma sobre Dona Analia, ainda no período da graduação.

Agradeço aos colegas e contemporâneos da linha 1 – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural –, e ao GEHCEL, Grupo de Estudos, Educação, História, Cultura e Linguagens, pela companhia agradável e produtiva durante o percurso deste mestrado.

Agradeço às instituições por onde transitei diversas vezes, durante o processo desta pesquisa: o Arquivo Público do Estado da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico e o Arquivo de Periódicos Raros. Agradeço, especialmente, aos funcionários que facilitaram o acesso a documentos guardados durante anos e nos quais se localizam evidências que, problematizadas, permitiram refletir sobre as disputas por modos de tratamento médico e práticas de cura exercidas pela médium Dona Analia.

Agradeço ao meu pai, a minha mãe (*in memoriam*), aos meus irmãos e as minhas irmãs, as/os de sangue, as/os de luta social, as/os de fé, as/os de cor, as/os de raça e as de gênero: eu sou porque vocês são – UBUNTU.

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os motivos que levaram o jornal Diário de Notícias a visibilizar e desqualificar as práticas de cura ministradas pela médium Analia Ferreira dos Santos, apelidada como “Dona Analia”, moradora do bairro da Fazenda Garcia, Salvador, Bahia, entre os meses de março e abril de 1940. No curso da investigação, inquiriram-se quais as relações entre a grande visibilidade conferida à médium, em discursos que tentavam folclorizar e desqualificar as suas práticas de cura, e as pretensões do referido periódico em apoiar um processo de ordenamento da sociedade soteropolitana, de modo a adequá-la aos padrões de desenvolvimento desejados pelas classes dominantes da Bahia em 1940. Tal ordenamento se desenvolveu por diversas estratégias, entre elas ações nas áreas da educação e da saúde com a finalidade de apontar referências que julgava necessárias para educar o cotidiano das classes populares e com o propósito de promover a supressão de elementos e manifestações culturais que se consideravam indesejadas para o contexto local. Entre essas práticas, se incluíam as relacionadas ao espectro da cura, como as efetuadas por Dona Analia e adotadas por seus consulentes.

Palavras-chave: Educação, Ordenamento, Cura, Práticas Populares, Imprensa

ABSTRACT:

This research aims to understand the reasons that led the newspaper Diário de Notícias to visualize and disqualify the healing practices taught by the medium Analia Ferreira dos Santos, nicknamed "Dona Analia", a resident of the neighborhood of Fazenda Garcia, Salvador, Bahia, between march and april 1940. In the course of the investigation, the relations between the great visibility conferred on the medium were asked, in discourses that tried to folklore and disqualify their healing practices, and the claims of this journal to support a process of ordering the soteropolitan society, in order to adapt it to the development standards desired by the ruling classes of Bahia in 1940. This order was developed by several strategies, including actions in the areas of education and health with the purpose of pointing out references that he considered necessary to educate the daily life of the popular classes and with the purpose of promote the suppression of elements and cultural manifestations that were considered unwanted for the local context. These practices included those related to the cure spectrum, such as those performed by Dona Analia and adopted by her consultants.

Keywords: Education, Ordering, Healing, Popular Practices, Press

SIGLAS E ABREVIATURAS:

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

MESP: Ministério da Educação e Saúde Pública

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

IAP-Instituto de Assistência e Pensões

CDS- Centros de Saúde

CHESF-Companhia Hidroelétrica do São Francisco

FGV-Fundação Getúlio Vargas

FOTOGRAFIAS E OUTRAS ICONOGRAFIAS

Figura 01 - Dona Analia ao centro em entrevista com “o repórter”

Figura 02 - Evolução Urbana de Salvador

Figura 03- Assentamento da pedra inaugural da Escola Agrônômica da Bahia-1940

Figura 04-Ônibus da Empresa Duran com destino a Fazenda Garcia

Figura 05-Mãe Menininha (quarta da esquerda para direita)

Figura 06-Casa Verde

Figura 07- Landulfo Alves (ao centro)

Figura 08-Retrato de Isaías Alves

Figura 09- Curso de Férias para o Professorado

Figura 10-Carta de Abilio Coutinho ao Diário de Notícias

Figura 11-Retrato de Waldemar Pedro Nolasco

Figura 12: Raulina Reis em destaque

Figura 13-Guiomar Marcia de Sá

TABELAS:

Tabela 01- População de Fato, por Sexo e Instrução, Pessoas de 5 anos ou mais, segundo os municípios (excerto Salvador)

Tabela 02- Pessoas de 10 anos ou mais que possuem curso completo/diploma

Tabela 03- Frequência Escolar dos Grupos Raciais na Bahia (01)

Tabela 04- Frequência Escolar dos Grupos Raciais na Bahia

Tabela 05- População de Fato, por Sexo e Cor, segundo os municípios (Salvador)

Tabela 06- Religião-(excerto Salvador)

SUMÁRIO

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

1.1 POR UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: MICRO-HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.

PARTE 2 - DONA ANALIA EM SALVADOR NO CONTEXTO DE 1940

2.1 - DONA ANALIA, LETRAMENTO E CONDIÇÕES DE ACESSO À HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO EM SALVADOR NO PERÍODO

2.2- EDUCAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES RACIAIS EM SALVADOR 1940

2.3 DONA ANALIA, O ETHOS ESPÍRITA E OUTRAS CRENÇAS DA CIDADE EM DADOS E NARRATIVAS DE 1940

2.4 – LIÇÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS PARA A FAZENDA GARCIA DE DONA ANALIA

2.5-ESPAÇOS SAGRADOS DA FAZENDA GARCIA DE DONA ANALIA

PARTE 3– “SANEAR E EDUCAR A CIDADE”: NORMAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA ORDENAR SALVADOR EM 1940

3.1-A INTERVENTORIA DE LANDULFO ALVES-ESTADO NOVO E SAÚDE

3.2-CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA EM SALVADOR- 1940

3.4-DISCURSOS DE ISAIAS ALVES: EDUCAR A BAHIA

3.4- EDUCAR A BAHIA: CONCEPÇÕES DE ISAIAS ALVES

PARTE 4- ORDENAR A EDUCAÇÃO, CRIMINALIZAR SABERES E CURAS DE DONA ANALIA: LIÇÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

4.1- DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA BAHIA NA IMPRENSA DE 1940

4.2- SABERES, MAGIAS E CURAS DE DONA ANALIA EM NARRATIVAS DE PACIENTES PUBLICADAS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS.

4.3-CRIMINALIZAÇÃO DE SABERES POPULARES EM CURA

5.0- CONSIDERAÇÕES FINAIS

PARTE I - INTRODUÇÃO

Por que o Diário de Notícias deu visibilidade e combateu as práticas de cura realizadas pela médium Analia Ferreira dos Santos, na Salvador de 1940? Quais eram as tensões e relações existentes entre a construção de um sistema de Educação e Saúde Pública, os processos de ordenamento construídos em espaços urbanos e os saberes/crenças constitutivos de tradições religioso-curativas presentes no cotidiano de Salvador? Para refletir sobre estas questões, esta pesquisa lançou olhar sobre notícias emitidas pela imprensa baiana, sobre documentos institucionais e sobre dados do contexto da cidade de Salvador em 1940, observando, durante esse trajeto, os caminhos que a Educação e a Saúde – áreas organizadas pela burocracia do Estado em uma única instituição, a saber: a Secretaria de Educação e Saúde – trilharam no período em questão.

Apresenta-se, a partir de evidências fragmentárias, um panorama sobre a trajetória de vida de Dona Analia dentro do referido contexto histórico, sinalizando desde já que esta personagem é o fio condutor desta pesquisa. Dona Analia, assim apelidada pelo referido jornal, ocupou as reportagens do jornal Diário de Notícias, o qual, durante os meses de março e abril de 1940, se destinou a narrar as práticas de cura desenvolvidas pela curadora através de manchetes que veiculavam os seus ditos “milagres” pela cidade. A narrativa do jornal oferece poucas informações sobre quem é Dona Analia. Depois de filtrar informações pontuais, foi possível identificar apenas que era casada com Calixto Ferreira, do qual adquiriu o sobrenome, que morava na Fazenda Garcia, bairro de Salvador, na casa de número 20, e que, segundo o periódico, atribuía as curas que realizava ao auxílio e interferência dos seus guias espirituais.

A escassez de fontes sobre Dona Analia, os detalhes de sua vida privada, da sua origem e profissão e outros elementos, como parentesco, expressam um processo de silêncio das fontes produzidas pela cultura letrada acerca das mulheres. De uma forma geral, a história mulheres acaba sendo conhecida pelo discurso de outros; esses, em sua maioria, são homens, letrados, pertencentes a estruturas de poder e que carregam em seus discursos inúmeros estereótipos acerca desse segmento. Ao refletir sobre o motivo de ocorrer uma escassez de materiais que tratem sobre a vida e a história das mulheres, Perrot (2016) aponta como razão para isso

o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso a escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. (...). Afinal, elas são mulheres, cuja vida não conta muito (PERROT, 2016, p. 17).

O silêncio e a invisibilização das mulheres, para Perrot (2016, p. 17), é a “garantia de uma cidade tranquila”. Em consonância com essa afirmação, Dona Analia parece ter representado uma quebra na suposta “tranquilidade da cidade”, visto que mobilizou um contingente social tamanho, que a buscava por seus feitos. Além disso, atraiu a atenção de um jornal de grande importância política para o contexto político do período, o qual se dispôs a noticiar as suas práticas de cura, fazendo com que a médium tivesse certa visibilidade pública.

O fato de Dona Analia ter atraído tamanha visibilidade em destacado meio de comunicação impressa pode ter criado uma tensão importante, já que, como aponta Vieira (2013, p. 45), o “espaço público, para o exercício de uma cidadania ativa, de participação, de construção de sujeitos portadores de direitos, foi e continua a ser histórico- culturalmente masculino.”. A condução masculina dos relatos no Diário de Notícias apresenta elementos que permitem a reflexão sobre a possibilidade de que as curas realizadas por Dona Analia promovessem uma ocupação do espaço público de Salvador de 1940, o que oferecia certo confronto e, portanto, certa ameaça à ocupação masculina nesse espaço.

Há, por parte da curadora, um posicionamento, na medida em que se coloca como sujeito de direito, que se insere na cidade como “espaço fundamental de construção da identidade, da aquisição de conhecimentos e de atuação social” (VIEIRA, 2013, p.153-154). Esse fato – uma mulher estar ocupando a vida pública da cidade – chama a atenção do “repórter” encarregado de acompanhar o fenômeno da curadora. Este sinaliza que os seus consulentes a requisita “de todas as partes”, de modo que lhe fizeram da vida “uma caminhada constante, contínua, à beira dos leitos da cidade.” (Diário de Notícias, 07\03\1940). Essa solicitação contínua feita pela cidade parece mostrar que a curadora vivia a circular entre as várias gentes da cidade, exercendo sua prática de cura, o que lhe garantiu visibilidade enquanto mulher.

O Diário de Notícias contou a história da curadora para a cidade, ainda que a sua narrativa estivesse marcada por diversos estereótipos de gênero, bem como por inúmeros silêncios. Um exemplo disso é a descrição dela, dada pelo jornal: “morena, de pouca idade, aspecto vivo e misterioso, a criatura que vem realizando com espanto uma série ininterrupta de curas em

fenômenos considerados perdidos tem um ar bondoso e manso.” (Diário de Notícias, 06/03/1940). Percebe-se aí a descrição de Dona Analia como uma pessoa de aspecto cuidador e mansa, quando a fotografia (cf. Figura 01 abaixo) que o jornal apresenta da mesma mostra a imagem de uma mulher aparentemente negra, com feições cansadas, porém ativa e com postura de pouco interesse ao seu interlocutor.

Figura 01- Dona Analia ao centro, em entrevista com “o repórter”



(Fonte: Diário de Notícias, 29/03/1940)

Cumprir destacar que as pesquisas realizadas até o presente momento apontam para o Diário de Notícias como o principal meio de informação impresso que se ocupou de organizar e publicar as notícias e manchetes cujas narrativas tratavam da vida pessoal e profissional de Dona Analia. O jornal havia sido recentemente adquirido por Antônio Balbino¹, que orientou a produção editorial para informar aos baianos sobre os fatos e eventos ocorridos nas frentes de batalha, transformando o jornal em um panfleto de guerra, durante o segundo conflito mundial. Em meio a um contexto de profunda tensão internacional, o Diário de Notícias se voltou para a esta história do cotidiano de Salvador, destacando o autodenominado “o repórter” para a

¹ Antônio Balbino é um político baiano nascido em Barreiras, em 1912. Fez parte do corpo jornalístico de jornais como “O Imparcial” e o “A Noite” e foi eleito Governador da Bahia em 1954. Balbino adquiriu o Diário de Notícias em 1939, onde assumiu uma posição conservadora e de apoio ao regime do Estado Novo e das Interventorias. (Cf. Verbete, FGV, 2001)

cobertura do fenômeno. Não há uma identificação precisa do jornal acerca deste profissional. Pela imagem acima, percebe-se que é um homem, aparentemente branco, de meia idade, que posa para a fotografia sugerindo estar atento ao depoimento, pois olha de frente para a entrevistada, exibindo de forma caricata seus instrumentos de trabalho: uma caneta e um bloco de notas.

Além desse perfil, ele se esforça para mostrar que está no exercício da profissão de “repórter”, que busca reafirmar pelo uso de camisa social, de paletó e de gravata, apresentando uma performance masculina muito próxima da de jornalistas da década de 1940. Há indício de que sua narrativa sobre a médium e suas supostas curas foi bancada pelo jornal. Dona Anália, além das matérias, também foi exposta através de manchetes. Essa evidência da figura dela mostra que o fenômeno gerou curiosidade por parte da população soteropolitana. Apesar de o jornal evidenciar os feitos de Dona Anália entre a sua produção editorial, é necessário esclarecer que, a despeito da empolgação do “repórter” nas matérias que escreve, é possível observar que ele adota uma postura bastante dúbia, pois ora exalta a médium como uma “distribuidora da cura”, ora desqualifica os seus pacientes como fanáticos, ora assume uma postura supostamente imparcial, principalmente quando a repressão se torna mais organizada.

Esse aspecto da desqualificação às práticas de cura de Dona Anália pelo Diário de Notícias aparece explicitamente no dia em que a médium é apresentada à sociedade. O editorial se esforça para caracterizar tanto o público que a procura quanto a existência de práticas de cura não inscritas no modelo instrumental da medicina como sendo anormais e frutos de um fanatismo que seria inerente à miscigenação presente entre os habitantes de Salvador, como se vê no seguinte trecho:

O matuto ingênuo que fez Canudos e glorificou Antônio Conselheiro, vive, em sua plenitude, mais polido, embora no homem da cidade. E' essa crença cega, esse entusiasmo avassalante capaz de fazer de um criminoso o mais pacato dos cidadãos, ou dos mais sérios dos homens o mais terrível dos bandidos. Está no Sangue. Nessa mistura estranha do branco, do preto e do índio. É o homem retornando ao primitivismo das eras ancestrais. Estereotipado no caboclo rude, clavinote em punho, levado pelos arroubos de um fanatismo alucinado, tendo entregado a sua fé, vida e lar abandonados ao serviço de um novo ídolo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05-03-1940, p.1 CAPA) [1]

A referência à crença cega nas curas de Dona Analia e a emergência de um “novo ídolo” parecem apontar que há, por parte do jornal – e, provavelmente, da classe política que o coordena – certo temor em relação à forte procura pela médium no bairro da Fazenda Garcia, bem como dos sentimentos que ela estava criando sobre a população soteropolitana. O jornal tenta imprimir à curadora um caráter messiânico, insinuando que ela teria a capacidade de acender o “fanatismo” dos seus beneficiários. Esse temor do Diário de Notícias fica explícito na tentativa de relacionar os episódios ocorridos no bairro com os fatos ocorridos em Canudos, como se vê na citação acima. Embora Dona Analia estivesse separada de Antônio Conselheiro por um lapso temporal e geográfico, ainda existia entre a elite baiana – incluindo-se aí os que tinham posse de uma cultura letrada – o medo de que uma organização popular de figuras com posturas dissonantes dos poderes poderia promover. O medo de Canudos referenciado pelo jornal parece repousar no temor de que a aglomeração de pessoas em torno da curadora levasse a uma reedição do conhecido episódio de contestação ao poder vigente.

Essa referência a Canudos é recorrente no que toca às manifestações de caráter popular e que promovem a reunião de um grande contingente populacional. Sobre essa referência a Canudos, BRITO (1996), ao pesquisar sobre o movimento Pau de Colher, experiência religiosa ocorrida em 1938 no município de Casa Nova-BA, apresenta uma reflexão sobre como a imprensa da época identificava tal temor, ao cobrir situações de mobilização social em torno de figuras dissonantes da elite. Na sua pesquisa, o autor reflete sobre como tais mobilizações são identificadas pelos letrados como fruto de uma incultura e de uma falta do saber sistematizado pela escola:

O pressuposto para tanto, conforme assegurava o jornal, era que todas as condições eram as mesmas: a incultura, as condições do meio e os fatores econômicos. Apagando diferenças e similaridades do universo rural, numa perspectiva em que modos de vida e experiências religiosas eram reduzidos a “tábua rasa” da incultura, condições do meio e fatores econômicos, a imprensa evidenciava suas preocupações. No alerta para a incultura podemos ler um recado: a cultura letrada precisa mais que preparo bélico preparo e educação das massas (BRITO, 1996, p. 64-65).

Entre Canudos, o Pau de Colher e Dona Analia, é possível observar, de forma explícita, confrontos e disputas entre saberes organizados e desenvolvidos dentro de espaços focados na prática e/ou necessidade de letramento² e os saberes oriundos de práticas do cotidiano, desenvolvidos sem a formalidade. Tais confrontos estão relacionados a noções específicas sobre a política local, bem como a interpretações e práticas religiosas afastadas dos dogmas cristãos e também de práticas populares de cura, como é o fenômeno das que são desenvolvidas por Dona Analia. A noção de confronto entre o “fazer” das classes populares e a ordem social vigente é marcante na história da curadora, visto que ela teve de enfrentar diretrizes preconceituosas orientadas pelo Estado Novo, que buscava validar seu lugar no poder e assim estabelecia quais saberes e conhecimentos seriam validados pela normatização estabelecida pelas áreas da Educação e Saúde. Sobre essa noção de confronto, Hall (2018) explica o seguinte:

Escrever a história da cultura das classes populares exclusivamente a partir do interior dessas classes, sem compreender como elas constantemente são mantidas em relação às instituições da produção cultural dominante, não é viver no século vinte. Essa questão no século vinte é muito clara (HALL, 2018, p. 279).

Hall (2018) aponta alguns aspectos importantes que podem ser utilizados para pensar as práticas culturais exercidas pelas classes populares na Salvador de 1940, entre elas as práticas relacionadas ao espectro da cura. O primeiro aspecto é a crítica à noção de uma cultura popular monolítica e estanque em si mesma. Para o autor, há um dinamismo latente por parte dessas práticas e estas se modificam com o passar do tempo. A forma como Dona Analia curava certamente não era a mesma adotada por outras curadoras presentes hoje na Fazenda Garcia, e certamente, as práticas de cura desenvolvidas por Dona Analia não eram as mesmas daquelas adotadas no arraial de Canudos. Todavia, a interpretação do Diário de Notícias, por exemplo,

² Conforme Soares (2021) o termo letramento surge para definir a “aprendizagem inicial da língua escrita entendida não apenas como a aquisição do sistema alfabético e suas convenções, mas também como a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita, ou, mais amplamente, à cultura do escrito.” (SOARES, 2021, Verbete Web). A escolha de uso deste termo neste trabalho, se dá: a) pelo fato de João Figueiredo, irmão de fé de Dona Analia, ter utilizado o termo “não-letrada” para descrever a sua situação no que se refere a escolarização, b) por entender que Figueiredo engloba tanto a referência feita pelo irmão de que a protagonista não era alfabetizada; no sentido de aquisição alfabética, quanto de não inscrita nos moldes instrumentais da medicina, o que a deslegitima para exercer práticas de cura.

tanto das práticas de cura da curandeira como daquelas supostamente realizadas em um novo “Canudos” eram avaliadas como um bloco monolítico que não levava em conta os contextos históricos e as transformações sociais ocorridas entre as décadas finais do século XIX e a década de 1940. Nos fatos e eventos sucedidos entre Antônio Conselheiro e Dona Analia, não importava, para o jornal, apresentar as características peculiares desses sujeitos nem de suas práticas religiosas e de cura. O que interessava era construir notícias e informações que enfatizavam as semelhanças, de modo a alertar os poderes constituídos dos perigos para as classes dominantes presentes nos eventos citados e que deveriam ser combatidos preventivamente. A forma como o jornal apresenta Dona Analia e suas práticas de curas parece situá-las como acenos de perigo manifesto.

Para os objetivos deste trabalho, faz-se necessário estabelecer certa categorização das práticas de cura exercidas no contexto de atuação de curandeira. Dessa forma, entende-se que o conceito de *popular* parece ser o mais adequado para compreender as características das complexas ações e atitudes protagonizadas por Dona Analia. A noção de popular referida nesta pesquisa dialoga com a abordagem sugerida por Hall (2018), quando o autor destaca a importância do que chama de *luta dialética cultural*:

O princípio estruturador do “popular” neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e a cultura da “periferia”. (...). O princípio estruturador não consiste dos conteúdos de cada categoria, os quais, insisto, se alterarão de uma época a outra. Mas consiste das forças e relações que sustentam a distinção e a diferença; em linhas gerais, entre aquilo que, em qualquer época, conta como uma atividade ou forma cultural da elite e o que não conta (HALL, 2018, p. 284).

Ao apresentar o popular como um produto das tensões e oposições entre as classes, o autor posiciona o popular como uma categoria não assimétrica. Para Hall, identificar uma prática como popular não significa apenas perceber se ela pertence ao povo, é preciso observar quais as tensões que estruturam tal pertencimento. Assim, ao ser dada visibilidade às práticas adotadas pelas classes populares, nesta pesquisa, situam-se tais práticas no campo da luta dialética cultural,

visto se tratar de uma Bahia que vivenciava o projeto modernizador e centralizador do Estado Novo, ao mesmo tempo em que vivenciava práticas seculares, as quais não podem ser compreendidas de forma estanque, pois se inter-relacionam e se modificam conforme as condições apresentadas pela sociedade.

O segundo aspecto apontado por Hall (2018) sobre as práticas culturais e que pode ser utilizado para se pensar o fenômeno que é a história de Dona Anália é que a análise dessas práticas precisa ser feita a partir de como elas se relacionam com a “produção cultural dominante”, e por isso, interessa, nesta pesquisa, abordar o contexto geográfico, social e político no qual a história de Dona Anália se desenvolveu. Desse modo, pode-se refletir se a desqualificação feita pelo Diário de Notícias e a intervenção repressiva conduzida pela Delegacia de Ordem Política e Social foram influenciadas por um possível processo de ordenamento de Salvador no período, além de resultado da instalação do regime do Estado Novo no estado.

Em vista dessas ponderações sobre o uso do popular, cabe observar que o próprio processo de escrita de uma análise acerca de práticas populares acaba por exercer supressões, modificações e cortes entre o sentido que os praticantes em seu tempo atribuíam ao que praticavam e o exame feito pelos que buscam apreendê-las em suas análises. Esta tensão é apontada por Certeau (1995), ao analisar como o estudo da cultura popular nasce a partir de processos que o autor define como dotados de violência e perpetrados pelos pertencentes a cultura erudita e letrada. Para o autor, a cultura popular se torna objeto a ser estudado porque o “que se censurou pode gerar um objeto científico” (CERTEAU, 1995, p. 57).

Outro aspecto importante para se pensar a história de Dona Anália é definir um termo para as supostas curas executadas por ela. Nesta pesquisa, optamos por utilizar o conceito de “práticas populares de cura”, em detrimento do termo usual “medicina popular”. Segundo Witter (2005, p. 18), “a expressão (...) perdeu espaço e praticamente caiu em desuso em função de sua ideia de um saber construído em oposição a outro”. Assim, a opção de uso do termo se dá por um conceito mais atualizado e condizente com a noção de que “as práticas de cura populares seriam

uma criação original e não simplesmente reativa a outros saberes ou à falta deles” (WITTER, 2005, p. 16).

Além disso, é preciso sinalizar a qual categoria de cura Dona Analia pertencia, visto que há, nesse campo, uma diversidade de atores. Witter (2005) aponta essa diversidade ao citar a existência de boticários, práticos, parteiras, cirurgiões-barbeiros e curandeiros, cada um com seu campo de atuação, características peculiares a sua função e temporalidade, visto que a existência de boticários e cirurgiões barbeiros remonta ao período colonial da história brasileira e no início do século XX já se encontrava em quase extinção. Segundo Witter (2005), cirurgiões, boticários e parteiras podiam atuar legalmente, desde que seguissem indicações de médicos. Por outro lado, os demais curandeiros, permaneciam circunscritos à ilegalidade e sujeitos a sofrer com a ação policial. Considerando que Dona Analia, conforme apontado pelo Diário de Notícias passou por um inquérito policial desenvolvido pela Delegacia de Ordem Política e Social, entendemos que ela está inscrita na categoria de *curandeira* ou de *curadora*, termo utilizado para identificá-la neste trabalho.

1.2 POR UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: MICRO-HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.

Cumpramos observar que a opção de abordar a história de uma curadora popular relaciona-se com a abordagem sugerida pela Micro-história, ao mesmo tempo em que se esforça para flagrar os caminhos traçados pela Educação e pela Saúde no período, bem como dados e informações referentes ao contexto político e institucional do período. A opção por tal aporte teórico e metodológico tem relação com a importância da trajetória de Dona Analia, que se dedicou aos saberes curativos para favorecer as melhores condições de vida e saúde a moradores de Salvador e de outras cidades que procuravam seus préstimos no campo da saúde. A centralidade que se deseja dar à personagem Dona Analia nesta pesquisa também está relacionada à tentativa de retirar do anonimato uma mulher negra que ocupou o espaço público da cidade e que também foi testemunha ocular das transformações que ocorriam na Bahia no contexto de 1940.

Para dar conta deste “mergulho nas fontes”, no sentido de verticalizar a problematização e análise, recorre-se a Barros (2007) que, nesta circunstância, sugere adotar o procedimento metodológico da Micro-história, o qual se refere “a uma determinada maneira de se aproximar de certa realidade social ou de construir o objeto historiográfico” (BARROS, 2007, p. 169). Ainda segundo Barros,

A Micro-História, sustentaremos aqui, relaciona-se a uma abordagem, mais do que a qualquer outra coisa. Antes de tudo, é preciso deixar claro que a Micro-História não se refere necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido ou delimitado, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos (BARROS, 2007, p. 169).

Ao reduzir a escala para observar a trajetória e as práticas de cura de Dona Analia, moradora da Fazenda Garcia, não se pretende reduzir a escala apenas ao território da localidade. Embora a história do bairro possa fornecer evidências para se realizar uma abordagem que possibilite compreender as relações estabelecidas pela médium com moradores e outros grupos sociais, pretende-se também ampliar a escala para observar a Salvador de 1940 e tentar vislumbrar um processo de disputas relacionado aos saberes populares de cura, bem como perceber se esse processo foi influenciado ou não pelo contexto em que estava sendo proposto um ordenamento da cidade, vista a emergência do Estado Novo e de suas noções de higiene, organização, identidade nacional e afins.

Considerando que esta pesquisa se baseia em documentos escritos e impressos a exemplo de dados estatísticas do IBGE, notícias veiculadas nos jornais “A Tarde” e “Diário de Notícias” e boletins emitidos pelo poder público, faz-se necessário lançar um olhar sobre as recomendações de um dos precursores da micro história, Ginzburg (2006, p. 13), que alerta para os cuidados sobre o uso destas fontes, visto elas “serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados a cultura dominante”. Este cuidado é importante porque, como se verá adiante, Salvador possuía um grande contingente populacional que não tinha acesso à educação formal e, portanto, era iletrado e/ou analfabeto. Assim, as fontes impressas com que

se trabalha nesta pesquisa revelam concepções de mundo de uma classe dominante sobre as práticas e o cotidiano de outras, nesse fenômeno das classes populares ou subalternas. Nesse sentido, os textos escritos podem revelar múltiplas dimensões do contexto social.

Essa preocupação é desenvolvida por Ginzburg (2006) em uma obra que é de suma importância para o campo da micro história que é “O queijo e os vermes” (2006). A obra narra a história de Domenico Scandella, vulgo Menochio, moleiro, da cidade de Friuli, na Itália, tornado réu pela inquisição, sob a acusação de bruxaria, por acreditar que o mundo fora criado a partir da putrefação, uma crença completamente contrária aos princípios católicos do criacionismo. Ao abordar os entraves e perigos da documentação usada, entre elas a confissão do réu, escrita pelos inquisidores, Ginzburg (2006) observa que, para além da possibilidade da apreensão do cotidiano, a tensão entre o macro e o micro também oportuniza um olhar sobre processos históricos mais gerais, os quais, no fenômeno de Menochio, eram o contexto da difusão da imprensa e a Reforma Protestante.

Guardadas as devidas distâncias de tempo, espaço e contexto, as reflexões feitas pelo autor indicam possibilidades de análise ao refletirmos sobre as tensões na sociedade soteropolitana de 1940 promovidas pelas mediações de cura realizadas por Dona Analia. Para explorar as pistas, pretende-se observar com atenção o processo de ordenamento educacional e de saúde público analisando se este, entre outras possibilidades, estava relacionado às ações repressivas, psicológicas e morais sofridas por Dona Analia. Essa estratégia de observar tensões entre classes dominantes e subalternas a partir de investigações específicas encontra-se alinhada a noção de circularidade utilizada por Ginzburg (2006, p. 10) em suas análises.

Nesta pesquisa, a circularidade se desenvolve a partir da opção pela reflexão sobre as tensões presentes no cotidiano de Salvador entre dois polos. De um lado, estavam as tradições populares, principalmente as relacionadas a antigas práticas curativas, mágicas e religiosas, que se estabeleceram de forma dinâmica nas relações com outras formas de cura e, portanto, estavam em processo de permanente assimilação, enfrentamento e transformação. Do outro lado, havia as tentativas de ordenamento da sociedade, lideradas pelo governo da Bahia no período,

representante das concepções do Estado Novo, o qual, com anuência e colaboração de segmentos da sociedade, inclusive da imprensa, se empenhavam na implantação de ordenamento da sociedade baiana, algo que é originalmente concebido no âmbito do governo Vargas.

Para além de recorrer a aspectos teóricos e metodológicos realizados pela micro-história, cumpre apontar também que a pesquisa se empenha para estabelecer junções entre a história e a educação, no sentido de reconhecer o lugar da produção e recepção dos saberes de cura como práticas educativas. Essa conexão se dá pela possibilidade apresentada pela diversidade do campo, uma característica apresentada por Gatti (2012) como a possibilidade de uma “posição integradora, convergente de várias áreas” e que servem de “ponto de partida aos processos educativos”. Para a autora,

Muitos campos têm estudos que podem ser tomados como pesquisa em educação e não somente os associados a disciplinas específicas como pedagogia e didática, ou ao rótulo genérico de “ciências da educação” (história da educação, filosofia da educação, sociologia da educação etc.), ou “ciências do ensino”. Há uma vasta gama de estudos sobre e para a educação em variados campos do conhecimento, tornando difícil assumir epistemologicamente um eixo identitário (GATTI, p. 20, 2012).

Se, como aborda a autora, há dificuldade de construir um eixo identitário do campo, este apresenta também, por outro lado, uma gama de possibilidades rara em outros campos de pesquisa, o que deve ser celebrado pelos espaços a eles dedicados. A diversidade epistemológica que se opera no campo da educação abre a possibilidade de construir uma abordagem sobre a História da Educação que, dialogando com a micro história, se debruce para compreender como instâncias do espaço público e do privado presentes no cotidiano popular promovem processos educativos das mais variadas matizes.

Além disso, cabe apontar que a História da Educação se compreende, de acordo Lombardi (2003, p. 07), como “um campo de conhecimento próprio” e, pode-se acrescentar, em formação. Ao compreender que o campo de pesquisa se forma quando é capaz de definir o seu estatuto epistemológico, o autor coloca em evidência que o campo da História da Educação inicia seu processo de formação quando se debruça sobre a Educação, estudando-a a partir de métodos e

teorias próprios da História. Nesse sentido, é possível situar esta pesquisa neste campo, já que apresenta elementos de conflito sobre os processos educativos do Estado Novo – propostos no sentido de promover um ordenamento da sociedade baiana – em disputa com culturas populares, notadamente práticas e saberes de curas, transmitidos por Dona Analia, que tratam de aspectos da história da educação na Bahia.

Após definir o método e o campo com os quais esta pesquisa se propõe a estabelecer interlocução, é necessário apresentar algumas pesquisas que tem proximidade com tal objetivo. Nesse sentido, o trabalho de Rocha; Gondra (2002) têm uma aproximação significativa aos campos de pesquisa que tratam da influência da instituição médica na instituição escolar, abordando períodos da história do Brasil, do Império à República. Em suas pesquisas, o autor observa a opinião médica acerca do âmbito da constituição física e mental dos alunos, sinalizando que esta disputa é “pano de fundo” para um processo de institucionalização da medicina, que luta por uma reserva de mercado, cujo objetivo ele define como um “amplo projeto de intervenção social formulado pela corporação médica” (ROCHA, GONDRA, 2002, p. 494). Ou seja, foi através da educação que a medicina se legitimou e interviu na sociedade, com fins de normatizar e higienizar a vida e as relações sociais.

Ainda nessa linha de pensamento, não se poderia deixar de mencionar também os clássicos trabalhos de Chalhoub³ (2003) e Sampaio⁴ (2003), ambos basilares para o debate sobre práticas de cura, curandeirismo, charlatanismo e repressão no Brasil. Os dois autores abordam, em seus escritos, como essas “artes de curar” estão relacionadas ao cotidiano das cidades em contextos históricos diferenciados e abordam também o processo repressivo sobre eles. Destaca-se aqui, ainda sobre as práticas, o trabalho de Nascimento⁵ (2007), que apresenta uma pesquisa sobre os chamados *raizeiros*, vendedores de ervas em bairros populares de Salvador-BA, bem

³ CHALHOUB, Sidney (Org.). Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de História Social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

⁴ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre Crença e Cura no Rio de Janeiro Imperial.

⁵ NASCIMENTO, Vilma Maria do. Sagrado/profano no trato do corpo e da saúde na metrópole negra: Salvador nos anos 1950/1970. 2007. 356 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

como sobre fenômenos de médiuns enquadrados como charlatães. A autora traça um olhar que tem forte relação com a etnografia, desenvolve aspectos sobre a cura, o messianismo e a repressão a esses praticantes, entre os anos de 1950 e 1970. Outro trabalho com foco nestas práticas é o de Pereira (1998)⁶, que aborda teses da Faculdade de Medicina e matérias jornalísticas publicadas em jornais, com foco no período de 1890 a 1940. Esses trabalhos são fundamentos epistemológicos para construir um campo historiográfico que aborde figuras como Dona Analia enquanto sujeitos históricos e também como mediados pelo contexto em que vivem e desenvolvem as suas práticas.

Cumprido ressaltar que esta pesquisa, de forma alguma, representa uma negação à ciência médica. Os processos normativos da medicina e as descobertas relacionadas às práticas de cura foram e são importantes para a garantia da manutenção da vida em sociedade, para melhoria dos processos terapêuticos, para debelar epidemias e demais. As reflexões aqui desenvolvidas buscam se atentar para os procedimentos metodológicos da história determinado pelo contexto, no qual se observou um processo de disputas das áreas da educação e saúde normatizadas pelo interventor do Estado Novo, com práticas de produção e transmissão de saberes de cura referenciadas em consolidadas tradições populares de moradores da cidade de longa duração.

Feito esse preâmbulo sobre quem é Dona Analia, o contexto histórico que a mesma vivenciou e as reflexões que se pretende com esta pesquisa, passa-se a elencar as etapas que a esta pesquisa tem desenvolvido. A segunda parte desta dissertação apresenta as características de Salvador, no tocante à evolução da cidade e aos aspectos demográficos. A partir de dados do Censo de 1940, obtidos pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de revisão bibliográfica sobre o período, apresentam-se reflexões sobre as características étnico-raciais, sobre o acesso à educação básica e superior, bem como sobre a identificação religiosa da cidade. Posteriormente, é apresentado um histórico sobre a Fazenda Garcia, território geográfico e social de Dona Analia, sua formação e a presença da esfera do sagrado em seu

⁶ PEREIRA, Jaqueline de Andrade. Práticas Mágicas e Cura Popular na Bahia (1890-1940). 1998. 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

espaço. Tal contextualização pretende mostrar a cidade e o bairro que a personagem principal vivenciou em sua época, explicitando o sujeito-cidade como relacional.

A terceira parte deste trabalho pretende discutir o contexto de integração entre Educação e Saúde desenvolvida pelo Estado Novo durante a gestão de Landolfo Alves como uma estratégia de saneamento das relações sociais e da vida cotidiana da população. Aqui se entende o saneamento tanto como um aspecto da relação saúde/doença como de processos de transformação cultural, configurando-se como um “eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas” (HALL, 2018, p. 274). No contexto vivenciado por Dona Analia, por exemplo, as ações de saneamento parecem ser orientadas para a afirmação da medicina como ciência legítima para exercer práticas de curas. Essa noção, difundida através de ações educacionais, expõe o desejo de sanear as cidades e as pessoas, o que pressupunha combater práticas e saberes não normatizados e não alinhados com a medicina. Essas perspectivas poderão ser apreendidas a partir de relatórios e registros apresentados pelo Secretário de Educação e Saúde do período em questão, Isaias Alves.

A quarta parte deste trabalho pretende analisar os milagres realizados por Dona Analia, a partir das narrativas dos que se deslocaram até a redação do Diário de Notícias para contar histórias de vida e das curas realizadas pela curadora. Entre eles, estão Raulina Reis, conhecida como a “entrevada de Itapagipe”, Maria de Lourdes, filha do comerciante Abílio Coutinho, Guiomar Marcia de Sá e o pedreiro Waldemar Pedro Nolasco. As leituras iniciais das narrativas publicadas indicam que é possível perceber um processo de repressão às práticas de cura ministradas pela médium, que foi submetida a inquérito judicial pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Será realizada uma “leitura a contrapelo” das páginas (matérias, artigos e reportagens) do Diário de Notícias produzidas sobre as práticas e trajetória de Dona Analia, para observar os sentidos e significados produzidos pelo jornal para adjetivá-las, já que tais ocorrências também possuem caráter de ações educativas orientadas para informar e convencer a população acerca da necessidade destas ações de ordenamento e saneamento do cotidiano soteropolitano de 1940.

Nesta quarta parte, busca-se ainda apresentar o contexto sociopolítico e cultural de Salvador em 1940, em que a história de Dona Analia estava inserida, e também os sentidos e significados da cura abordados nos relatos das pessoas implicadas nas curas publicadas no Diário de Notícias. Conforme aponta Benjamin (1987), “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Dessa forma, essa pesquisa pretende dar a sua pequena contribuição para a visibilidade de personagens da história da cidade de Salvador esquecidos pelo fazer historiográfico que se destina apenas aos “grandes”.

PARTE 2- DONA ANALIA EM DADOS E IMAGENS - 1940

A Casa Verde da Fazenda Garcia é o lugar onde a distribuidora da cura, conhecida como Dona Analia, ocupante das manchetes do Jornal Diário de Notícias atuou. Bairro de Salvador, a Fazenda Garcia tem uma história que remonta ao período colonial. Na década de 1940, período em que se deu a história de Dona Analia, o local era conhecido como o bairro “onde mora a gente pobre da cidade”. Tal concepção impele à necessidade de se dirigir uma atenção mais apurada sobre ele.

Para iniciar esta análise, faz-se importante e crucial um diálogo com a geografia, a partir da interdisciplinaridade que a contemporaneidade exige ao se abordar fatos históricos. Nesse sentido, Santos (1979) precisa ser evocado para trazer suas impressões a respeito do espaço enquanto categoria de análise a ser desenvolvida sob a linha relacional de modo que se possa analisar o sujeito que nele vive. Este autor é importante nessa tarefa de transcender o geográfico como espaço físico para se entender os elementos religiosos, afetivos, econômicos e sociais que moldavam o espaço em que Dona Analia residia. A definição de lugar e de espaço por Santos (1979) ocupa grande densidade na sua produção acadêmica. Na obra “Por uma nova geografia”, o autor designa três capítulos para uma definição do conceito demonstrando que “o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social” (SANTOS, 1979, p. 163).

Essa definição permite conjecturar sobre o espaço da Casa Verde, uma representação produzida pelo Diário de Notícias para se referir à residência da referida médium, que se localizava na Fazenda Garcia. A partir desta conceituação, tratar-se-á do espaço da “casa verde” como uma categoria relacional, assumindo uma postura de não interpretar o bairro apenas como um espaço físico estanque, mas compreendendo a dinâmica daquele espaço como “fato social”, mobilizado pelas relações estabelecidas com pessoas de diferentes grupos sociais, moradores ou não do bairro. Estas pessoas narraram suas experiências de adoecimento e cura realizadas neste espaço e seus relatos serve de evidências e/ou de “fatos”, para narrar a trajetória da curadora.

Foi no espaço da Fazenda Garcia que a história da curadora se desenrolou, e foi no local onde residiu que as pessoas de toda a cidade buscaram a cura pelas suas mãos. No cotidiano desse lugar, também aconteceu à repressão às suas práticas, vivenciadas na residência da curandeira, a qual foi colocada em isolamento pelas forças policiais de Salvador. Observar este espaço como um fato social passa por compreender que o “burburinho” causado por ela certamente modificou o cotidiano das relações sociais existentes no local, pois trouxe a este espaço a presença da elite baiana, dos letrados, dos médicos e da imprensa. Esta última passa a noticiar, além da história da curadora, outros elementos do local, como a infraestrutura precária no que diz respeito ao transporte urbano e até histórias de lendas locais, como a relatada história de um lobisomem.

Além do bairro, esta parte da dissertação pretende apresentar a Salvador de Dona Analia, através das características raciais, religiosas e educacionais que a cidade apresentava em 1940. Sobre o seu contingente demográfico, a cidade vivenciou no período anterior, um amortecimento. Tal situação decorreu de uma migração populacional do sertão para a região cacauzeira, que assumiu, segundo Santos (2008, p. 48), o “papel de receptáculo da população nordestina excedentária. Salvador (foi) assim aliviada da presença desses excedentes agrícolas”. Apenas a partir de 1940, com a estabilização da cultura do cacau, Salvador vivenciou uma ascensão demográfica, visto que passou a receber o excedente de mão de obra da região cacauzeira. Os dados apontam que a cidade recebeu, entre 1940 e 1950, 126.792 pessoas, das quais os imigrantes eram cerca de 89.671 pessoas e representavam 70% dos moradores da cidade (SANTOS, 2008, p. 51). Dito de outra forma, no período em de Dona Analia realizava suas práticas de cura, Salvador era, considerando-se o padrão demográfico atual, uma cidade de pequeno a médio porte, “inserida num estado eminentemente rural, (e que) contava em 1940 com 3.000 ha. de área ocupada” (SILVA, 1988, p.48). A figura 02, abaixo, mostra essa evolução urbana no sentido da ocupação territorial:

Figura 02-Evolução Urbana de Salvador



Fonte: Andrade; Brandão, 2009.

Ainda nessa linha de pensamento, Peixoto Junior (2003) aponta que, por volta de 1940, a cidade ainda estava em vias de se modernizar, no sentido de adentrar com mais força no desenvolvimento industrial e que, no que tange à educação, esta ainda possuía uma incipiente oferta de vagas escolares. O autor informa que o ensino universitário na cidade possuía apenas mil estudantes para um contingente populacional de aproximadamente 300 mil pessoas, o que constitui uma taxa relativamente baixa de pessoas com ensino superior na cidade. Portanto, é nesta cidade de poucas fábricas, ainda com características agropastoris e, ainda sem uma

ocupação maciça do miolo da cidade (cf. Figura 02) e de um setor universitário pequeno, que as curas de Dona Analia ganharam visibilidade no Diário de Notícias.

Para realizar as análises necessárias a este capítulo, buscaremos trabalhar com os dados produzidos pelo censo demográfico de 1940 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sobre a produção de dados oficiais no contexto, cumpre sinalizar que, em 1936, o Governo Vargas criou o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que tinha o objetivo de “racionalizar e padronizar a produção de levantamentos estatísticos no país” (IBGE, 2020). Em 1938, já sob o regime do Estado Novo, ocorre a reformulação que agrega os órgãos colegiados (o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatísticas) sob a mesma administração, dando origem ao que conhecemos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todo esse processo parece demonstrar que havia um desejo de Vargas de obter um conhecimento mais aprofundado sobre o país e suas realidades, de modo a garantir a centralização da produção de dados em um único instrumento lotado na administração federal. Esse entendimento é ratificado por Camargo (2009), ao apontar o papel social que as estatísticas possuem:

Atuando nos dois polos acima descritos, o de regulação das espécies e o de construção de subjetivações, a estatística (de Statistik, ou ‘ciência do Estado’) operacionaliza as ações públicas sobre os coletivos sociais. Oferece um fundamento formal às decisões burocráticas, fazendo-as parecer o resultado de técnicas analíticas padronizadas, em vez de argumentos politicamente interessados (Porter, 2000, p. 495). Ao mesmo tempo, as possibilidades cognitivas da estatística para definir o normal e o patológico estiveram na base das políticas sociais de Estados autoritários, sobretudo ao tempo em que a estatística se notabilizou como ‘ciência moral’ (CAMARGO, 2009, p. 363).

Feitas estas ponderações, aponta-se que de acordo com o Censo de 1940, Salvador apresentava um contingente populacional de 290.443 habitantes, o que é considerado a “população de fato”. Acerca deste censo, é importante esclarecer que as informações fornecidas são divididas em dois agrupamentos, a saber: “a população de fato ou presente constituída pelos habitantes presentes moradores ou não” e “a população de direito ou residente, constituída pelos habitantes moradores presentes ou não” (IBGE, 1940, Tomo 01, p. 14). Sendo assim, os quadros que serão apresentados neste trabalho são construídos sobre a população de fato, ou seja, a que se

encontrava na casa no momento da coleta da informação pela equipe censitária. Tal escolha se dá por se compreender que essa é uma informação mais apurada da realidade demográfica da cidade durante o período vivenciado por Dona Analia.

2.1 – DONA ANALIA, LETRAMENTO E CONDIÇÕES DE ACESSO À HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO EM SALVADOR NO PERÍODO

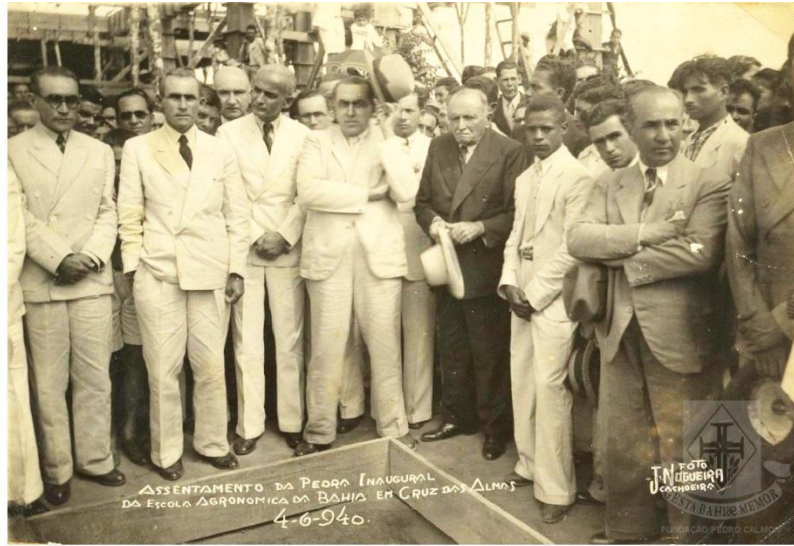
Dando continuidade à tarefa de apresentar o contexto social no qual a trajetória de Dona Analia transcorreu e ganhou visibilidade, faz-se necessário observar as condições de acesso das mulheres à educação formal na Salvador de 1940. Esse dado é importante para avaliar quais as possibilidades de acesso à educação escolar formal que uma mulher casada, curadora e portadora de habilidades como médium teria. Ou seja, esse dado é importante para avaliar como ela poderia adentrar no segmento institucional da escola, já que se tratava de uma personagem que ganhou repercussão a partir de práticas referentes a um universo controlado por uma ciência que também lutava para ser reconhecida, por estar lastrada em pressupostos racionais de profunda base formal.

Considerar o aspecto do acesso à educação no contexto histórico de 1940 permite observar mais um pouco a própria vida de Dona Analia. A curadora – mulher negra, moradora e pertencente a um bairro de pessoas pobres – foi referenciada pelo Diário de Notícias como uma pessoa não letrada, ou seja, não inscrita nos moldes de uma educação formal. Ainda assim, considerando que há, no processo da cura, uma intencionalidade, uma reflexão acerca das estratégias usadas, seja representada por um ovo ou uma folha, ela ganhou visibilidade na cidade a partir de sua produção intelectual, relacionada às dimensões material, simbólica e subjetiva, vinculadas às curas.

O início do século XX, na Bahia, assistiu à criação e à ampliação de equipamentos escolares, com o objetivo de tentar ampliar a oferta de vagas e o acesso da população à educação formal. Em 1940, esse movimento contou com a condução de Isaiás Alves, durante sua gestão como Secretário de Educação e Saúde, quando foi responsável pela implantação da Escola Normal no estado, o que ampliou a formação de professores, bem como a Escola Agrônômica da

Bahia (EACA) (Figura 03), localizada em Cruz das Almas, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (MATOS ROCHA, 2010, p.78-80).

Figura 03- Assentamento da pedra inaugural da Escola Agrônômica da Bahia-1940



Acervo do Centro de Memória da Bahia

Fonte: Biblioteca Consuelo Pondé - Acervo do Centro de Memória da Bahia

A despeito do empenho para a implantação da Escola Normal, da FFCL e da EACA, os dados do IBGE permitem visualizar um cenário de acesso à educação formal incipiente, principalmente entre as mulheres. Para observar esta incipiência, serão analisados os dados do censo de 1940, visto que o mesmo apresenta dados cruzados com o fator sexo e instrução, e dos quais podem ser feitas algumas observações sobre o acesso das mulheres de Salvador à escolarização. Isto permite também, conseqüentemente, pensar sobre as possibilidades de Dona Anália ter tido ou não acesso a uma escolarização formal básica, de modo a confirmar o apontado pelo Diário de Notícias. A Tabela 2, abaixo apresenta tais informações:

Tabela 01- População de Fato, por Sexo e Instrução, Pessoas de 5 anos ou mais, segundo os municípios (excerto Salvador)⁷

--		
Instrução	Homens	Mulheres
Sabem ler e escrever	81.343	89.811
Não sabem ler e nem escrever	33.631	50.946
De instrução não declarada	213	323

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)

A análise da Tabela 01 revela dois dados que permitem apresentar um panorama educacional da cidade. O primeiro dado revela que 33% da população soteropolitana (homens e mulheres), declaradamente, não sabiam ler ou escrever. O segundo dado revela que 19% das mulheres soteropolitanas não sabiam nem ler e nem escrever e eram enquadradas como analfabetas. Dessa forma, pode-se concluir que havia, entre os homens e as mulheres da Salvador de 1940, uma disparidade no processo de alfabetização/letramento, o que se converte em uma vulnerabilidade das mulheres para obter acesso à educação formal. Aliás, o acesso educacional para este segmento, como se verá no tópico seguinte, será impulsionado a partir da articulação feminista e de grupos organizados de mulheres que lutaram pela garantia deste direito.

2.2-EDUCAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES RACIAIS EM SALVADOR-1940

Ao realizar um panorama histórico das experiências de educação para as mulheres, Lima (2006) aponta que foi no seio do protestantismo que se deu a primeira experiência voltada à

⁷ Há aqui uma incoerência numérica. O total entre a) os que sabem ler e escrever, b) os que não sabem nem ler e nem escrever, c) os que não declararam a instrução é de 256.267 hab, sendo que a população de fato apresentada pelo Censo é de 290.443 hab. Sendo assim consideramos para esta análise o valor total apresentado por tabela. Esse vácuo de dados será recorrente em algumas tabelas e podem indicar erros na catalogação dos dados no período.

alfabetização feminina, contudo, esta alfabetização estava circunscrita a uma base epistemológica cujo objetivo era, além do controle social, que as mulheres pudessem buscar, nas Escrituras Sagradas, as respostas para as suas dúvidas e a melhor forma de conduzir o lar (LIMA, 2006). Ou seja, a primeira experiência de educação feminina no país buscava enquadrar as mulheres em um padrão religioso/cristão e transformá-las em implementadoras do ideário cristão em seus lares.

Apenas no início do século XX e com a forte influência das feministas pioneiras, a educação formal passou a ser disponibilizada com mais intensidade para as mulheres, abrangendo outros aspectos da vida, além da religião. No início da década de 1920, por exemplo, ocorreram dois marcos importantes para a educação formal das mulheres em Salvador: a criação da Casa São Vicente (1923), que, posteriormente, se tornaria o Instituto Feminino da Bahia, e a Escola Comercial Feminina, criada por Henriqueta Martins Catarino e Monsenhor Flaviano Osório Pimentel (QUEIROZ, 2016). As duas organizações representavam

uma forma de proporcionar à mulher formação profissional e moral mais consistente, capaz de proporcionar-lhe condições de garantir a sua própria subsistência. A preocupação maior era com as moças solteiras, para que elas não se vissem obrigadas ao casamento, se não o desejassem, nem a viverem à custa de parentes ou por meios indignos. A criação de uma escola comercial e não de formação de professoras, como era o comum, deve-se ao fato de que o país e o Estado da Bahia viviam um período de mudanças que possibilitavam novas expectativas ao sexo feminino, incluindo as de caráter profissional. Por outro lado, as próprias mulheres começavam a reivindicar novas oportunidades de estudo e de formação profissional que lhes possibilitassem ingresso no mercado de trabalho (PASSOS, 2010, p. 27-28).

Educar as mulheres pobres com foco no ingresso no mercado de trabalho, a despeito de ser importante para combater a pobreza e garantir autonomia econômica, parece reforçar uma educação de base tecnicista, com o fim de incrementar a mão de obra do Estado. É importante relembrar que, nessa época, conforme Peixoto Júnior (2003), a cidade de Salvador ainda era eminentemente rural e necessitava ser incluída no campo do desenvolvimento industrial. Os primeiros cursos oferecidos por estas instituições estavam voltados para a profissão de secretária, como datilografia, francês e inglês. Apenas em 1929, quando foi oficializada pelo Governo

Federal, a escola comercial passou oferecer cursos mais ligados a outras cadeias produtivas, como filosofia, tradição e história da Bahia, braile, religião e contabilidade (QUEIROZ, 2016).

Um passo importante para a ampliação do propósito de ampliar equipamentos escolares foi a implementação da Escola Normal da Bahia, que tinha o objetivo de formar professores e que contribuiu para o processo de escolarização feminina na capital, visto que essa profissão foi assumida majoritariamente por mulheres. É importante sinalizar que, apesar de uma maioria de mulheres, o magistério não estava restrito a elas. Lima (1997) desconstrói isto, ao apontar que, no início do século XX, a Escola Normal também tinha homens matriculados. Para a autora, a feminização do curso se dá a partir de um processo de desistência dos homens, em função dos baixos salários destinados aos professores na época. Sendo os homens, no imaginário da época, os responsáveis pela manutenção familiar, a profissão deixou de ser almejada por eles, mas não por não possuírem os recursos para dar conta de tal papel. A autora aponta que

a partir do século XX, a composição da Escola Normal passou a ser predominantemente feminina. Dados registrados nos arquivos do ICEIA, antiga "Escola Normal," demonstram que entre os anos de 1925 a 1931 frequentavam em todas as quatro séries, 2.270 alunos; sendo 2.113 mulheres e 157 homens. (...). A partir dos dados anteriormente apresentados, "desconstruiu-se" a crença de que o Curso de Magistério sempre foi um curso/profissão talhado para as mulheres; pois, como vimos, ele surgiu como masculino e foi se tornando feminino em virtude das condições econômicas e sociais (LIMA, 1997, p. 132).

Formar-se como professora no período também não representava um caminho tranquilo para as mulheres. Além dos baixos salários, a adesão à profissão representava a adoção de posturas esperadas para uma professora, como não constituir residência sozinha, visto que assumir uma postura de muita independência iria de encontro ao perfil de “doçura, paciência, amor ao próximo e doação” que eram, no imaginário social do contexto, atributos necessários para o exercício do ensino como profissão (LIMA, 1997, p. 133). Esta situação contribuiu para consolidar a associação da professora a uma aura maternal.

Tais questões exemplificam como o caminho de acesso à educação formal de mulheres soteropolitanas esteve marcado pelo sexismo, que ora as proibia ao acesso, ora oferecia currículos

voltados à reprodução da vida familiar, ora limitava as possibilidades, para que pudessem exercer a profissão escolhida. Observa-se aí o aspecto da disciplina como elemento constitutivo da educação, afinal enquadrar os indivíduos em um padrão esperado alinha-se ao caráter organizativo da vida e das pessoas que a escola julga possuir. A respeito desse aspecto da disciplina, Lopes (2000) apresenta uma interessante reflexão sobre como a pedagogia agiu na história de forma a garantir a manutenção de papéis de gênero:

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, voltava-se, muito provavelmente, para a descrição, em detalhes, das características que constituíam a qualificação "civilizado", ou seja, voltava-se de forma manifesta para os atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seriam adquiridos na escola, através de práticas de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade" (LOPES, 2000, p. 11).

Formar sujeitos civilizados constitui, então, um dos papéis da escola. Considerando que 1940 se deu dentro de um regime assumidamente autoritário e com objetivo de criar uma identidade nacional, reflete-se sobre como a educação serviu para organizar a cidade e a vida das pessoas comuns, incluindo-se aí figuras como Dona Anália. É importante ressaltar que o regime do Estado Novo compreendia abertamente a educação como uma estratégia de controle social. Para este regime, a área representava um:

instrumento para a regeneração do Estado. Nela residia a possibilidade e o controle da elite dominante e da massa dominada, grupos apontados como os responsáveis pela paz e coesão social. Na construção do "saber" dessa elite, a segurança do regime arbitrado; no controle do "saber" destinado às massas, a certeza de que este "saber" tinha em seus cânones a obediência e a fidelidade ao Estado (ALMEIDA, 1998, p.02).

Avançando na investigação do cenário educacional em 1940, passamos a analisar como se dava a participação das mulheres no ensino superior. A Tabela 03 abaixo apresenta este panorama.

Tabela 02- Pessoas de 10 anos ou mais que possuem curso completo/diploma

Grau Elementar		Grau Médio		Grau Superior	
Homen s	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
14.665	17.889	4.032	3.775	2.533	354

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)

Os dados da Tabela 02 acima apontam para uma maior conclusão das mulheres no grau elementar, o chamado ensino fundamental, entretanto, a partir do momento em que se avança nos níveis de escolaridade, as mulheres vão se tornando minoria, criando um abismo, no que se refere ao acesso ao ensino superior por parte delas. Esse abismo entre homens e mulheres com acesso ao ensino superior, para além de resultado de todo o processo de exclusão das mulheres no que tange ao acesso à educação formal, também leva a alguns questionamentos dentro do próprio contingente de mulheres, por exemplo: as mulheres que na década de 1940 ingressaram no ensino superior pertenciam a quais classes sociais? Quais eram as profissões que abraçavam? Quais eram as possibilidades de mulheres pobres e negras, como D. Analia, de terem acesso à educação formal no ensino superior, em áreas como a medicina, por exemplo?

Em uma declaração sobre Dona Analia feita por um espírita – irmão de fé, autodenominado de João de Figueiredo, é possível apreender o nível da tensão acerca da possibilidade de ela ser ou não letrada. À medida que a curadora começa a ganhar visibilidade e se tornar conhecida na cidade em decorrência das reportagens diárias do jornal Diário de Notícias, alguns depoimentos de pessoas curadas por ela (e dos familiares dessas pessoas) começam a chegar à redação do jornal. Depois que a repressão começou a se instalar e controlar o cotidiano da Casa Verde, pessoas beneficiadas por suas curas ou seus familiares procuraram a redação do jornal para prestar depoimentos com informações sobre os ditos “milagres” de Dona Analia ao conjunto da população, no objetivo de defender sua atuação e suas práticas.

O irmão de fé da curadora declarou, em carta ao jornal, que ela não era letrada e não possuía bens. Esta constatação leva à conclusão de que Dona Anália, assim como parte da

população feminina da capital, não tinha acesso à escolarização de nível fundamental, médio ou superior, muito menos acesso a uma educação formal específica ou geral da área de medicina. Desse modo, as suas curas não estavam circunscritas ao instrumental legitimado da medicina, o que a coloca em uma posição marginal ao mundo formal da cura e da assistência à saúde. Um trecho da referida carta de Figueiredo evidencia isso:

Não possuí ela bens para se dar ao trabalho de gastar com o que faz nem nada receber, sem intenção de mesmo de auferir, no futuro, resultados pecuniários ou morais. Não é ela pessoa letrada que tivesse em mira a vaidade, (ininteligível). Nada ela ofereceu, apenas atendia ao pedido dos que a procuravam, dando de graça o que de graça recebeu, segundo Jesus Cristo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS 01-04-1940, s/p).

A missiva de Figueiredo é instigante porque aponta pistas para avaliar a leitura do irmão de fé sobre a postura da médium na relação que tecia com frequentadores de sua casa. Não ser uma pessoa letrada talvez não signifique necessariamente ser analfabeta, mas pode significar que o tipo de acesso que Dona Analia teve às letras não a colocava na posição de ter “vaidade” por aquela aquisição como um lugar de poder. É também provocante a forma de informar que a curadora “não possuía bens”, o que não significa que fosse completamente destituída de posses. Chama a atenção também a referência que o irmão de fé faz sobre a mesma não ter bens “para se dar ao trabalho de gastar com o que faz”, o que pode tanto sugerir que ela não acumulava recursos quanto indicar que não precisava destes para realizar suas atividades de cura, porque não demonstrava interesse em “auferir”, no presente ou no “futuro”, resultados “pecuniários” ou “morais”. Em outras palavras, na perspectiva do irmão Figueiredo, as práticas de cura que Dona Analia realizava não alimentavam nem a expectativa de receber numerários e/ou dinheiro nem a necessidade de retorno ou afirmação moral que pudesse fortalecê-la como pessoa que exercia práticas de cura. Tal discurso pode ter se dado no sentido de estabelecer um contraponto entre esta e a classe médica e/ou os instrumentos repressivos que se abatiam sobre a mesma.

A missiva continua desafiando o espírito de interpretação, informando que a curadora “nada ofereceu”, isto é, não se propunha oferecer a cura a ninguém, mas se dispunha apenas a atender “ao pedido dos que a procuravam”. Aos que “a procuravam” oferecia uma mediação de

práticas populares de cura para “dar de graça o que de graça recebeu”. João de Figueiredo mostra que Dona Analia possuía uma habilidade de lidar com dimensões sensíveis da percepção da cura, como um dom que recebeu de “Jesus Cristo”, e muito provavelmente também de ancestrais, vendo, além da perspectiva instrumental biomédica, possibilidades de amenizar queixas, dores, sofrimentos físicos e espirituais dos que a procuravam. Esta se constituía em uma competência singular que tratava de repassar os conselhos e recomendações de alívios e curas que recebeu do mestre e se dispunha a compartilhar.

Essa referida “humildade”, que se alinha ao não conhecimento de um instrumental médico, legitima a curadora diante da sociedade e cria uma espécie de “capa protetora” para possíveis denúncias de fraude ou de exploração da fé alheia. Por outro lado, a carta de João de Figueiredo permite também observar um olhar de que o letramento geraria nos profissionais médicos uma vaidade, aparecendo aí um aspecto interessante: não ser como os médicos, ou seja, não possuir letramento e nem vaidade faz Dona Analia ser uma escolhida do “divino” para curar as pessoas de suas moléstias. Essa diferenciação entre a curadora e os médicos é recorrente na missiva de João de Figueiredo ao Diário de Notícias. Em outro contexto, o irmão de fé provoca os médico para uma possível acareação de Dona Analia, como forma de legitimar os seus dons apresentados pelo Diário de Notícias:

O caso de D. Analia deve merecer todo o interesse por parte dos srs. médicos. Estudem, sujeitem a médium a um controle rigoroso, falem aos espíritos quando por ela se manifesta, dando depois a opinião de cada um, certa, segura, livre de convenções, de apegos religiosos ou de satisfações pessoais de parentes e amigos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01-04-1940, s/p).

Há, nesse trecho, a indicação clara de uma tensão entre o letramento dos médicos e as curas apresentadas por Dona Analia. Seu irmão de fé sugere que os médicos a submeta ao controle rigoroso, dentro dos moldes técnicos que a ciência apresenta o que sugere uma tensão entre os saberes presentes nas práticas de cura de Dona Analia e os saberes presente nas práticas desenvolvidas pela classe médica de Salvador em 1940.

Para apontar uma reflexão sobre esta seção, é importante considerar que havia, entre as mulheres, um índice considerável de analfabetismo-falta de letramento, além de ser reduzido o número de mulheres que conseguiam o diploma de ensino superior (cf. tabela 2 acima). Isto leva à conclusão de que a saúde era uma área ainda majoritariamente masculina, no período referente aos fenômenos de Dona Analia, o que aponta o sexismo também como um motivo da tensão referenciada pelo seu irmão de fé. Além disso, no período de Dona Analia ocorreu um recrudescimento do código penal, o que levou à criminalização dos setores que recorriam com frequência a aqueles que exerciam as práticas populares de cura. Era, portanto, nesse espaço masculino e legitimado por instituições com poder estatal e hierárquico, incluindo-se aí os setores policiais, que Dona Analia vivenciou uma relação ora de disputa, ora de tensionamento velado e ora de curiosidade, conforme apontado pelo Diário de Notícias.

Essa questão da possibilidade de letramento (ou não) de Dona Analia também precisa ser observada a partir da perspectiva do pertencimento da sua condição racial. Sendo assim, cumpre sinalizar qual era a participação de negros e negras, como Dona Analia, no ensino superior do período em questão. Como mencionado anteriormente, o censo de 1940 apresenta um cruzamento de dados do acesso à educação quanto à questão de gênero, entretanto não é possível apreender o mesmo no tocante às questões raciais, de modo a ter um dado oficial sobre as possibilidades que este segmento populacional teria de acessar os espaços educacionais na cidade. Apesar disso, tal informação pode ser apreendida, ainda que de forma não oficial, na pesquisa de Pierson (1945), publicada na sua obra “Pretos e Brancos na Bahia”, que trata do período compreendido entre 1935 e 1937, na Bahia, portanto, três anos antes das práticas de cura de Dona Analia ganharem visibilidade nas páginas do Diário de Notícias.

Ao falar sobre o acesso educacional da população negra, Pierson (1945, p. 250) indica que o “analfabetismo é grande, especialmente entre as classes “baixas”, nas quais, como já vimos, predominam os pretos e mulatos escuros”. Portanto, o relato do autor confirma o relato do irmão de fé de Dona Analia, demonstrando que o não letramento da curadora era uma característica que

não se restringia a ela, mas era uma ocorrência bastante comum entre a população negra da Salvador de 1940.

O autor apresenta dados interessantes sobre isso, reproduzidos na Tabela 03 abaixo:⁸

Tabela 03- Frequência Escolar dos Grupos Raciais na Bahia (01)

Escolas	Nº de Escolas	Pretos %	Mulatos %a	Branco %	Outros %	Totais Número absoluto	Totais %
Elementar							
Pública	22	32,8%	37,2%	28,8%	1, 2 a	1335	100
Particular	8	12,7%	30,8%	55,6%	0, 9 b	315	100
Religiosa	6	6,9%	18,9%	74,3%	0, 4 e	525	100
Secundária							
Secundária	5	6,4%	18,9% %	74,3%	0,4e	525	100

Fonte: (PIERSON, 1945, p.251)

A tabela acima permite observar como a população negra estava inserida no setor educacional soteropolitano. Nota-se que havia uma maior participação de pretos e mulatos nas escolas públicas em contraposição a uma ampla maioria de brancos inscritos nas escolas de cunho privado e religioso. Esse processo de desigualdade se desenha a partir de uma intersecção entre classe e raça, pois tais escolas tinham, de acordo com Pierson (1945, p. 250), “frequência gratuita, e, portanto, mais acessível às crianças pretas, uma vez que seus pais ocupam níveis econômicos baixos”. Tais condições não possibilitavam uma entrada significativa de estudantes

⁸ Importante sinalizar que ao vir para a Bahia, Pierson parece ter se dedicado a estudar o município de Salvador, portanto, sua referência aos grupos raciais representarem todo o estado, precisa ser sinalizada como um tanto quanto hiperlativizada talvez vide o seu desconhecimento sobre o interior baiano no período, o que explica o fato de em diversos momentos, o autor fazer referências a “Bahia” e apresentar características referentes a Salvador como “cidade alta e cidade baixa” (PIERSON, 1945, p. 58)

negros nas escolas privadas. Por sua vez, as escolas de cunho religioso eram majoritariamente ligadas à Igreja Católica, sendo que a recepção de estudantes acabava circunscrita ao prestígio social e econômico dos pais, o que novamente excluía a maioria dos integrantes da população negra, como Dona Analia.

Ao observar o Secundário, que seria similar ao Ensino Médio, percebe-se uma enorme discrepância, do ponto de vista do acesso entre negros e brancos, considerando que os brancos ocupavam 74,3% das vagas, em contraposição a 6,4 % de pretos e 18,9% de mulatos. Sobre essa presença maior de brancos na escola secundária e de pretos e pardos nas escolas de ofício, Menezes (2006, p. 121) aponta que o “ensino médio para os brancos era preferencialmente o secundário, que dava ingresso à universidade; na escola de Ofícios, era possível o ingresso de pretos e pardos em maior número, uma vez que se destinava ao trabalho”.

Considerando o que aponta Menezes (2006), percebe-se que havia um processo de destinação da população negra para os espaços educacionais que possibilitavam exercer algum tipo de ofício após a conclusão, talvez com o fim de complementar a renda familiar, o que indica a precariedade e o baixo nível econômico das famílias negras no período (PIERSON, 1945).

Para além da Escola de Artes e Ofícios, nota-se que há uma presença negra marcante na Escola Normal, embora a maioria seja novamente branca. Tal ocorrência pode indicar uma forte presença de mulheres negras estudando para se formar como professoras, conforme mencionado anteriormente por Lima (1997), que destaca a predominante ocupação feminina da Escola Normal, a partir do início do século XX.

Porém, o aspecto que mais chama a atenção nos dados apresentados por Pierson (cf. Tabela 04 abaixo) refere-se à divisão racial no ensino superior, que, na época, se constituía basicamente das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. A discrepância racial na participação entre negros e brancos no ensino superior é gritante (80 % de brancos, 16,7 % de mulatos e apenas 2,2 % de pretos), como mostra a Tabela 05:

Tabela 04-Frequência Escolar dos Grupos Raciais na Bahia

Escolas	Nº de Escolas	Pretos %	Mulatos %	Brancos %	Outros %	Totais Número absoluto	Totais %
Superior							
(Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia)	03	2,2 %	16,7%	80,0%	1,1f	530	100
Artes e Ofícios	3	26,3%	36,4%	36,7%	0,6g	335	100
Escola Normal	1	15,8%	29,1%	55,1%	0,0	285	100

Ainda sobre esse aspecto de raça, relacionado à possibilidade de Dona Analia ter tido acesso à escolaridade e a informações sobre conteúdos ministrados nos currículos do período, é importante ressaltar que, por ser uma mulher negra, migrante, casada e pobre, ela vivenciava condições sociais que, certamente, contribuíam para a parca possibilidade de ter acesso ao processo de escolarização, já que as relações raciais na Salvador de 1940 eram constituídas de profundas tensões, conforme foi mencionado anteriormente. A esse respeito, Vieira (2013) argumenta que o direito à educação era um desses campos nos quais as tensões étnico-raciais se sobressaíam. Para Vieira (2013, p. 233), “as possibilidades, na educação e na formação profissional para moças, verificadas até então são direcionadas para atender a um segmento da sociedade formado por mulheres brancas, das camadas média e alta da sociedade baiana, e adeptas da religião católica”.

Conforme foi possível observar na Tabela 04 acima, a participação de mulheres no ensino superior era bastante ínfima, indicando que havia, de fato, um abismo social entre a presença de homens e mulheres com diploma em Salvador. Ao cruzar os dados da Tabela 03 com os da Tabela 05, localizada abaixo, para observar a questão do ponto de vista racial, tal abismo se aprofunda ainda mais. Vieira (2013) esclarece que, nas primeiras décadas do século XX, observa-se uma maior presença de mulheres “em carreiras profissionais tradicionalmente destinadas aos

homens, como Medicina e Direito” (VIEIRA, 2013, p. 239). Entretanto, tal presença parece realmente estar destinada para mulheres de classes sociais das quais Dona Analia não fazia parte.

Mesmo quando se trata das mulheres que gozavam de maior possibilidade de acesso à escolarização, suas especializações se concentravam nas áreas relacionadas à questão reprodutiva feminina, em especial ginecologia e obstetrícia. Ao observar as teses defendidas pelas mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia ao final do século XIX, Silva (2011, p. 49) constata que “as temáticas desses trabalhos estavam diretamente ligadas tanto à maternidade quanto ao aparelho reprodutor feminino. É como se essas profissionais fossem impelidas a cuidar de outras mulheres”. Observa-se aí uma situação dupla, os cuidados com a saúde das mulheres orientados pelas médicas formadas na Faculdade de Medicina estavam relacionados com as chamadas “condições femininas”, incluindo-se aí a gravidez, além de revelar que havia preocupação daquelas profissionais com a evolução dos cuidados no que tangem a saúde das mulheres.

Dona Analia, por sua vez, atuava em áreas diversas relacionadas à saúde. Há, entre as suas anunciadas curas, uma amplitude de supostos cuidados com a saúde dos seus consulentes, o que abrangia uma gama de problemas de saúde, incluindo deficiências como mudez, paralisia dos membros inferiores e surdez. Talvez esse aspecto também tenha contribuído para um processo repressivo mais acirrado contra as práticas que a curadora desenvolvia na Casa Verde.

Considerando os aspectos acima mencionados e os dados de Pierson (1945), que apontam que 80% dos estudantes universitários da cidade eram brancos, pode se inquirir: qual a possibilidade de uma mulher como Dona Analia – negra, migrante, casada e pobre, que teve acesso elementar ao letramento – também conseguir acesso ao ensino médico que pudesse legitimá-la, dentro do universo da cura e do instrumental biomédico oficial? A resposta é que as possibilidades eram extremamente baixas, entretanto, o fato de ser reconhecida por diferentes grupos sociais como operadora de curas e o fato de ter suas práticas curativas divulgadas na imprensa escrita, o que trouxe ainda maior visibilidade ao seu ofício, podem ajudar a explicar a tensão em torno do seu não letramento.

Ainda neste campo das relações raciais em Salvador, cumpre apontar que o Brasil havia abolido a escravidão fazia apenas 52 anos, depois de um longo processo que estabeleceu o escravismo como base das relações econômicas, política e institucional do país, por mais de 300 anos. Portanto, não causa espanto que as marcas desse processo histórico ainda se encontrassem evidentes por toda a cidade, principalmente pela presença das características culturais que apontam para a existência de uma afro-brasilidade na cidade.

Para auxiliar na tarefa de entender as relações demográficas e étnico-raciais da cidade de Dona Analia, recorre-se ao censo realizado em 1940 pelo IBGE. Relativo a este recenseamento, é necessário advertir que foi o primeiro censo do século XX que incluiu cor como um fator de caracterização da população, visto que, no censo anterior, realizado em 1920, tal informação não foi disponibilizada. Apesar de trazer esta classificação, é importante sinalizar algumas dificuldades no trato dos dados referentes à questão racial.

A primeira dificuldade; já citada, é a ausência de dados agregados de cor, ocupação e instrução nos municípios, pois apenas destacam o indicador “sexo”. A ausência de possibilidades de cruzamento e/ou agregação entre os referidos dados culmina em muitos silêncios na história, visto que não é possível identificar neste censo, por exemplo, se o acesso à instrução de pretos e pardos se dava de forma equânime ao acesso dos brancos em Salvador; ou quais atividades profissionais esses agrupamentos raciais exerciam em maior ou menor número. Esses silêncios, tanto dos anos 1920 quanto dos anos 1940, parecem marcar a necessidade do Governo Vargas de sustentar a ideia de uma democracia racial, visto que o acesso a esses dados poderia demonstrar a permanência das desigualdades raciais, durante a vigência do regime estadonovista. Conforme aponta Camargo (2009), a estatística se posiciona “como discurso de verdade, (...) ensejando políticas sociais autoritárias, sobretudo em países marcados pelo legado escravista ou por intensos dilemas étnicos” (CAMARGO, 2009, p. 363). Portanto, o apagamento de informações pelo IBGE não pode ser atribuído ao mero fenômeno, mas como parte de uma política de Estado.

A segunda dificuldade é que a mensuração racial no censo de 1940 omitiu a categoria parda do contexto de coleta dos dados. Essa informação era contada apenas no contexto da

análise, englobando todas as definições apresentadas pela população que não se enquadrassem em branco, preto ou amarelo.

Todas as demais designações de cor que indicavam miscigenação, como ‘caboclo’, ‘mulato’, ‘moreno’ etc., eram subsumidas a um traço horizontal no lugar reservado para a resposta nos boletins. (...). Na coleta, os boletins traziam como instrução apenas a filiação a um dos três grandes grupos, e a indução ao preenchimento com o traço como única alternativa àquela filiação, o que resultava num constrangimento para o entrevistado, inibindo-o quanto a uma eventual declaração que afirmasse sua condição. (CAMARGO, 2009, p. 380)

Essa omissão também não se configura por *afênomeno*, pois ela está inserida em um contexto de mudanças dos conceitos sobre a questão racial no país, expresso na transição do racismo científico, pautado nas ideias eugenistas do fim do século XIX, para um racismo cultural, expresso por autores como Gilberto Freyre e Nina Rodrigues.

A terceira dificuldade que pesa na relação do censo de 1940 e as questões étnico raciais é a ascensão dos regimes autoritários na Europa, notadamente do nazismo e do fascismo. Ora, Getúlio Vargas, bem como as forças armadas, burocratas e segmentos da burguesia que sustentavam o Estado Novo, eram aliados desses regimes, pautando inclusive uma aproximação política e institucional do governo para com esses regimes. Nesse sentido, a miscigenação e o hibridismo racial são considerados entraves à boa representação do país no exterior, visto que confirmaria a não existência de uma pureza racial defendida por regimes políticos autoritários da Europa que estavam no poder. Como afirma Camargo (2009),

O Brasil de 1940 via o pensamento dominado pela tecnocracia **nazifascista** (...) em virtude do hibridismo da miscigenação. Os desdobramentos da guerra, àquela altura, poderiam elevar este pensamento, então expressivo, à condição de hegemonia. (...). No que dependesse dos **esteticistas**, não teria havido nenhuma classificação racial em 1940, não fosse sua investida em favor da propaganda do país. Nesse sentido, era preciso moldar os procedimentos de inquérito de maneira a afiançar ainda mais a dissimulação sobre a cor da população, aterrorizada com as barbaridades que o distante Terceiro Reich engendrava como sugere o desnível em relação aos números obtidos em 1950 (CAMARGO, 2009, p. 381). *grifos nossos*

A partir das reflexões de Camargo (2009), vai ficando nítido que havia no país uma tentativa de moldar os dados acerca da questão racial, com fins de, além de negar a miscigenação, pautar uma suposta democracia racial. Salvador, uma cidade de maioria negra, possui, portanto, dados que precisam ser observados com cuidado, pela possibilidade de haver uma omissão, tanto de características raciais quanto de aspectos culturais relacionados, como, por exemplo, às religiões de raiz afro-brasileira ou outros grupos religiosos não alinhados com o regime. Assim, é preciso considerar que havia um alinhamento institucional da Bahia ao regime autoritário do Estado Novo, dirigido pela figura do interventor federal Landolfo Alves, o qual esteve à frente do governo do estado da Bahia, no período compreendido entre 1938 e 1942.

A quarta e última dificuldade é a omissão total de uma definição racial para a população indígena. Sobre isso, o glossário do recenseamento dá a entender que esse segmento populacional ora se enquadrava na categoria genérica de pardo, ora entrava na categoria de *cor não declarada*, mostrando um processo de invisibilização da população indígena pelo regime do Estado Novo, o que torna bastante complexa a tarefa de observar a presença do agrupamento em Salvador.

Feitas as devidas ponderações dos dados da representação racial, passa-se a analisar as informações estatísticas trazidas pelo IBGE. A análise dos dados mostra uma cidade formada por mulheres, cuja constituição étnico-racial era muito semelhante às imagens produzidas pelo Diário de Notícias para dar visibilidade e divulgar as práticas de Dona Analia. Depois de contadas as pretas, pardas, amarelas e de cor não declarada, as mulheres constituem-se como a maioria da população soteropolitana, fazendo jus ao título dado por Landes (2002) para a pesquisa sobre as matriarcas do Candomblé em Salvador publicada no livro *A Cidade das Mulheres*. Ao circular pela cidade de Dona Analia, Landes (2002) vislumbrou uma cidade de traços matriarcais, onde as mulheres negras fugiam à definição universal da mulher como personagem relegada ao espaço privado. A autora apresenta um cenário em que as mulheres, especificamente as das classes populares, administravam pequenos comércios, participavam de movimentações políticas e exerciam uma liderança religiosa bastante proeminente nos cultos de raiz afro-brasileira, que era o seu objeto de estudo. Landes (2002, p. 54) definiu-as como sendo “mais velhas, de aparência

robusta, confiantes em si mesmas e profundamente interessadas no trabalho do contexto. Geriam açougues, quitandas, balcões de doces e frutas e as barracas onde se vendiam especiarias, sabão, contas e outras especialidades vindas da costa ocidental da África”. Essa descrição visual aponta uma postura de protagonismo político e econômico das mulheres negras na cidade, o que se harmoniza bastante com o perfil de Dona Analia que foi desenhado pelo Diário de Notícias, haja vista a mobilização social referenciada pelo Diário de Notícias em torno de sua figura. A Tabela 01 abaixo mostra os dados sobre sexo e cor, na Salvador de 1940:

Tabela 5- População de Fato, por Sexo e Cor, segundo os municípios (Salvador)

Cor	Homes	Mulheres
Branco	47.148	54.744
Pretos	34.185	42.287
Amarelos	52	94
Pardos	50.819	60.855
De cor não declarada	99	160

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)

Além de traçar um panorama sobre as mulheres de Salvador, Landes (2002) também ajuda na percepção de como uma estrangeira lia a questão racial da cidade. Esta apresentava um olhar sutilmente marcado pela crença em uma quase “democracia racial”. Em sua reflexão, a autora indica que havia uma relação próxima entre definições raciais com a posição econômica, apontando para uma camuflagem da descendência africana, caso o indivíduo possuísse um poder aquisitivo elevado. A autora observa que:

Quando dizem “negros”, designam apenas o tipo que vi nas ruas – a gente trabalhadora mal remunerada. (...) nem “preto”, nem “negro”, nem “africano” são usados como referências a pessoas desse tipo físico que ocupem posições na classe superior. A educação ou o dinheiro, isolada ou conjuntamente, retiram o indivíduo do pitoresco grupo dos “negros” (LANDES, 2002, p. 53-54).

A reflexão de Landes sobre as múltiplas definições raciais para se referir à população negra da cidade sugere que havia tensões de base racial na Salvador do início do século XX. Ao explicitar que ser rico, ter educação, ter um renome social, podia retirar o indivíduo do grupo de “negros”, percebe-se que havia um desejo de camuflar as identidades negras através de aspectos relacionados a uma ascensão econômica. Além disso, pode-se apreender, a partir do relato da autora, que o termo “negro” estava carregado de elementos discursivos que apontavam para uma inferioridade cultural e biológica do segmento, tornando imperativo para a classe dominante soteropolitana apagar esses resquícios culturais que se contrapunham ao ideal europeizado desejado para o país. O esforço para realizar esse apagamento se expressa nas proibições destinadas a práticas culturais que possuíam vínculos com traços culturais africanos, como o Candomblé, as práticas populares de cura e os jogos de Capoeira.⁹ Sobre essa estratégia política de apagamento, Bacelar (2001) afirma que

definir publicamente a inferioridade do negro seria uma forma de despertar formas de organização societárias homogêneas na população majoritária com a ordem jurídica instalada, onde o modelo liberal regulamentava a esfera pública. Muito mais efetiva era a construção de atributos, a partir da vivência, das práticas, do cotidiano dos negros pobres de Salvador, tornados “naturais” - vadio, violento, criminoso, alcoólatra, sem família organizada, feiticeiro-, a caracterizar negativamente a sua situação. Os elementos presentes na cultura das camadas pobres tornaram-se componentes permanentes do ser negro em Salvador (BACELAR, 2001, p. 18-19).

Tanto Bacelar (2001) quanto Landes (2002) mostram que a questão racial em Salvador, no contexto de 1940 – quando o Diário de Notícias identificava e desqualificava publicamente as práticas de cura de Dona Anália – passava longe de fazer uma avaliação democrática das ações e

⁹ A pena para os “capoeiras” era de até seis meses de prisão, conforme o Decreto Nº 847, DE 11 de Outubro de 1890. Capítulo XIII.

dos costumes dos afrodescendentes pobres. As elucubrações dos referidos autores sugerem que havia, por parte das elites, o medo de uma organização racial que levasse a revoltas que denunciasses o cotidiano precário que uma parcela da população vivenciava. A construção de um discurso sobre a população negra que os apresentava como seres perigosos, vadios e culturalmente inferiores se apresenta como um duplo mecanismo: este discurso mexe com a autoestima e autodefinição destes grupos sociais, tanto para mantê-los sob controle quanto para mostrar, ao resto do mundo, que os negros e suas expressões culturais são controladas e organizadas pelo poder estatal.

Não é demasiado recordar que o mundo estava assistindo à ascensão de regimes políticos autoritários na Europa, calcados no nazifascismo – uma ideologia de supremacia racial; e que havia, por parte do Estado Novo, uma aproximação política com esses regimes, o que demandou “acenos” por parte do governo brasileiro, no sentido de mascarar a miscigenação brasileira e apresentar um país saneado, do ponto de vista da pureza racial.

2.3 DONA ANALIA, O ETHOS ESPÍRITA E OUTRAS CRENÇAS DA CIDADE EM DADOS E NARRATIVAS DE 1940.

O próximo aspecto a ser abordado sobre a Salvador de Dona Analia são as crenças da cidade, visto suas curas ocorrerem em torno de um universo religioso, a saber: o espiritismo. Para isto, volta-se aos dados do Censo do IBGE de 1940 sobre as crenças religiosas adotadas no município de Salvador, conforme mostra a Tabela 06 abaixo:

Tabela 06- Religião-(excerto Salvador)

Religião	Homens	Mulheres
Católicos Romanos	128.475	154.680
Protestantes	1.567	1.658
Ortodoxos	43	25
Israelitas	408	356
Maometanos	38	6
Budistas	11	2
Xintoístas	0	0
Espíritas	955	857
Positivistas	5	2
De outra religião	312	233
Sem religião	304	162
De religião não declarada	185	150

A primeira coisa que chama a atenção nos dados sobre a condição religiosa da população soteropolitana de 1940 é a ausência de uma identificação para os adeptos de religiões afro-brasileiras. Há espaço para religiões de origem oriental como o Xintoísmo¹⁰ e o Budismo, mas

¹⁰ Conforme dados da Embaixada Brasileira no Japão, o Xintoísmo se constitui como a sistematização de crenças nativas, em face da chegada do Budismo ao país. A religião tem como foco a pureza daqueles que lidam com os deuses (kami) e dos rituais. Assim como o Candomblé, é uma religião de profunda base na oralidade, sem escritos sagrados que o referenciem. Já o Budismo se originou na Índia, e tem como líder supremo o Buda, Sidarta Gautama, sendo assim, esta é uma religião não teísta; ou seja, não há um Deus ou Deuses aos quais se acessem. Raízes Nativas

não para o Candomblé ou a Umbanda. Tal omissão pode ter ocorrido por vários motivos, sendo que o principal deles pode estar relacionado à questão da intolerância religiosa, o que guarda uma forte relação com os objetivos deste trabalho.

A liberdade religiosa no Brasil e a expressão livre de credo constituem aspectos que sofreram profundas mudanças ao longo da história brasileira. Os processos de normatização nem sempre garantiram que esta liberdade se expressasse no cotidiano, algo que os terreiros de Candomblé, em especial os da Bahia, conhecem com bastante força, haja vista o histórico de perseguição destinado à religião na história brasileira. O trabalho de Santos Junior (2018), que apresenta levantamento de notificações, processos e queixas das mais variadas, ocorridas entre 1938 e 1972, revela o quanto o processo repressivo às religiões de raiz afro-brasileira ocorreu de forma sistemática e organizada a partir das Delegacias de Polícia, algo que Dona Analia experimentou na figura da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Sobre o direito à livre expressão de credo, faz-se importante sinalizar que foi na República que a garantia deste direito aos cidadãos deu os seus primeiros passos, conforme trecho abaixo:

Seção de Direitos-§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. § 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita. § 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis. § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados (BRASIL, 1891).

A constituição de um ensino leigo nos estabelecimentos públicos e do casamento como uma instância civil estendeu a garantia da liberdade religiosa para além do exercer individual. Ao ao menos no plano normativo, isso fez com que o Estado se posicionasse de forma laica nas suas execuções. Porém, na prática, os primeiros anos da República apresentaram a construção de teorias e teses que buscaram enquadrar as religiões afro-brasileiras, bem como outros aspectos da

e Influência Estrangeira, Disponível em <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/religiao.html>> , Acesso em 27/02/2020.

cultura negra religiosa no Brasil, como expressões de uma desvirtuação moral e biológica. Ao refletir sobre essa desqualificação da vida religiosa afro-brasileira dos moradores de Salvador, Bacelar (2001), explica que

A política de exclusão da presença africana, visualizada expressivamente na repressão policial aos candomblés, se desencadeia, de maneira sistemática, ao longo das primeiras décadas do século XX. É verdade que a ação desenvolvida objetivava atingir sobremodos os negros baianos, majoritários demograficamente, pois seria um desastre fenômeno se mantivessem como portadores das marcas culturais dos “selvagens africanos” (BACELAR, 2001, p. 19).

Assim, as ações voltadas para a exclusão de marcas culturais negras abriram espaço para um processo sistemático de perseguição às práticas religiosas e curativas, relacionadas ao universo simbólico da população negra, através de narrativas construídas na imprensa por acadêmicos, intelectuais e jornalistas que relacionavam tais práticas ao atraso do país. Sobre o papel da imprensa na construção das narrativas que deram sustentação à perseguição ao Candomblé, Santos Junior (2018) faz a seguinte reflexão:

Sabemos a “todas as luzes” que a imprensa era excelente parceira da polícia. Às vezes cobrava dela providências sobre o candomblé, mas também publicitar um acontecimento já era visto pela polícia como uma forma de coibir, expondo o indivíduo ao vexame. A imprensa escrita parece ter sido mais combativa do que as autoridades policiais em alguns contextos e a Polícia de Costumes valia-se disso transformando o resultado das suas batidas e prisões em acontecimentos “sensacionalistas” nos jornais. (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 24)

As reflexões do autor mostram que a criminalização das práticas culturais ligadas à raiz afro-brasileira e de caráter popular se dava na imprensa com objetivo disciplinador e educativo. Apesar do normativo de liberdade religiosa, a República se especializou em formas de reprimir as manifestações que não julgasse condizente ao almejado para a identidade nacional. Consoante ao aspecto da desqualificação contra os adeptos das religiões de matriz afro-brasileira, também se fazia presente, nesse contexto histórico, a desqualificação do espiritismo e de seus adeptos. Dona Analia, como já foi mencionado, atribuía as supostas curas realizadas por ela à influência do que ela denomina “guias espirituais”. Fora essa nota, em nenhum momento ela declara explicitamente uma filiação a alguma religião, contudo, a curadora será defendida por um adepto espírita que a

declara médium, o que dá a entender que ela pertencia a tal agrupamento religioso. Sobre o espiritismo, é importante salientar que a repressão à religião não constituía uma exclusividade do período. Desde o final do século XIX, suas práticas haviam sido judicialmente criminalizadas, a partir do Código Penal de 1890:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000. § 1º Se por influência, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psíquicas: Penas - de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000 (BRASIL, 1890).

A criminalização judicial do espiritismo ia de encontro ao princípio da liberdade religiosa que havia sido instituído com a ascensão da primeira república. Essa contradição – expressa na caracterização da religião como crime contra a tranquilidade pública, acrescida da nítida citação acerca da “cura” de moléstias – demonstra que havia, por parte do Estado, um desejo de controlar o aspecto terapêutico que a religião apresenta. Sobre isso, Gomes (2020) assim explica:

O espiritismo foi criminalizado na norma penal republicana porque existiam imprecisões na sociedade brasileira para que as suas práticas fossem compreendidas como perniciosas. Dessa maneira, havia a necessidade de intervenção do Estado a fim de garantir que o bem jurídico relacionado à tranquilidade pública pudesse ser salvaguardado aos cidadãos brasileiros mesmo que, para tanto, uma série de cidadãos que professasse a Doutrina Espírita como religião tivesse os seus direitos à liberdade religiosa e de consciência cerceados (GOMES, 2020, p. 05).

De acordo com Giumbelli (2003), a despeito de a criminalização ter se iniciado no final do século XIX, a religião ainda enfrentou, entre os anos de 1930 e 1940, ataques severos, tanto pela imprensa quanto pelas forças policiais. Esse contexto leva à elucubração sobre a possibilidade de o fato de Dona Anália ter omitido sua religião e o fato de, em nenhum momento, ter ditado ao jornal que era espírita poderem representar uma estratégia de autoproteção, haja vista a criminalização judicial e desqualificação pública que a religião sofria, em especial, por seus aspectos terapêuticos.

Outro acontecimento que fortalecia as práticas de cura de Dona Anália – ter sido defendida publicamente, na imprensa, por um irmão de fé – acenava para leitores e consulentes

da cidade que ela exercia seu ofício cumprindo os requisitos necessários a sua legitimidade perante seus pares, enquanto médium e pertencente à religião. Segundo Oliveira, o espiritismo.

se firmava na Bahia, com uma aceitação maior que o candomblé, a feitiçaria e o curandeirismo. Os kardecistas, por sua vez, buscavam uma associação como ciência e tentavam se desvincular do artigo 157, que se referia explicitamente à prática ao “espiritismo, magia, e seus sortilégios” (OLIVEIRA, 2017, p.166).

Outro aspecto da relação entre Dona Analia e o espiritismo que se faz necessário apontar é que sua defesa pública por um irmão de fé pode ter adquirido um caráter educativo na sociedade soteropolitana. Há de se notar que as práticas de cura conduzidas por uma figura como Dona Analia, ao atuar num campo tão vulnerável e importante como a questão da saúde, sem cobrar pelos serviços prestados, colocavam em evidência a caridade, um princípio fundamental da doutrina espírita. Em entrevista ao repórter, a curadora afirma que “atende a todos, do mais humilde ao mais rico. Primeiro aqueles. Depois estes. Nada recebo de ninguém. Não o poderia fazer se o quisesse. É uma missão de caridade a que cumpro em benefícios dos que sofrem” (Diário de Notícias, 07/03/1940, s/p). É muito provável que este *ethos* perseguido pela curadora servia para dar ênfase a dimensões materiais, simbólicas, subjetivas e morais que serviam de elementos motivadores da crença na religião espírita.

2.4 - LIÇÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS PARA A FAZENDA GARCIA DE DONA ANALIA

Como mencionado no início dessa parte, pensar o espaço socialmente construído constitui-se em uma importante estratégia para apreender um período histórico. A Fazenda Garcia, local onde as curas de Dona Analia são realizadas, é um bairro de muitas referências históricas. Pertencente ao Conde Garcia D’Ávila¹¹, a Fazenda nasce como ponto de estoque de

¹¹Garcia D’Ávila é conhecido por ser um dos primeiros latifundiários do país. Designado por Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, foi referenciado como “Criado de Tomé de Souza” pelos Jesuítas. Cerca de 3 anos depois de chegar a Salvador, D’Ávila já possuía “200 cabeças de gado, fora porco, cabras e éguas”, conforme alegado pelo mesmo em 1552 (CALMON, Pedro, História da Casa da Torre: Uma dinastia de pioneiros-3ª Ed. ver, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983).

escravos no século XVI. Após esse período, as referências do local e seu desenvolvimento já se transferem para o século XVIII.

Castillo (2017), ao analisar a história da formação do Terreiro do Gantois, oferece pistas sobre o que pode ter ocorrido no período. A autora explica que, em 1838, D. Joaquina Auta de Menezes e Araújo, viúva e então proprietária, teria arrendado partes da fazenda ao comerciante Francisco Ezequiel Meira, as quais “acompanhavam as margens do Dique do Tororó até a nascente do Rio Lucaia, continuando até a confluência do Lucaia com o Rio de São Pedro” (Castillo, 2017, p. 38). O comerciante instalou um moinho de trigo na região que fornecia farinha para as padarias da cidade. Em 1844, as terras foram compradas novamente, desta vez pela família Gantois, a qual, além da comercialização de escravos, também possuía negócios relacionados à venda de rapé. Tanta foi a importância comercial do produto que os proprietários chegaram a instalar uma pequena fábrica para produzi-lo na fazenda.

Ao final do século XIX, a mesma Fazenda Gantois foi adquirida pela família Martins Catharino, que também era proprietária da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia (CPUFB) e que a manteve até o fim. Atualmente, o bairro possui 2 partes: uma primeira, que se estende pela Rua Leovigildo Figueiras e é considerada uma área nobre, morada de membros da classe média; e uma outra parte, conhecida como propriamente “Fazenda Garcia”, que se estende pela Rua Prediliano Pita até as avenidas Garibaldi, Centenário e Vasco da Gama, que as circundam. Segundo Valente (2016), essa parte do Garcia é conhecida por ser um bairro operário no qual as casas possuem menor valor agregado.

O caráter operário tem uma relação muito estreita com a história do bairro. Entre moinhos, fábricas de rapé, fazendas e trabalho agropastoril, a Fazenda Garcia foi se constituindo como um bairro dos trabalhadores de Salvador. Castore (2003) explica que a União Fabril era detentora da Fábrica São Braz, localizada no bairro de Plataforma, subúrbio ferroviário de Salvador, e que possuía outras fazendas espalhadas por Salvador, dentre as quais a Fazenda Cabrito, responsável pela produção de curtume. A aquisição de fazendas para produção fabril está

registrada na Ata de Fundação da União (1891) e constituía-se em uma estratégia dos proprietários.

Os memorialistas da Fazenda Garcia trabalham com a hipótese de que a formação do bairro pode estar relacionada ao arrendamento de casas e terrenos. A tese é que os trabalhadores da Fazenda, após a decretação da falência da União, arrendaram as casas, visto que já residiam no bairro e isso lhe colocava na condição de quase proprietários. Essa relação entre trabalhadores de fábricas e a formação de vilas operárias é abordada por Sardenberg (1998), que analisa as relações de gênero nas antigas fábricas e suas vilas operárias:

Cabe aqui lembrar que uma das características fundamentais das “fábricas com vilas operárias” (LEITE LOPES, 1988) prende-se ao fato de que além de se constituírem em espaços de produção, elas foram também locais privilegiados de reprodução da força de trabalho (SARDENBERG, p. 26, 1998).

Em consonância com a autora, Castillo (2017) apresenta a Fazenda Garcia como um lugar espacial de trabalho-moradia, reforçando a característica de bairro de trabalhadores. Essa característica foi ressaltada pelo autodenominado “o repórter” que se tornou o principal narrador e responsável pelas reportagens publicadas no Diário de Notícias sobre a curadora. Em uma de suas notícias, ao mencionar as viagens que os ônibus faziam quando se deslocavam para o bairro, o repórter afirma que os meios de transportes “despejavam novos mangotes” (Diário de Notícias, 1940, p. 08). Mangotes são equipamentos usados para proteger o antebraço de trabalhadores braçais. Nesse contexto, tal afirmação constitui uma metonímia usada para explicitar que o ônibus “despejava” trabalhadores, provavelmente retornando do seu local de trabalho.

Sendo um bairro de trabalhadores, esse certamente era um espaço não privilegiado da cidade em matéria de infraestrutura. Esse aspecto é evidenciado pelo “repórter”, ao abordar a precariedade do transporte público do local, a ponto de comparar os ônibus do bairro a uma orquestra, em alusão ao ranger do automóvel:

Despertado, bruscamente, de cogitações que o absorviam, atirou-se dentro do “ônibus” e foi indo, aos solavancos de um veículo “tenor” cujas molas cantavam o tempo todo. Afinal, depois de uma viagem penosa, em pleno largo da Fazenda Garcia. O “ônibus”

fez uma curva brusca e os freios aplicados violentamente, modelaram um último acorde (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/03/1940, p.08).

A Figura 04 abaixo mostra um ônibus da empresa Duran com destino ao bairro de Dona Anália:

Figura 04: ônibus da empresa Duran com destino a Fazenda Garcia



Fonte: Álvaro Santos, sem data.¹²

A Figura 04 nos possibilita apreender o início da organização de uma infraestrutura para acesso de linhas de ônibus ao bairro. Percebe-se que o ônibus está parado na longa e íngreme ladeira que dá acesso ao local por uma estrada de rodagem ainda não asfaltada com alguns buracos na lateral, cujo acesso provavelmente era realizado pelo Dique do Tororó. A legenda dá conta de uma “estrela”, o que dá a entender que se tratava de uma viagem inaugural da linha

¹² São inúmeros os blogs dedicados a uma salvaguarda do patrimônio memorial do Bairro. A imagem (Figura 03) encontra-se sem data e é referenciada como sendo de responsabilidade de “Álvaro Santos”, ao qual damos crédito pela imagem. Sobre a data, alguns dados nos permitem obter uma identificação como início do Século XX. A Viação Duran S/A foi uma empresa de transporte com linhas para a Fazenda Garcia, São Lázaro, Federação, Engenho Velho da Federação, Nordeste, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz. A Duran será incorporada ao grupo VIBEMSA em 1978, quando já possuía uma frota de 128 ônibus. Disponível em: <<https://fazendagarcia.wordpress.com/2007/11/17/a-historia-do-bairro-fazenda/>>, Acesso em 22/01/2020.

destinada ao bairro. Note-se que há por parte dos usuários do transporte certa pompa, como se esse fosse um dia importante para o bairro. Pode-se observar também que há personagens situados no lado esquerdo da fotografia que parecem olhar com grande curiosidade a subida do ônibus na ladeira.

A infraestrutura precária no bairro parece ser reforçada pelo jornal, com o intuito de situar a Fazenda Garcia como um espaço perigoso da cidade. São explícitos os choques de que “cavalheiros de trato” e “senhoras da Sociedade” estejam envolvidos no que o jornal adjetiva de “promiscuidade” (Diário de Notícias, 05/03/1940, p. 08), ou seja, para o jornal a procura de uma curadora em um bairro com tantas precariedades, do ponto de vista estrutural, representa uma questão de desvirtuação moral da sociedade soteropolitana.

Essa caracterização como local perigoso é acentuada quando, entre o acompanhamento do fenômeno e algumas andanças pelo bairro, o repórter desloca a narrativa sobre Dona Analia para passar a narrar a história da existência de um lobisomem que estaria espalhando terror entre as pessoas do bairro. Ao apresentar uma manchete com o título “Três Lobisomens na Fazenda Garcia – Já ninguém anda à noite, nas ruas escuras do bairro onde mora a gente pobre da cidade”, o repórter começa a relatar a história de uma senhora, moradora da casa de número 18, vizinha à Dona Analia, cujo filho estaria se transformando na criatura mágica à noite. Destaca-se a referência que ele faz acerca da situação socioeconômica dos moradores que ali residem, reforçando que seus moradores possuem um nível econômico baixo:

Quando o ônibus parou no ponto terminal e ele foi andando pelas ruas desertas e sombrias, notou que àquela hora, dezenove horas, as portas e janelas e algo de anormal parecia haver no bairro populoso e humilde. Nas ruas estreitas esburacadas, onde as casas se empilham, em recortes caprichosos, não havia viva alma. Ninguém. Tudo vazio. Só os vira-latas davam o seu grande banquete, nos depósitos de lixo das casas pobres (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/03/1940, s/p).

A narrativa sobre o bairro segue, dessa vez citando o encontro com um morador que lhe expõe a situação vivida por esta mãe que estaria passando de porta em porta pedindo para que o filho não fosse morto:

- Ah! Então o senhor não sabe? Logo vi... O senhor andando, estas horas, por estas bandas, só mesmo muita coragem. O "repórter" via coroadado de êxito o seu trabalho. E o homem contou que toda a Fazenda Garcia anda alarmada com a novidade recente. Três lobisomens andam passeando, de noite, pelas circunvizinhanças. Ninguém mais sai à rua. É por isso que as casas ficam fechadas. Ninguém se arrisca. Várias pessoas têm amanhecido estendidas, na estrada, assombradas com os bichos. E o "repórter" soube que a Fazenda Garcia está em polvorosa (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/03/1940, s/p).

O discurso que o "repórter" apresenta sobre o bairro de Dona Analia diz muito sobre como a imprensa contribui para a construção de narrativas ligadas a fanatismo e perigo, para curadoras populares como ela. Essa narrativa de modo nenhum pode ser lida como "letra fria", mas como posicionamento de um jornal pertencente à elite econômica baiana. Faz-se necessário, portanto, analisar o jornal como parte da construção da hegemonia de grupos políticos – como os ligados a Antônio Balbino, o então dono do jornal, e que mais tarde se tornaria governador do estado – e jamais como "objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256).

Considerando que a escolha de notícias a serem publicadas em um jornal segue uma posição narrativa, faz-se necessário falar sobre como esse elemento mítico foi escolhido como "pano de fundo" para o que se desenrolava na Casa Verde, onde as curas de Dona Analia eram realizadas. Cascudo (2016) nos oferece um caminho para entender como a lenda do lobisomem teria surgido, reportando-o ao Egito, às regiões da Ásia e da África e por fim, ao Império Romano. No entanto, o que mais interessa na análise do autor é a adaptação que ele traz do fenômeno para a realidade brasileira. Para o autor, há, no sertão brasileiro, uma transposição do caráter da licantropia, que aqui assume ares de moléstia e de castigo e cuja imagem dá a entender até que o ser mítico seja uma "vítima de verminose" (CASCUDO, 2016, p. 01).

O interessante da análise de Cascudo, que sinaliza a licantropia como castigo, é pensar que Dona Analia era considerada pelas leis médicas e sanitárias (e também pelo catolicismo, religião majoritária) como uma dissidente, visto que fazia contatos com guias espirituais e exercia práticas populares de cura, uma prática condenada pelo cristianismo e, por sua vez, condenada pelo Estado. A referência à presença de um ser mítico, com características de castigo, no mesmo

espaço da curadora leva a refletir se o jornal estava reforçando – juntamente com as inúmeras alusões à falta de infraestrutura e à promiscuidade – que este não era um lugar seguro para se pisar e, portanto, um espaço social que necessitava de ordenamento e saneamento. Cascudo (2016) explica que

essas superstições, de cunho rigidamente moral, tenham sido postas em circulação pelos letrados, como elemento de ordem ética, equilibrando para uma melhor conduta, a gente semi-bárbara do Sertão. O medo ao sobrenatural, o castigo após a morte, a vastidão das penas, o tempo sem fim do remorso, são, através das idades, bases naturais das religiões. Seria inútil mostrar de como a Igreja Católica soube inteligentemente popularizar os seus dogmas, usando lendas cultuadas desde a mais remota ancianidade (CASCUDO, 2016, p. 4).

As lendas mencionadas pelo autor são componentes fortíssimos da cultura popular, transmutando-se no imaginário e na temporalidade, mas mantendo as suas continuidades.

Hall (2015) sugere que, muitas vezes, a imprensa apresenta esses elementos com intencionalidades tanto de criminalizar e segregar determinadas áreas (urbanas ou rurais), quanto de criar as chamadas “cortinas de fumaça” sobre determinados eventos e períodos. É possível notar que a imprensa tem papel histórico na construção de discursos de segregação sobre as áreas periféricas de Salvador, discursos esses que permanecem nos dias atuais.

A moral civilizada que a imprensa baiana pretendia impor à população, através da desqualificação de espaços como a Casa Verde, ancorava-se em um desejo de saneamento da população e de seus costumes e, para tal, fazia-se necessário garantir aliados nas políticas de áreas como educação e saúde. A imprensa enquanto um meio de comunicação, orientando-se por referências de culturas letradas, se adiantava a apresentar para a sociedade os seus referenciais calcados em ideais de modernização da cidade.

2.5 - ESPAÇOS SAGRADOS DA FAZENDA GARCIA

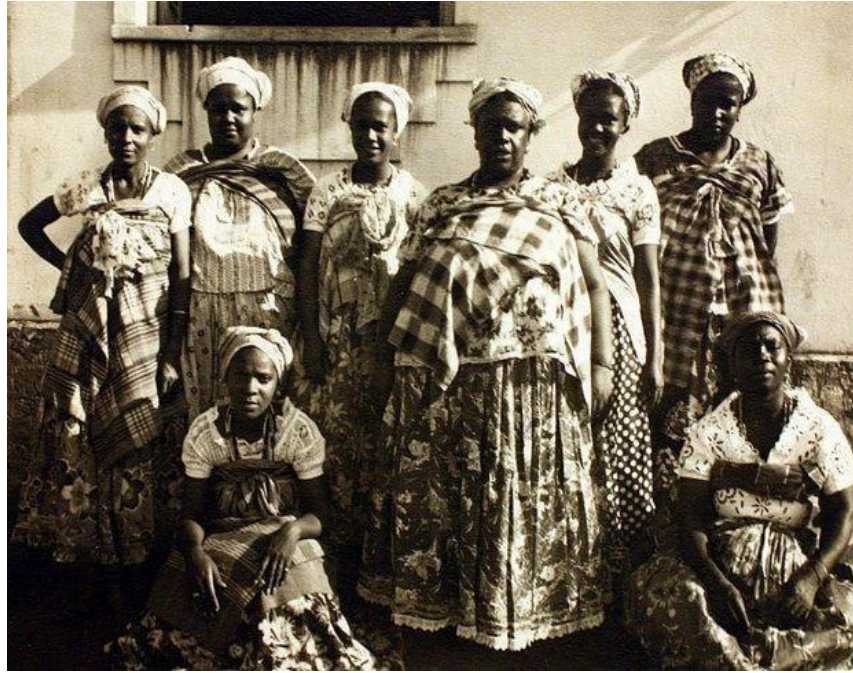
Desde o início desta pesquisa, buscou-se apresentar a história de Dona Analia como um fio condutor e, através dele, buscou-se traçar um panorama sobre contexto socioeconômico de Salvador nos anos 1940. Seguindo essa linha, abordar a esfera do sagrado presente na Fazenda

Garcia, um sagrado contemporâneo à história de Dona Analia e suas práticas de cura, torna-se importante para a devida caracterização do espaço onde a sua história se desenrolou.

Rodrigues (1935) explica que, entre os três terreiros “mais afamados” do final do século XIX em Salvador, um estaria localizado no Garcia. No texto, ele cita explicitamente o Engenho Velho (possivelmente o Terreiro da Casa Branca, considerando o período histórico), o Gantois e um Terreiro no Garcia, onde, segundo o autor, havia vestimentas, imagens, pedras e esculturas de São Cosme e Damião, apontando a interlocução histórica entre o Catolicismo e o Candomblé (RODRIGUES, 1935). Sobre essa presença do sagrado na Fazenda Garcia, é importante também mencionar o trabalho de Castillo (2017), o qual explica que o terreno que deu origem ao Terreiro do Gantois se localizava, este também em seus primórdios, dentro da Fazenda Garcia, “compreendendo os morros dos atuais bairros do Garcia e da Federação e parte dos vales no entorno beirando o Dique do Tororó” (CASTILLO, 2017, p. 38).

Considerando os escritos da autora, causa certa curiosidade pensar na possibilidade de convivência territorial entre Dona Analia e o Gantois, visto que, durante o período de aparição de Dona Analia, este importante terreiro também se encontrava em atividade e possuindo uma mulher à frente da sua condução espiritual. Esta mulher era Mãe Menininha, famosa por ser de Oxum, pela postura firme na defesa do povo de santo e pela capacidade de articulação institucional que apresentava. Assumiu o terreiro do Gantois em 1922 e, durante sua condução do Gantois, passou pelo regime do Estado Novo e vivenciou um intenso período de perseguição contra os candomblés em Salvador. A figura 05 abaixo mostra a imagem dela:

Figura 05: Mãe Menininha (quarta, da esquerda para a direita)



Fonte: Coleção Lorenzo Turner (1940)

A Figura 05 permite observar a postura de liderança que Mãe Menininha parece assumir entre as mulheres que frequentam e/ou são componentes de sua casa. A yalorixá mantém postura ativa entre as mulheres que lhe cercam; e a forma como estas se posicionaram ao fundo e abaixo dela sugere que estas assumiram uma postura de respeito, cuidado e proteção para com a líder religiosa, o que mostra que ela ocupava um espaço de poder que possivelmente transitava da esfera privada para a pública, visto o Gantois ser um espaço religioso com bastante influência pública no período.

Além deste, outro terreiro se encontrava presente no espaço da Fazenda Garcia, durante o contexto histórico em que se desenvolveu a história de Dona Analia. A primeira menção a este terreiro foi encontrada durante o processo de pesquisa para este trabalho, quando Rodrigues (1935) alude explicitamente à existência de um terreiro na localidade. Considerando o final do século XIX como o período da produção e pesquisa de Nina Rodrigues, buscou-se referência em autores mais contemporâneos ao século XX para tentar descobrir qual seria esse outro espaço

religioso afro-brasileiro presente no local. Foi nesse processo que foram encontrados os escritos de Bastide (1961). Em “O Candomblé da Bahia-Rito Nagô”, ao desenhar as características espaciais dos terreiros de Salvador, o autor se refere à existência de um terreiro na Fazenda Garcia:

Mas em geral se agrupam longe do centro, nos valos umbrosos, suspensos aos flancos das colinas ou entre as dunas marinhas, escondidos pelas árvores, pelos renques de bananeiras, abrigando-se sob os coqueiros. Ao longo do Rio Vermelho, em Mata Escura, São Caetano, Cidade da Palha, Língua de Vaca, Pedreiras, Fazenda Grande do Retiro, Fazenda Garcia. Cercam a cidade com uma coroa mística, e a única solução de continuidade é representada pela faixa móvel do oceano (BASTIDE, 1961, p. 19).

Nesse trecho, o autor aponta duas localizações que chamam a atenção: a primeira é a própria Fazenda Garcia e a segunda é o Língua de Vaca. Essa citação levou à busca da recente produção de Sousa Junior (2018), que produziu pesquisa aprofundada em autos da Delegacia de Jogos e Costumes referentes à criminalização das religiões afro-brasileiras e de práticas populares de cura no período compreendido entre 1938 e 1976. Sobre o Língua de Vaca, o autor afirma que “a Língua de Vaca era uma localidade do Garcia, mais precisamente o local onde, em meados dos anos de 1970, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia instalou o departamento de Polícia Técnica, composta por seus vários institutos” (SOUSA JUNIOR, 2018, p. 187). Segundo o autor, o terreiro conhecido como Língua de Vaca era de origem Ijexá¹³, localizado na Fazenda Garcia, em terreno arrendado por Júlia Maria da Pureza, em 1902. Sobre este arrendamento e a relação com o terreiro citado por Nina, o autor afirma:

É digno de nota chamar a atenção de que em 1902, Júlia Bugan, com 35 anos de idade, já aparece nesta escritura de compra, venda, paga e quitação como proprietária. Isso nos leva a crer que ela já havia arrendado os 714 m² da Fazenda Garcia no lugar denominado Língua de Vaca para fazer o seu candomblé entre finais do século XIX e início do século XX. (...). Desta maneira, é pouco provável que Nina Rodrigues não tenha tomado conhecimento do candomblé ijexá da Língua de Vaca, situado no Garcia, mas também não podemos afirmar que o terreiro do Garcia citado por ele seja o candomblé da Língua

¹³ O termo Ijexá acabou sendo assimilado como um ritmo musical, o que aponta o desconhecimento histórico sobre essa nação que ainda guarda alguns remanescentes na região da Península de Itapagipe. A esse respeito, Sousa Junior (2018) ressalta que os Ijexás são uma nação particularmente voltada ao culto às águas e aos orixás representados por elas. Entre esses, Oxum, orixá de Mãe Menininha, líder religiosa do Terreiro do Gantois.

de Vaca. O fato é que Tia Julia já batia candomblé na ocasião em que Nina Rodrigues fazia suas pesquisas. O Lngua de Vaca ficava no caminho do Gantois e de outros terreiros situados na Mata Escura como a Casa de Oxumarê (SOUSA JUNIOR, 2018, p. 198-200).

Portanto, há uma confluência de registros históricos que dá a entender que a Fazenda Garcia era um lugar de ampla expressão das religiões afro-brasileiras e outros ritos ligados ao sagrado e às crenças soteropolitanas. Ocupando territórios próximos que circundavam o Garcia e sua Fazenda, a interlocução entre esses espaços religiosos era inevitável, conforme relata o autor. Ao citar uma história contada por Egbomi Cidália, nome de fundamental importância para o candomblé da Bahia, o autor explica que, durante as festividades para Oxum, o Lngua de Vaca, como uma espécie de cortesia entre vizinhos, se deslocava para o Gantois e era recebido e reverenciado por Mãe Menininha e sua família de santo:

Na década de 1940, de lá partia a procissão formada por sacerdotisas, tocando pequenos tambores chamados ilubadami, além de uma cabaça totalmente preparada para a música: o xequerê, em direção ao Gantois. Elas iam vestidas a rigor, dançando (...). Chegando ao Gantois, o grupo era recebido por Mãe Menininha do Gantois. Nesse dia o terreiro deixava o toque ritual Ketu pelo Ijexá (SOUSA JUNIOR, 2018, p. 191).

Essa interlocução entre espaços religiosos comandados por mulheres no Garcia se encontra também em Dona Analia. Apesar de uma sociedade profundamente machista que relegava parte das mulheres a uma sub-representação no espaço público, conforme apontado por Vieira (2013), estas mulheres sacerdotisas exerceram uma liderança religiosa (e também de ocupação do espaço público) e deixaram seus nomes registrados como parte do cotidiano do bairro. Cercada por Mãe Menininha e por Mãe Emília (sucessora de Julia Bagan), Dona Analia ocupou páginas do Diário de Notícias e ganhou a visibilidade de pacientes, consulentes, moradores e leitores da cidade de Salvador.

É possível observar que houve, durante o contexto histórico de 1940, uma confluência da existência de espaços religiosos na Fazenda Garcia. Nesse sentido, compreende-se que a Casa

Verde, nome que foi dado ao espaço onde aconteceram as curas e a peregrinação em torno de Dona Analia, faz parte desse cotidiano religioso do bairro em 1940.¹⁴

Sobre a referência da casa como “verde”, informa-se que, durante as primeiras leituras dos jornais, foi interpretado, pela autora desta dissertação, que a alusão à cor se tratava de uma referência possível ao sentimento de esperança que o espaço representava para os consulentes da curadora. Porém, naquele período, ainda não se tinha obtido acesso à obra “O Alienista” de Machado de Assis, um clássico da literatura brasileira que apresenta a história de Dr. Simão Bacamarte, alienista e que nos termos atuais seria uma espécie de psiquiatra, que após ter feito carreira na Europa, retorna a sua cidade natal e abre um manicômio que nomeia de “Casa Verde”. Na obra machadiana, a priori, as internações realizadas no manicômio eram realmente de pessoas com transtornos mentais, porém, com o passar do tempo, o manicômio torna-se um espaço de internação para quaisquer pessoas que não estivessem alinhadas ao padrão estabelecido pela sociedade da pequena Itajaí, cidade natal de Bacamarte. Ao final, o protagonista entende que ele é o único anormal e se tranca na “Casa Verde” até o fim da vida. Entende-se que a referência do espaço fictício feita pelo Diário de Notícias, relacionando-o com a história de Dona Analia, possui o papel de reforçar a adjetivação de fanatismo que o jornal apresenta sobre o espaço, a curadora e seus consulentes. A Figura 06 mostra a Casa Verde:

Figura 06: Casa Verde



¹⁴ A casa de número 20 na Fazenda Garcia e suas adjetivações foram referenciadas pelo repórter do “Diário de Notícias” como “uma casinha verde, de aparência modesta (...) povoada de gente que lhe toma conta dos aposentos ali se planta o dia todo em busca de um instante apenas de sua atenção” (Diário de Notícias, 1940, p. 08).

Fonte: Jornal Diário de Notícias (05-03-1940)

A imagem da Casa Verde apresentada pelo Diário de Notícias parece ir de encontro às condições de moradia que Silva (1988) aponta para o período em Salvador. Conforme a autora,

A moradia da maioria da população era de péssima qualidade. Isso ocorria em função do aumento de preços que levava os inquilinos a procurarem habitações cada vez piores. Muitos sobrados passaram a ser sublocados e a abrigar um número crescente de habitantes por metro quadrado. Muitos ainda possuíam cômodos sem janelas ou qualquer tipo de respiradouro. A ventilação e a iluminação eram insuficientes, sendo necessária muitas vezes a utilização de iluminação artificial durante todo o dia (SILVA, 1988, p.54).

A Figura 06 acima, que é um recorte da manchete que apresenta Dona Analia à cidade, demonstra uma casa modesta, situada em uma área arborizada, sem grandes luxos, varandas, grandes adornos e duas pessoas sentadas à porta. Há um ar quase bucólico que se diferencia totalmente do atual ritmo da Fazenda Garcia. De acordo com o Diário de Notícias, é nesse espaço que boa parte da história de cura de Dona Analia se desenvolveu, incluindo aí um isolamento que, nos moldes atuais, poderia ser interpretado como uma prisão domiciliar. Na legenda, o jornal reforça a referência às curas realizadas no local: “É ali, na casinha verde, onde Dona Analia está revolucionando a cidade com suas curas miraculosas” (Diário de Notícias, 05-03-1940, capa). Ressalta-se o uso de diminutivo, seja para evidenciar o tamanho da casa, que na imagem parece ser pequena, seja como uma estratégia de desmerecimento do espaço, com o objetivo de apequená-lo e qualificá-lo como um local de pouca relevância.

PARTE 3– “SANEAR E EDUCAR A CIDADE”: NORMAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA ORDENAR SALVADOR EM 1940

Na condição de personagem vinculada a saberes e práticas de cura pertencentes ao cotidiano de Salvador no contexto de 1940, porém combatidas pelas tentativas de ordenamento da cidade, Dona Analia teve sua história marcada por eventos que expôs suas práticas ao poder público da Bahia naquele período. Suas curas foram alvo de investigação dirigida pela Delegacia de Ordem Política e Social – instrumento de repressão criado durante o Estado Novo.

Sobre tal contexto, cumpre sinalizar que Dona Analia vivenciou uma Bahia que, a partir da ascensão do regime ditatorial implantado pelo Estado Novo, apresentou uma nova configuração das relações de poder, o que se efetivou com a chegada dos interventores para conduzir os destinos do poder executivo na Bahia. Em 1938, a nomeação de Landolfo Alves como Interventor Federal estimulou uma profunda integração política da Bahia ao regime. Tal alinhamento fica nítido na publicação “Bahia Tradicional e Moderna”, jornal oficial emitido pelo governo intervencionista, em caráter de prestação de contas das ações promovidas no primeiro ano da gestão. A publicação afirma o compromisso do estado com o governo federal, ao mesmo tempo em que exalta a figura de Getúlio Vargas como o grande articulador de uma união nacional, como se vê no seguinte trecho:

O Estado Novo veio trazer a Bahia um clima e um clima de trabalho construtor e eficiente. Livrou o nosso Estado de uma opressão tremenda: A política partidarista e ferrenha. Essa libertação coletiva produziu imediatamente uma reação salutar: aumentou a confiança no poder público e a capacidade de empreendimento do povo, que se nota perfeitamente no ritmo intenso de trabalho, em todos os setores do Estado. (BAHIA TRADICIONAL E MODERNA, 1939, p. 2)

Pode-se perceber, a partir desse excerto, que a “Bahia Tradicional e Moderna”, divulgava para os habitantes que as ações do Estado Novo referentes à extinção partidária e à criação de órgãos de controle, significava uma “libertação” do povo da responsabilidade de se embrenhar pela esfera pública, atitude que, na concepção da revista, deveria ser delegada à máquina estatal. Tal concepção expõe um caráter profundamente autoritário e anti-povo do regime, o que expõe a

tendência do regime de se relacionar com a população de forma a exercer um controle sobre as suas práticas e o seu cotidiano. Essa postura de controle social do que se lê como “povo”, ajuda-nos a situar Dona Analia – mulher, negra, pobre, médium, moradora de um bairro conhecido à época como “o bairro em que mora a gente pobre da cidade” – como um símbolo de um contraponto social ao que o regime desejava para tal contingente social.

Considerando a importância desse contexto histórico para entender as razões que levam o Diário de Notícias a desqualificar as práticas de cura exercidas pela curadora, será apresentada uma breve introdução sobre a interventoria de Landulfo Alves no Governo do Estado da Bahia. Em seguida, serão apresentadas duas seções sobre o aspecto da saúde pública, com atenção às estruturas de saúde disponíveis à população em 1940. Serão analisados também os discursos de Isaías Alves, secretário de Educação e Saúde, acerca da necessidade de integração entre as áreas.

Esses recortes têm o objetivo de observar se a Educação e a Saúde foram utilizadas como estratégias de ordenamento e saneamento da vida cotidiana dos habitantes de Salvador no período. Será efetuada também uma abordagem acerca do recrudescimento do Código Penal de 1940, observando como este se destinou a promover a criminalização das práticas populares de cura exercidas por quem não estivesse alinhado aos moldes de uma educação formal em saúde. É importante sinalizar que as duas áreas, tanto a educação quanto a saúde, expressam tensão para a história da curadora, visto ela não ser letrada e, apesar de realizar supostas curas e cirurgias (espirituais), não possuir curso superior em medicina ou áreas correlatas.

A fim de entender como o Estado Novo organizou a engenharia político-institucional, que fazia “acenos”, mas também combatia as práticas populares, faz-se necessário acessar o arcabouço ideológico e jurídico sob o qual o regime de 1937 foi erguido. Francisco Campos, ministro da justiça e responsável pela Carta constitucional de 1937, em seu livro “O Estado Nacional”, apresenta, no discurso feito no primeiro ano de aniversário, as finalidades do regime. Para ele,

O Estado Novo teve por fim justamente destruir esse sistema organizado de mistificação nacional, desarticulando os sindicatos, as comparsarias e os grupelhos que, com os seus enredos e maranhas, compunham a prodigiosa teia de engodo da Nação e combater aquele duplo bovarismo, substituindo as antigas instituições por novas, adequadas às

condições reais do Brasil. Sendo autoritário, por definição e por conteúdo, o Estado Novo não contraria, entretanto, a índole brasileira porque associa à força o direito, à ordem a justiça, à autoridade a humanidade (CAMPOS, 2001, p. 377-378).

Visto que o regime é definido por seus pares como autoritário por “definição e conteúdo”, a supressão de elementos não desejados para a construção de uma identidade nacional constituiu-se em uma estratégia política, de modo a produzir uma síntese do que é desejado pelos grupos dirigentes do poder político para o país. Esse processo de transformação e de ordenamento exigiu a construção de narrativas e orientações cujo objetivo era sustentar uma distinção entre as práticas que se configuravam como “atividade ou forma cultural da elite”, ambicionadas para o processo de modernização da sociedade brasileira. Desse discurso, pode-se perceber como a elite política brasileira se empenhou para marginalizar as práticas culturais que se encontrassem fora da ordem cultural a que aspiravam.

Esse processo de ordenamento está intimamente ligado ao que Hall (2015) apresenta como a expulsão de formas culturais não desejadas para a cidade e o seu cotidiano. Esse processo de controle social dos cidadãos faz parte da história de ordenamento das cidades, nas primeiras décadas do século XX. Em Salvador, o “projeto higienizador proposto (...) implicou em ações simultâneas no espaço público, no espaço privado e no modo de vida da população” (VIEIRA, 2013, p.162). Essas ações simultâneas podem ser encontradas na forma como o estado e a imprensa baiana lidaram com a história de Dona Anália, porque suas práticas de cura foram questionadas, investigadas pelo Departamento de Ordem Política e Social e descredibilizadas publicamente pelo Diário de Notícias.

3.1-INTERVENTORIA DE LANDULFO ALVES- ESTADO NOVO E SAÚDE

A implantação do Estado Novo representou um processo de centralização dos poderes político-institucionais regionais na engenharia político-institucional do Governo Federal. Esse processo promoveu mudanças nas relações políticas do país com a entrada de novos atores nas relações de poder, estas, em sua maioria, de uma elite ligada a uma ordem industrial emergente. Como afirma Camargo (1999),

A nova engenharia político-institucional foi o resultado de uma série de mudanças introduzidas ao longo da década de 30, no contexto de um processo de fechamento crescente do sistema político. Entre essas mudanças, cabe ressaltar, desde logo, o fortalecimento do poder do Estado em face das oligarquias regionais (CAMARGO, 1999, p. 25).

O exercício político de fortalecimento do poder do Estado como forma de enfrentar e tentar anular a força política exercida pelas oligarquias regionais se constituiu como eixo ideológico e orientador do regime, o que passou pela quebra e/ou pela cooptação dos referidos grupos nos arranjos institucionais regionais e locais, a partir da nomeação e da articulação de interventores federais. A primeira indicação de intervenção no Estado da Bahia se deu antes da ascensão formal do Estado Novo. O primeiro interventor encaminhado por Getúlio Vargas para a Bahia foi Juracy Magalhães, que “tomou posse no dia 21 de setembro de 1931, no Palácio da Aclamação, onde também empossou seus secretários, sem a presença de nomes expressivos da política do estado” (PINHO, 2011, p. 07). Após a instalação do regime do Estado Novo, em 1937, Landulfo Alves se tornou o interventor escolhido para representar o governo federal, conforme verbete da Fundação Getúlio Vargas:

Landulfo Alves era diretor da Divisão de Fomento Animal do Ministério da Agricultura quando foi nomeado interventor federal na Bahia, graças à sua capacidade como técnico agrícola e à estreita ligação com Geraldo Rocha, amigo do então presidente Getúlio Vargas e proprietário do jornal “*A Noite*”. Assumiu a interventoria em 28 de março de 1938, substituindo o coronel Antônio Fernandes Dantas, comandante da 6ª Região Militar, que ocupava aquele cargo desde a decretação do Estado Novo e a consequente destituição de Juracy Magalhães em novembro de 1937. (COUTINHO, s/d, web CPDOC/FGV).

A Figura 07 abaixo mostra a imagem do referido interventor:

Figura 07: Landulfo Alves (ao centro)



Acervo do Centro de Memória da Bahia

Fonte: Biblioteca Consuelo Pondé - Acervo do Centro de Memória da Bahia

A Figura 07 permite apreender um pouco das ações exercidas pelo interventor federal durante o Estado Novo. No texto imagético, é possível observar o interventor da Bahia, Landulfo Alves (ao centro), sendo recebido em Afonso Pena (Bahia), nome que a vila, até então chamada de Conceição de Almeida, adotou, ao ser elevada para a condição de cidade.¹⁵ Ao seu lado, representantes da Igreja e outros homens vestidos a rigor, provavelmente representantes do poder público local. Entre os presentes, no primeiro plano da fotografia, não se observa nenhuma mulher, expressando mais uma vez uma sub-representação feminina no espaço público. Estas, quando aparecem, estão alinhadas atrás dos homens, como no canto superior direito da fotografia. Ao redor de Landulfo, enfileiradas de maneira organizada, encontram-se crianças, separadas entre meninos e meninas, posicionados em lados opostos, trajadas de forma uniformizada, dando a entender que se trata de estudantes. Toda a figura parece reforçar um ordenamento das relações sociais do período, com o cumprimento de papéis sociais estabelecidos de modo a reforçar a tríade Deus (Igreja), Pátria (Interventores) e Família (Crianças).

É importante frisar que a gestão de Landulfo Alves atuou no alinhamento institucional da Bahia ao Estado Novo, inclusive na propagação da imagem de Getúlio como o grande saneador

¹⁵ A alteração do nome se deu através da Lei Estadual nº 761 de 17-08-1909

das tensões partidárias, consideradas como entrave ao desenvolvimento nacional. Esse alinhamento pode ser apreendido na abertura da revista *Bahia Tradicional e Moderna*, jornal publicado pela Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, em 1939, e que apresenta os feitos do primeiro ano da gestão de Landolfo Alves. Sob o título “A Bahia integrada ao Estado Novo”, a publicação afirma:

O movimento de opinião na Bahia é atualmente unânime no apoio aos princípios da constituição de 1937. Nota-se em todas as classes sociais, uma impressão inteiramente favorável e de pleno acordo a nova política implantada no Brasil com o Estado Novo. É que compreenderam essas classes sociais, o prejuízo que lhes trazia a política partidária, desviando-lhes a atenção das atividades construtoras, tomando-lhes o tempo precioso de seu labor fecundo, submetendo a sua vida a imposições de ordem partidária, que lhes afastavam dos seus verdadeiros deveres para com a Pátria (BAHIA TRADICIONAL E MODERNA, 1939, p. 2).

Percebe-se, nessa publicação, como a participação política partidária, a democracia e os espaços da discordância foram colocados como criadores de prejuízo para o povo e para o que o regime entendia como deveres da população com a pátria. Essa postura ditatorial coloca o fazer político como atividade exclusiva de uma elite política presente na estrutura institucional, deixando para os demais o que se chama de “labor fecundo”. Tal declaração encontra-se alinhada ao caráter autoritário e antidemocrático que o regime apresentava naquele contexto. Conforme Carneiro e Fonseca (1999), em 1937 Vargas ordenou o fechamento de todos os partidos políticos, condenando o fazer político à clandestinidade:

Em nome de um nacionalismo exacerbado, aqui entendido como um fenômeno político moderno, o Estado acionou um universo de símbolos que tinham o poder de “premiar” aqueles que colocassem a vida coletiva acima da do indivíduo, identificando-se com uma entidade única: a nação (CARNEIRO; FONSECA, 1999, p. 333).

Com o objetivo de fortalecer a citada “máquina burocrática”, o Estado Novo elencou a educação e a saúde pública como áreas prioritárias para alcançar o objetivo de promover um modelo de estado capaz de promover o desenvolvimento. Para tanto, pretendia integrar o país, dos centros urbanos aos seus recônditos sertões, implantando ações direcionadas para educar e higienizar a população. Este marco se deu, segundo Sousa (2017), a partir da criação da Diretoria

Nacional de Saúde e Assistência Social, em 1934, cujo propósito era levar o Estado a atuar de forma mais incisiva na oferta de equipamentos de saúde à população. Entretanto, apesar de o Estado apresentar esta responsabilização, foi em 1937, especificamente 3 anos antes de Dona Anália ser inserida nas páginas do Diário de Notícias, que o Estado, a partir do artigo 137 da Constituição promulgada pelo Estado Novo, ampliou a responsabilidade jurídica sobre o estabelecimento de uma política previdenciária voltada para a atenção da saúde do trabalhador. A autora afirma que, naquela altura, “as unidades de Saúde criadas e geridas pela iniciativa privada eram quase o dobro das criadas e geridas pela união, estado ou municípios” (SOUZA, 2017, p. 266-267).

Nesse processo de organização e responsabilização do estado para com a saúde, Horchman (1999) aponta a organização do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) como um marco importante desse contexto histórico, de modo específico, a gestão de Gustavo Capanema, sob a qual foram integradas as áreas de educação, saúde, assistência social e cultura (HORCHMAN, 1999). Do ponto de vista administrativo, a gestão Capanema, foi responsável pela criação de três instrumentos importantes para o objetivo de federalizar e centralizar a Saúde: as Delegacias Federais de Saúde, o Serviço Nacional e as Conferências Nacionais. Ao criar as Delegacias Federais de Saúde (com sede em 8 capitais – a saber: Recife e Salvador, no Nordeste, Belém, no Norte, Porto Alegre, no Sul, e Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste), a gestão pontuou a necessidade de cobertura nacional pela qual o projeto de Vargas ansiava.

Entretanto, esta cobertura não representou a popularização e a escuta da população em relação às ações das áreas no cotidiano da população. Essa questão pode ser observada na convocação das primeiras Conferências Nacionais de Saúde, em 1941, nas quais os entes responsáveis e considerados legais para pensar a Saúde no Brasil eram prioritariamente administradores (HORCHMAN, 1999). Para o MESP, as Conferências deveriam trazer delegações de todos os estados, de forma a integrar todo o país, entretanto, o chamado a pensar a

saúde basicamente se estendeu ao poder público, conforme se pode observar no decreto que convoca a primeira Conferência:

Art 2- O Ministro da Educação e Saúde mandará aos Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre as necessárias instruções relativamente às providências preparatórias da Primeira Conferência Nacional de Educação e da Primeira Conferência Nacional de Saúde fixará a data da respectiva instalação, **designará os funcionários ou extranumerários do seu ministério que a elas devem comparecer, determinando-lhes as respectivas tarefas e presidirá o trabalho de ambos** (BRASIL, 1941). (*grifos nossos*)

Circunscrita ao corpo burocrático do Estado e aos profissionais médicos, a primeira Conferência Nacional de Educação e Saúde apresenta uma saúde ausente do controle social e da participação popular, conceitos agora tão caros ao Sistema Único de Saúde.¹⁶ Para Horchman (1999), essas ações realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) serão as responsáveis por um alinhamento da saúde pública aos objetivos do Estado Novo, no sentido de promover a centralização dos estados:

A principal orientação era a de debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e prevenção, num trabalho conjunto com as delegacias federais de saúde e com os governos locais. O governo federal, dessa forma, através da equipe técnica que atuava nos estados (médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras etc.), aumentava sua presença nos recantos mais remotos do país, conjugando centralização política com descentralização administrativa (HORCHMAN, 1999, p. 85).

3.2 – CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA EM SALVADOR-1940

O período histórico em que Dona Anália vivia era o de uma Bahia com condição bastante incipiente para garantir equipamentos de saúde que dessem conta de um atendimento igualitário aos quase 300 mil habitantes da capital. Sendo assim, neste tópico, busca-se apontar quais eram as estruturas existentes na cidade destinadas ao atendimento à saúde dos soteropolitanos do

¹⁶Os conselhos de saúde e as conferências de saúde se constituem, atualmente, nos principais espaços para o exercício da participação e do controle social na implantação e na implementação das políticas de saúde em todas as esferas de governo. (BRASIL, 2013)

período. Essa abordagem se dá, não como uma forma de apontar a precariedade da assistência pública à saúde dos soteropolitanos como explicação para a existência de curadores e suas práticas de cura, mas por entender a importância de apontar o contexto histórico da área na qual havia a disputa de legitimidade por parte de curandeiros, como a protagonista deste trabalho, em contrapartida dos médicos.

Até a década de 1940 pelo menos, os serviços públicos de saúde na Bahia continuavam voltados ao controle e tratamento das doenças infecciosas e mentais. Aliado a este encontravam-se ações da iniciativa privada, ambas articuladas pelo regime no sentido de ampliar a oferta de equipamentos médico-hospitalares no estado.¹⁷ Quanto à oferta destes equipamentos, Batista (2019) oferece elementos para traçar a existência de uma rede mínima de assistência à população em geral, em especial aos mais vulnerabilizados. O autor aponta para a existência de 03 Centros de Saúde (CDS) atuantes na cidade no contexto histórico citado. Conforme o artigo 37 do decreto 7.336, de 27 de março de 1931, o Centro de Saúde funcionaria como uma “agência centralizada de serviços de saúde e assistência pública, todos coordenados para uma determinada parte da população e operando dentro dos limites de uma área a que possa estender uma ação eficiente” (BATISTA, 2019, p. 246).

Acerca da localização de tais espaços, o autor aponta que o Centro nº 01 estava localizado no Corredor da Vitória, e o Centro nº 02 havia sido construído “no antigo desinfectório, dentro do Hospital de Isolamento de Mont Serrat” (BATISTA, 2019, p. 243). Acerca do Centro nº 03, a sua localização não ficou muito clara, mas cumpre dizer que tais espaços tinha a função de cobrir o atendimento aos Distritos Sanitários da cidade. Além dos CDS, Salvador contava com uma estrutura de saúde voltada ao atendimento daquilo que Souza (2017) aponta como o “flagelo da Bahia”, a saber, a tuberculose. Conforme explica Silva (2015),

¹⁷ No tocante aos pobres e indigentes, por não estarem inscritos na legislação trabalhista e, em consequência disso não estarem assistidos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), os mesmos ficavam a cargo das estruturas públicas pertencentes ao MESP e suscetíveis a encontrar espaço dentro dos poucos equipamentos de saúde pública existentes na cidade (SOUZA, 2017).

(...) até 1930, os serviços de atendimento aos tuberculosos no estado da Bahia centralizavam-se na cidade do Salvador e eram oferecidas pelo Dispensário Ramiro de Azevedo. Quanto ao atendimento hospitalar, havia apenas cinquenta leitos para tuberculosos, distribuídos em duas enfermarias (São Lázaro para os homens e Santa Rosa para as mulheres), no Hospital Santa Izabel, da Santa Casa de Misericórdia (SILVA, 2015, p. 05).

Apenas em 1942, dois anos após os fatos que se deram com Dona Analia, será inaugurado o Hospital Santa Terezinha, fruto da criação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, através da Lei 54 de 25 de Julho de 1936, diretamente ligada a Secretaria de Educação e Saúde (SILVA, 2015), de modo a incrementar os equipamentos disponíveis para atender os acometidos pela doença¹⁸.

As informações acima apontam para uma cidade que, em 1940, contava com ao menos 3 Centros de Saúde, 1 Hospital de Isolamento, 1 Hospital Filantrópico (Santa Izabel), e aí se destaca a influência e o poder da Santa Casa de Misericórdia aqui no estado. Há uma grande probabilidade da existência de outras instituições provenientes dos recursos dos já citados Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e da própria iniciativa privada, mas, como dito anteriormente, cabe aqui apontar os espaços de atendimento à saúde destinados àqueles que não possuíam recursos ou não estavam inscritos na legislação trabalhistas, configurando-se como os mais vulnerabilizados da cidade.

Ao que parece, havia fragilidade do poder público em assumir para si a responsabilidade de ampliar e democratizar o acesso à saúde pública naquele contexto. Por outro lado, nota-se que ainda era incipiente a formação de espaços destinados ao saneamento da cidade e eram inexpressivas as ações preventivas direcionadas ao combate a endemias, epidemias e doenças sexualmente transmissíveis. Porém, o enfrentamento à tuberculose deu conta de garantir, certamente, alguns avanços profiláticos.

¹⁸ No Boletim de Educação e Saúde (1941), observa-se um capítulo inteiro dedicado a apresentar o panorama da doença nos centros urbanos do interior do estado da Bahia. Sob o título “Índices de Infecção tuberculosa em algumas coletividades operárias de Pequenos Centros Urbanos do Interior”, tais dados foram apresentados no 2º Congresso Nacional de Tuberculose e 5º Congresso Pan-americano de Tuberculose. O que chama a atenção em tal material é o foco construído sob as coletividades operárias, como eixo de dispersão da *Mycobacterium tuberculosis* (MTB).

Havia a percepção que era importante debelar epidemias e também endemias; a exemplo da tuberculose, como uma etapa necessária na direção ao rumo do “progresso e da civilização”. Tal perspectiva parece ter sido orientada pela compreensão de que o saneamento de Salvador necessitava ser direcionado especialmente para áreas pobres, onde residiam pessoas como Dona Analia e alguns dos seus consulentes. Essa é uma característica marcante na primeira metade do século XX. Leite (1996); que apesar de tratar das primeiras duas décadas, especificamente entre 1910 e 1920, se constitui em autor fundamental para compreender as relações sociais do período em estudo, aponta como o foco nas áreas pobres da cidade parece ter se dado no sentido de posicionar estes espaços como locais que impulsionavam a disseminação de doenças, sem levar em conta que a disseminação pode tanto se dar pela aglomeração e falta de profilaxia, quanto pela desigualdade socioeconômica e falta de infraestrutura pública existente nesses locais. Para além da profilaxia de espaços populares, as ações votadas para o controle das epidemias, parece possuir também o caráter de enfrentamento às práticas culturais desses espaços. Para o autor:

A grave situação em que se encontrava a saúde das cidades requeria um projeto higienizador urgente, o qual se procurou efetivar seguindo três orientações. Primeira, a implantação de uma política que agia combatendo diretamente os agentes naturais causadores das moléstias, assistindo aos doentes e criando instituições voltadas para o atendimento e a prevenção dos enfermos. Segunda, a intervenção, por meio das reformas, na estrutura física das cidades. Terceira, a implementação de uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente as populares (LEITE, 1996, p. 11).

A análise de Leite nos possibilita observar que durante a primeira metade do século XX, o projeto de higienização da cidade requereu ações para a educação dos cidadãos no sentido de orientá-los a abandonar parte das práticas culturais que não estivessem alinhadas ao projeto higienizador preconizado pelo poder público para o almejado desenvolvimento dos espaços urbanos. Nesse sentido, as práticas culturais, incluindo as de cura exercidas pela curadora, foram identificadas e enquadradas a partir da noção de que aquilo necessitava ser expulso, para que a situação de saúde de tais espaços deixasse de resultar em grave situação e de ser um risco para a cidade. Isto se materializou não só na repressão policial exercida contra Dona Analia, enquanto curadora, e contra seus consulentes, através de inquérito, mas também em um discurso que

associa a procura pela curadora como uma tendência da população soteropolitana do período para o fanatismo a líderes religiosos.

3.4- EDUCAR A BAHIA: CONCEPÇÕES DE ISAIAS ALVES

Se, na esfera federal, a educação e a saúde se constituíam como áreas de centralização política, na esfera estadual, a gestão Landulfo Alves de base intervencionista seguia o mesmo caminho. Nesse contexto, em 1938, Isaiás Alves (cf. Figura 08 abaixo) foi nomeado Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, administrando as áreas de forma integrada, segundo a orientação nacional. O secretário foi um político baiano nascido em 1888 no município de Santo Antônio de Jesus-BA. Formado em Direito, em 1910, a área de atuação do jurista era a educação, na qual defendia a aplicação de testes de inteligência para a organização das classes. Para ele, tais agrupamentos deveriam ser feitos a partir da numeração atingida pela criança através do QI (Quociente de Inteligência). Cabe aqui salientar que Isaiás Alves era irmão de Landulfo, o interventor da Bahia. Portanto, a compreensão das relações de nepotismo parecia não estar muito bem delineada no período, ou não representava um problema moral à gestão intervencionista.

Figura 08- Retrato de Isaias Alves



Fonte: ICEIA Isaiás Alves

A construção de uma política integrada de saúde e educação foi defendida por Isaias em seus discursos. Em 1941, no “Boletim de Educação e Saúde”, publicação oficial responsável por apresentar os feitos da área, o secretário apresenta um discurso realizado durante uma formatura no Colégio São José. A explanação abre o boletim com o tema “Magistério Primário e a

Democracia”. O discurso, de caráter panfletário, abrange o papel que os professores, segundo o secretário, deveriam cumprir no processo de construção de uma identidade nacional e possibilita apreender muito da função normatizadora da educação no período, conforme abordado por Wanderley (1999):

Em todos os povos modernos, o professor é o agente decisivo da disciplina social ou o primeiro desintegrador da ordem da consciência, de que depende todo progresso jurídico e toda a propriedade econômica dos povos. Na hora tormentosa do mundo contemporâneo, quadra de desvalorização de quase todos os padrões morais e sociais, vossa missão sobreleva de importância e significado histórico. Por isso é que, no lento e persistente trabalho de dar consistência a nação brasileira, nenhum agrupamento de operários é mais gravemente responsabilizado que a nobre e dedicada falange de mestres da infância e juventude (ALVES, 1941, p. 05).

Ao apresentar o ideal de futuro da nação pensado pelo Estado Novo, Isaías apresenta a dupla Escola-Professor como essencial para a construção da identidade nacional. Segundo ele, essa dupla tem o poder de dar “consistência moral” à nação brasileira, sendo o professor um ente “gravemente responsabilizado” na tarefa de normatizar a população e seus costumes, a partir dos padrões de modernidade ansiados para o Estado da Bahia em 1940.

Nesse sentido, ao abordar o processo de formação de culturas nacionais, Hall (2015) mostra como a educação e a criação de padrões de alfabetização são apontados como construtores de uma cultura homogênea. Para o autor,

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade (HALL, 2015, p. 49-50).

Dentro da compreensão do autor sobre o papel que uma educação padronizada tem para com os fins de moldar uma identidade nacional, entende-se que a gestão Alves alinhava-se à lógica normativa do estadonovismo. Esta consideração pode ser apreendida a partir do processo formativo dos professores implementado no período e massificado a partir de estratégias como os cursos de férias. Em matéria de 03 de fevereiro de 1939, o jornal “A Tarde” apresenta a

inauguração de um “Curso de férias”, com foco nos “delegados escolares, fiscais de estabelecimento de Ensino Normal, os professores e os inspetores escolares” (s/p). O ato de inauguração, realizado no Ginásio da Bahia, contou com a presença de Isaías e também com a presença de representantes do Departamento de Educação de Minas Gerais, o que indica o alinhamento institucional entre os dois estados e a construção de uma política institucional nacionalizada e conjunta. A Figura 09 abaixo mostra a matéria:

Figura 09- Curso de Férias para o Professorado



Fonte: Jornal A Tarde, 03-02-1939

Percebe-se pela Figura 09 que os cursos de férias eram entendidos como um grande evento. Há, na imagem, uma ampla maioria de mulheres entre as pessoas presentes, todas em trajes formais acompanhadas do uso de chapéus, com olhar atento ao seu interlocutor, que parece estar bastante concentrado ao proferir as suas palavras. A reportagem aponta que as palestras oferecidas no curso orbitam em torno de temas como aritmética, organização do trabalho, geografia e história geral na formação do educador, o que leva a pensar que estes temas constituíam o currículo básico necessário à formação de mão de obra qualificada para o processo almejado de modernização do estado. Este currículo apresentado na formação dos professores,

mostra coesão com o discurso de Isaías Alves, que aponta o professor como construtor de uma moral coletiva.

Tereis (os professores) de auxiliar a criação da consciência coletiva: tereis de concorrer para o aparelhamento material do brasileiro. Cooperarei com os médicos, com os padres, com os agrônomos, com os magistrados nesse lento coordenar de almas e enriquecer de lares, alargar de pastagens e combater de endemias, que é a obra secular e ininterrupta da consolidação da pátria. Para realizardes o inigualável trabalho de homogeneização das nossas populações dentro dos objetivos de formação da democracia brasileira, tendes recebido novas diretrizes, em vossa formação profissional (ALVES, 1941, p. 07).

Para o secretário, a cooperação dos professores, entre outras frentes, deve se alinhar à saúde e a religião no “coordenar de almas e combater de endemias” (p.07). Nesse cenário, o professor é compreendido como uma extensão do médico. Caberá a ele transmitir as informações e as medidas profiláticas que deem conta de enfrentar a doença, de eliminar a moléstia do meio da população. Novamente, Isaías Alves chama as professoras a tal responsabilidade:

Orientá-los-ei no organizar suas cooperativas, no procurar o auxílio das repartições sanitárias da capital e das autoridades do serviço agrícola, tão importantes no contexto da nossa produção. (...) No instante da orfandade, sereis o consolo dos infelizes, nas alegrias da igreja, sereis o colaborador das festividades; na **hora trágica das epidemias, sereis o cauteloso orientador das medidas profiláticas e o auxiliar dedicado e hábil das autoridades sanitárias, situadas em lugares próximos ou remotos.** (ALVES, 1941, p. 11) (*grifos nossos*)

No entendimento do gestor, para o combate de endemias, considerava-se fundamental o papel do médico, mas não se cogitava a presença de agentes portadores de saberes e práticas de cura como Dona Analia. Para fomentar este cenário de disputa entre saberes, a interventoria Alves agiu no sentido de colocar figuras portadoras de saberes não normatizados, como a curadora, no lugar da anormalidade, tratando suas práticas de cura como fruto de “fé cega”, sem levar em conta os aspectos simbólicos e materiais que levaram os seus consulentes a procurarem-na.

PARTE 4- ORDENAR A EDUCAÇÃO, CRIMINALIZAR SABERES E CURAS DE DONA ANALIA: LIÇÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Conforme abordado no capítulo anterior, as curas realizadas pela médium Analia Ferreira dos Santos, apelidada como Dona Analia, repercutiram na imprensa de Salvador, durante os meses de março e abril de 1940. Embora a missiva do irmão de fé da curadora, o Sr. João de Figueiredo, indique que outros jornais também publicaram textos sobre as curas realizadas, infelizmente, nessa pesquisa não foi possível acessá-los, portanto a análise está circunscrita às reportagens emitidas pelo Diário de Notícias sobre o fenômeno.

Primordialmente, cabe observar que a imprensa, enquanto espaço em que se exerce relações de poder político e econômico, não pode ser concebida como uma força isolada do sistema político e social em disputa numa cidade como a Salvador das primeiras décadas do século XX. Dessa forma, conceber a neutralidade do fazer jornalístico é se opor à sua própria origem e papel social. Sobre esse aspecto, Peixoto Junior (2003) frisa que:

o jornalismo vai gradativamente estabelecer seu lugar na sociedade como instituição voltada à legitimação política de determinados setores. A atividade não se apresenta na história com outra função. Seja evidenciando seus autofinanciadores editores, quando o fazer jornalístico era compreendido na sua fase literária (panfletária ou romântica); seja buscando interceder na agenda pública como órgão presumivelmente capaz de influenciá-la, como se registra a conduta do jornal moderno a partir do final do século XIX (PEIXOTO JUNIOR, 2003, p. 27).

De acordo com o autor, o jornalismo se presta à legitimação de determinados setores da sociedade, mas, ao mesmo tempo, exerce narrativas voltadas ao controle e a desqualificação de outros. A esse respeito, abordou-se, na terceira parte deste trabalho a filiação política do Diário de Notícias ao caráter autoritário e elitista do regime do estado novo na Bahia, portanto, não é surpresa que o Diário tenha se empenhado em promover um olhar discriminatório sobre práticas culturais exercidas pelas classes populares da capital baiana.

Ao abordar a imprensa do período e suas denúncias relativas a ritos do candomblé, Pereira (1998) alerta para dois aspectos importantes desse olhar discriminatório. O primeiro é que os jornais buscavam conferir uma homogeneização aos ritos para confundir as práticas do

candomblé com umbanda, com catolicismo popular e por vezes com o espiritismo, sem apresentar as especificidades de cada rito; procedimento semelhante era adotado quando se tratava de informar sobre cada complexo terapêutico. Universalizar práticas populares é uma estratégia das classes dominantes para secundarizar as complexidades de saberes presentes em cada rito.

O segundo aspecto é que os jornais estavam empenhados em combater tais práticas religiosas e curativas como parte de um processo de ordenamento da sociedade baiana, que tentava enquadrar Salvador nos moldes de civilização esperados por grupos instalados no poder político naquele contexto de 1940. Na saúde, por exemplo, a imprensa se posicionou como aliada da classe médica, no sentido de divulgar os avanços científicos, o conhecimento biológico das doenças, o saneamento e o controle epidemiológico (que são conquistas importantes para o desenvolvimento da vida nas cidades e no campo). Além disso, a imprensa, ao tomar os saberes médicos e científicos como referências únicas, insistia em criminalizar e reprimir outras práticas culturais que não estivessem inscritas no padrão almejado. Conforme afirma Pereira,

Os avanços da medicina eram apresentados nos jornais no intuito de dar credibilidade à ciência médica e suas formas de tratamento. Eram publicadas nos periódicos extensas matérias, onde médicos de renome expunham suas ideias sobre os temas que mais os preocupavam naqueles tempos (além das epidemias, o charlatanismo, a feitiçaria, o sobrenatural, o espiritismo e suas origens), tendo sempre como fim último explicar as causas de nosso atraso e de seu trabalho improfícuo (PEREIRA, 1998, p. 52).

Uma leitura do fragmento acima sugere que as práticas populares destinadas à cura eram entendidas pela imprensa baiana como reflexo do atraso da cidade e considerava-as como questões que exigiam uma intervenção por parte do poder público. É importante sinalizar que o higienismo, enquanto teoria e prática aliada às teorias raciais sobre miscigenação e seus impactos culturais, ainda se encontrava em voga no contexto histórico em questão. A autora, que abrange os anos de 1890 a 1940 no seu estudo, explica que tal concepção compunha um projeto de saneamento físico e moral nos espaços da casa e da rua. De acordo com Pereira (1998, p. 29), “a

partir da hegemonia do ideal higienista protagonizado pela educação burguesa e por uma moral familiar/doméstica, seriam formados os cidadãos civilizados do futuro”.

Formar “cidadãos civilizados do futuro” faz parte das estratégias de ordenamento das cidades, e a imprensa escrita do período cumpriu um papel importante, visto ser este um dos meios de informação com mais inserção nas camadas populares de Salvador no período.¹⁹

4.1- DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA BAHIA NA IMPRENSA DE 1940

O Diário de Notícias da Bahia foi fundado no final do século XIX pelo jornalista Manoel da Silva Lopes Cardoso. Lançado em 13 de março de 1885, foi construído a partir de doações realizadas por amigos do jornalista que pretendiam publicar anúncios publicitários. Portanto, o jornal já nasceu com uma tendência voltada para propagandas comerciais. O jornal passou por diversas mãos até ser vendido para Antônio Balbino, que o manteve sob a sua administração até 1942, quando decidiu vendê-lo para Assis Chateaubriand (PEIXOTO JUNIOR, 2003).

Durante o período no qual o jornal resolveu divulgar as curas realizadas por Dona Analia, para ampliar a circulação e leitura, o periódico contava com a seguinte equipe editorial: Antônio Balbino era o diretor, e Edgard Pitangueira era redator-secretário.

Antônio Balbino é uma figura bastante proeminente da política baiana. Quando eleito governador do estado em 1954, construiu sua trajetória política a partir do alinhamento com os setores da aristocracia agrária do estado. Quando esteve à frente da direção do jornal, promoveu uma abordagem editorial que se configurava pelo alinhamento ao regime do Estado Novo. Desse modo, Balbino se empenhava em defender as ações dos interventores, as quais eram combatidas

¹⁹ Quando as práticas de cura de Dona Analia receberam maior destaque da imprensa escrita, em 1940, a comunicação se efetuava basicamente por dois meios: o rádio, que oficialmente fez a sua primeira irradiação no centenário da independência em 1922, e a imprensa escrita. Segundo Neurberg (2012), nas primeiras décadas após a primeira irradiação, a Bahia contava apenas com duas emissoras de destaque, ambas executadas na rede AM: a Rádio Sociedade da Bahia, criada em 1924, e a Rádio Excelsior, criada em 1942. Sobre a imprensa escrita, o primeiro periódico publicado na Bahia foi o Idade d’Ouro do Brasil, em 1811. A produção escrita e jornalística teve origens bem mais diversas, as quais advinham de espaços religiosos, organizações culturais, sindicatos e coletividades no geral.

por outros veículos de imprensa escrita, a exemplo do Diário de Bahia e do jornal A Tarde, que se posicionavam ao contrário do poder estabelecido. A produção cotidiana do Diário de Notícias era formada por um “leque de temas amplos (...) acontecimentos espetaculares, histórias sombrias e misteriosas, assim como o enquadramento de fatos envolvendo pessoas em diversas situações; crimes, dramas passionais, destaques, projeções sociais etc. (...)” (PEIXOTO JUNIOR, 2003, p. 30-31).

O posicionamento conservador do jornal está relacionado com o que Pereira (1998) afirma sobre a disposição da imprensa baiana em promover o saneamento das relações sociais. O anseio pela expulsão de práticas culturais não desejadas na vida comum da sociedade baiana orientou o discurso do jornal durante as primeiras décadas do século XX, uma prática comum por parte da imprensa no período. Leite (1996), embora foque sua análise sobre processos demolidores referentes às reformas empreendidas por J. J. Seabra em Salvador, mostra como a imprensa baiana do início do século XX, junto com os demais poderes, transformou elementos de propaganda política em defesa de uma modernização da cidade, que contemplava também elementos de exclusão sociocultural:

Renegava-se todo e qualquer legado arquitetônico e cultural do passado que pudesse representar um elemento de atraso em comparação às idealizações elaboradas por segmentos das elites; bem como tudo que constituísse um empecilho ao avanço do ambicionado progresso, que vinha abrindo as suas asas sobre todas as nações civilizadas. E, neste sentido, um bom exemplo é o fenômeno de Salvador, onde “os órgãos de imprensa, as lideranças políticas e administrativas e as elites foram os responsáveis pela divulgação da ideia de que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo” (LEITE, 1996, p.13.14).

Conforme aponta o autor, construir uma cidade limpa envolve lidar com as diversas forças sociais que vivem na cidade e que nela exercem as suas influências, portanto, demanda um convencimento construído a partir da educação do cotidiano dessas populações. Essa concepção leva à elaboração da hipótese de que a visibilidade oferecida pelo jornal ao fenômeno tinha o propósito de dar conotações às práticas de cura exercidas por Dona Analia como atividades charlatãs, que eram “atrasadas”, porque não gozavam do respaldo da razão e cujas evidências

materiais não podiam ser demonstradas e repetidas, pois carecia de complexidade metodológica. Portanto, já que não cumpria requisitos racionais, era passível de ser ridicularizada. Provavelmente, tal posicionamento constitui aspectos de uma narrativa cujo significado agudo é construir um sentido para “educar” ou dissuadir a população soteropolitana a se afastar de práticas de cura semelhantes às aquelas oferecidas pela curadora.

Essa noção se alinha à abordagem de Andrade (1998) sobre o papel que a imprensa cumpriu no processo de criminalização de práticas populares de cura, mostrando como a imprensa tentou imprimir, no sentido de divulgar valores orientados para educar a população baiana, indicando o padrão de vida o mais próximo possível das referências brancas e europeias que deveriam ser seguidas. Segundo Andrade,

o discurso unilateral difundido pelo saber especializado, através da imprensa, tentava impor uma moral burguesa, religiosa ou não, através da cristalização de um ideal hierarquizado de valores que modificassem a sociedade e a cultura baiana de acordo com os referenciais do “civilizado” velho mundo (ANDRADE, 1998, p. 49).

Outra possibilidade é convocar sentidos para a trajetória da curadora associando a pessoa e suas práticas a imagens de fanatismo. De acordo com Brito (1997), essa era uma estratégia recorrente da imprensa na Bahia que, ao perceber miragens que cintilam perigos, não hesitou em lembrar as memórias de Canudos, associando-as, talvez, ao mais expressivo movimento social e religioso da Bahia, que desafiou e manteve por cinco anos o enfretamento ao poder instituído pelo regime republicano no final do século XIX.

Outra hipótese vincula-se à estratégia de modernização do jornal de produzir notícia como mercadoria que auxiliasse a vender grande número de exemplares, para se tornar referenciado como uma mídia que representava grupos significativos de moradores que necessitavam desta estratégia, tanto para apresentar suas concepções de modernidade, quanto para aumentar as tiragens diárias (Diário de Notícias, 07/03/1940, capa, s/p).

4.2- SABERES, MAGIAS E CURAS DE DONA ANALIA EM NARRATIVAS DE PACIENTES PUBLICADAS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS.

As curas realizadas pela médium Analia Ferreira dos Santos ganharam ainda mais repercussão depois das reportagens diárias realizadas pelo jornal Diário de Notícias entre os

meses de março e abril de 1940. Conforme apresentado nas partes anteriores, as práticas de cura realizadas por médiuns, rezadoras/es, curandeiras/os, feiticeiras/os, pais e mães de santo, boticários, charlatães, entre outros populares como Dona Anália, sofriam com forte repressão do poder público e da imprensa na primeira metade do século XX. Depois de aspectos do contexto de 1940 terem sido problematizados e discutidos nas seções anteriores, na medida em que abrigam dimensões da trajetória da protagonista, passa-se a prestar a atenção aos relatos de curas, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos seus consulentes nos relatos apresentados pelos que se deslocaram à redação do jornal para publicar suas experiências. Esses relatos eram feitos com o objetivo de defender a médium que se encontrava como vítima de inquérito policial, ao qual, segundo o jornal, estava sendo submetida.

A opção do periódico de, por um lado, dar visibilidade a esses relatos e, por outro, tratar do fenômeno a partir das narrativas folclorizadas do “repórter” e das mensagens desqualificativas do editorial parece evidenciar grande ambiguidade do jornal sobre a questão. Há, entre o primeiro editorial e as matérias finais, oscilações nas abordagens. Quando o fenômeno ainda não estava sob a intervenção das forças policiais, nota-se nas matérias redigidas pelo “repórter” uma espécie de empolgação com as informações que recebia sobre o fenômeno, que ora exaltava a médium, ora tentava enquadrá-los (ela e seus consulentes) como seguidores de fanatismo ingênuo. Porém, quando as práticas de cura começaram a sofrer a intervenção policial, as notícias produzidas pelo jornal passam a apresentar certas reservas quanto às ações da curadora e passam a orientar as narrativas para dar apoio às posições assumidas pelas forças policiais que conduziam a investigação.

Entretanto, de forma alguma, esta ambiguidade deve ser interpretada como um posicionamento neutro em relação ao fenômeno. Como fonte histórica, até a tentativa de se construir uma imagem de neutralidade precisa ser interpretada à luz do contexto histórico e do posicionamento político que o dirige, visto que “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.”

(CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258) Conforme as reflexões apontadas, a escrita jornalística é forjada de elementos de intencionalidade, com fins de legitimar ou deslegitimar determinados grupos, bem como de construir para si uma aura de neutralidade, cuja tese já foi desconstruída pelos autores citados.

A ambiguidade apresentada pelo jornal, ao tratar das práticas conduzidas por Dona Analia, pode ser interpretada a partir da noção de um “avesso do temor”, termo usado por Certeau (1995) para pontuar as contradições presentes na abordagem folclorista sobre a cultura popular. Ao apresentar as práticas da curadora como fruto de uma ação calcada na emoção, alheia ao contexto sociopolítico e econômico, “o repórter” qualifica essas práticas como ações folclóricas e agencia esse contexto a partir da lógica de uma “integração racionalizada”. Isso ocorre da seguinte maneira: divulgar as práticas de cura de Dona Analia levava o jornal a ganhar notoriedade pública no período, através da espetacularização dos fatos, o que inevitavelmente levava a uma compra maior de jornais por parte dos leitores, os quais, possivelmente, eram tanto críticos quanto simpáticos à Dona Analia. Desse modo, dar ênfase unicamente à versão repressiva das ações realizadas poderia gerar certo distanciamento do público que era simpático às ações realizadas pela curadora.

Além da ambiguidade do relato, a espontaneidade precisa ser problematizada, visto que, ao menos em dois momentos, o jornal faz questão de ressaltar tal característica entre as pessoas que prestaram relatos sobre as ações de Dona Analia. O relato das classes populares no tocante aos casos em que há a presença do aspecto da magia, do milagre ou da cura sempre precisa ser analisado com cuidado, principalmente porque, em sua maioria, estes relatos são sistematizados por pessoas alheias ao contexto social em que estes acontecimentos se dão. Em “Os Andarilhos do Bem”, Ginzburg (2010) alerta para essa questão, ao analisar os relatos produzidos pelos Benandanti²⁰ nos inquéritos dirigidos pelos inquisidores. O autor explica que parte dos relatos são trazidos a partir de sessões de “tortura e de sugestões feitas pelos juízes e a lhes negar, por conseguinte, qualquer espontaneidade”. Para ele, as vozes desses sujeitos são escritas por

²⁰ Conforme Ginzburg (2010, p.08), os benandanti correspondem a um “vocábulo italiano que corresponde aproximadamente a “andarilhos do bem”.”

instrumentos como o Santo Ofício, no caso dos Benandanti, e nisso são inevitavelmente deformadas (GINZBURG, 2010, p. 01-08). Essa deformação precisa estar sempre em mente durante a leitura dos relatos, pois há uma forte possibilidade de que houvesse mais informações nos relatos acerca de Dona Analia e de seus consulentes, como também há a possibilidade de que parte das informações sejam infladas pela transcrição do Diário de Notícias. A preciosidade desses relatos repousa justamente na possibilidade de ser feita uma leitura a contrapelo, observando as entrelinhas e as tensões existentes, como será possível observar na diferença entre o relato de Abilio Coutinho, dono de firma de advogados, e o de Waldemar Nolasco, pedreiro.

Feito este preâmbulo, passa-se aos relatos dos consulentes das curas realizadas por Dona Analia publicadas pelo Diário de Notícias. De acordo com a edição do Diário de Notícias (12/03/1940), o primeiro consulente a procurar a redação do jornal foi o Sr. Renato Palma, residente da Rua Marques de Barbacena, logradouro do bairro da Saúde, que se localiza no centro de Salvador. Renato falou acerca do diagnóstico da sua filha, a Sr^a Nadir Palma, aluna do Instituto de Música, informando ao jornal que residia em Cairu, município do interior da Bahia. O relatante prosseguiu informando que, enquanto residia no município, a sua filha teria começado a apresentar dores, o que levou o pai a procurar um médico, que a diagnosticou como tendo uma crise de “apendicite”. Segundo o relato, o médico teria receitado uma medicação que, a priori, obteve sucesso e amenizou as dores sentidas pela estudante. O relato do pai prossegue informando que, após a chegada da família na capital baiana, a moléstia havia voltado a atacar com intensidade, até que pai e filha procuram a curadora com o objetivo de dar fim ao sofrimento (Diário de Notícias, 12-03-1940, s/p).

Um dia entrou-me em casa falando de D. Analia. E um belo domingo fomos juntos a casa verde da “Fazenda Garcia”. Assisti a operação e confesso que imediatamente e a partir de então minha filha voltou a alegria que a moléstia lhe havia roubado. Eu lançaria mão de qualquer recurso. Dona Analia resolveu o problema. O apêndice já em estado de putrefação foi por mim retirado de um ovo que eu mesma levava. Se há “truque”, bendito “truque” que faz curados os que sofrem (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/03/1940, s/p).

O relato do pai oferece elementos interessantes para se buscar compreender as práticas da curadora. O primeiro apontamento é que Dona Analia organizou a sua intervenção na moléstia de Nadir Palma a partir do diagnóstico apresentado pelo médico, o que parece demonstrar que ela também acreditava no instrumental da medicina, oferecendo como solução para o diagnóstico dado pelos médicos as práticas que estavam no seu complexo terapêutico e ligadas ao mundo simbólico em que ela acreditava.

A utilização do conceito de um complexo terapêutico aborda a questão do universo simbólico. Há, por vezes, na decisão e escolha de um determinado tratamento, a existência de simbolismos e crenças diferenciadas. Teixeira (2009) define o complexo terapêutico como:

toda ação terapêutica, seja das chamadas medicinas tradicionais, a das medicinas paralelas ou da biomedicina (dita científica), se volta sempre para estabelecer uma relação entre o doente ou órgão doente e um complexo terapêutico (o tratamento adequado que deve ser prescrito), objetivando uma correspondência entre a causa e efeito. O relacionamento pode estar prescrito sob a forma de medicamentos, ou ainda, pela junção de medicamentos e de ritos (TEIXEIRA, 2009, p. 123).

O relato do Sr. Palma prossegue informando que as curas não haviam findado na sua filha, o seu irmão também havia sido curado por Dona Analia do que ele define como “dor ciática”.

Falo, portanto, por dever de gratidão. Além disso, o meu irmão Edgard Palma, residente em Cachoeira há oito anos sofria de uma dor ciática, esgotando todo os recursos médicos. Era uma perna inútil que ele tinha. Vezes tive de ser chamado às pressas tal o seu estado nervoso, em face do mal que a “trivalerina” amenizou um pouco. Dona Analia ainda dessa vez resolveu o problema (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/03/1940, s/p).

O trecho do relato em que é dito que o irmão do relatante havia “esgotado todos os recursos médicos” possibilita o questionamento dos motivos que levavam os cidadãos soteropolitanos para a porta da curadora, embora não possa ser interpretado como motivo único. Conforme foi mencionado, não se pretende justificar que a procura por práticas populares de cura se dá por uma incipiência de assistência médica, mas as dificuldades de acesso, os limites de uma medicina curativa e as tradicionais práticas de cura materiais e espirituais enraizadas nas culturas material e simbólica de moradores de Salvador também contribuíram para aumentar a descrença na procura da medicina “oficial”. Ao que parece, no relato do fenômeno de Edgard Palma, fica

latente a centralidade que o esgotamento de “todos os recursos médicos” teve para a sua tomada de decisão, visto que teria tentado inclusive usar “trivalerina”, medicamento com função analgésica, sem sucesso. Para além do esgotamento, também pode se deduzir que procurou a curadora porque teve conhecimento de outro relato de “sucesso” atribuído a Dona Analia.

Os motivos que levam à procura de práticas não inscritas no instrumental médico ou de características populares são os mais diversos. Nascimento (2007), ao tratar sobre a persistência de tais práticas no cotidiano popular de Salvador, observa que

esses exercícios de crença e de cura devem ser apreendidos em termos próprios. Para os sujeitos sociais que as praticam, são efetivamente eficazes e cumprem uma função social de “controle do incontrolável. Tanto no que diz respeito a terapêutica utilizada quanto a hábitos alimentares (NASCIMENTO, 2007, p.19).

Nessa perspectiva, os relatos de Renato tanto sobre Edgard quanto sobre Nadir dão a perceber que suas condições de saúde ganharam contornos sobre os quais não possuíam controle. Aliadas ao insucesso das estratégias médicas, as suas doenças estimularam-nos a recorrerem à curadora, com o objetivo de aliviar dores e sofrimentos. Para esses sujeitos, a efetividade das práticas da curadora se dá a partir do momento em que conseguem reassumir o controle de suas vidas. Assim o que é mais significativo para eles não é ter de saber que as moléstias foram realmente debeladas no sentido do instrumental biomédico; mas acreditar na existência da cura a partir das práticas dispensadas no cuidado.

Esse controle da vida e do próprio corpo se expressa a partir da existência do milagre enquanto categoria de análise. O sentido do milagre para os consulentes repousa na noção de que este se constitui em um instrumento prático e discursivo manipulado pelos doentes com o objetivo de se posicionar contra a ordem estabelecida pela doença e pelo diagnóstico contra o seu corpo. Constitui-se, portanto em uma revolta do indivíduo contra a circunstância da doença. Para Certeau (1998), o milagre, para além da esfera da doença, se constitui em uma:

inaceitabilidade da ordem estabelecida, a justo título sob a forma de milagre. Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações socioeconômicas, podia se

sustentar à esperança de que o vencido da história-corpo no qual se escrevem continuamente às vitórias dos ricos ou de seus aliados-possa, na pessoa do “santo” (...) erguer-se (...) (CERTEAU, 1998, p. 77).

Em consonância com esta análise, faz-se importante apontar como o corpo é situado por Certeau enquanto espaço de escrita e, portanto, de educação. Não no sentido literal da palavra escrita, mas de como o corpo é constituído como reação das vitórias produzidas pelos dominantes, o que posiciona o milagre como uma estratégia evocada pelos vencidos para a retomada do controle sobre si, pois a doença se constitui em uma ameaça ao corpo e à sua existência no plano material. Ao abordar o tema, Waldow (2003, p. 165) afirma que “a doença ou a incapacidade resulta em um dano (pequeno ou grande, não importa) na autonomia, integridade, autoimagem e na capacidade de se relacionar com os demais”. Assim, “a falta de compreensão desses aspectos pode ser mais danosa do que a própria doença” (WALDOW, 2003, p. 165). Evocar a existência do milagre se constitui, inclusive, em uma estratégia de compreensão da própria doença.

Outra razão que leva à procura de práticas populares de cura está na participação do sujeito como parte do processo curativo, visto que a formulação desses complexos terapêuticos envolve anos de observação, testagem, formulação de teorias e reprodução, construídas pela vida cotidiana. Para Nascimento (2007),

tais práticas de saúde forjaram uma cultura própria, expressa em uma linguagem específica, cujos códigos são amplamente dominados pela população que a produz e vem resignificando, conforme novos desafios impostos pelas constantes mudanças vividas na sociedade (NASCIMENTO, 2007, p.19).

Desta “dominação” nasce uma relação diferenciada entre os que estão circunscritos à execução de práticas populares de cura e entre os seus consulentes. A relação entre o que cura e o que está doente se estabelece com um grau de confiança diferenciado: ali está presente uma relação nascida da fé em concepções de cura semelhantes, em algumas situações construídas de forma desalinhada com a lei e os normativos estabelecidos para o controle de processos terapêuticos. A clandestinidade estabelece a necessidade de se formar uma rede de autoproteção

individual e comunitária, esta possibilidade leva à reflexão de que este pode ser um dos motivos que explicam a ida dos curados até o Diário de Notícias para defender a curadora. A respeito dessa relação diferenciada, Pimenta (2003) sugere que

é importante não esquecer que essa relação se estabelece, em geral, num momento de fragilidade deste último (o doente), que recorre a uma terapeuta em quem possa confiar. Para tanto, seria necessário que essas pessoas compartilhassem, em alguma medida, concepções de doença e cura (PIMENTA, 2003, p.324).

Para a autora, um não compartilhamento das concepções sobre o tratamento geraria conflitos entre as duas pontas dessa relação. A partilha de uma fé na cosmologia utilizada, independente da origem da mesma, faz-se necessária para a efetividade de um complexo terapêutico. As práticas de cura exercidas por Dona Analia e relatadas por seus consulentes apontam, inclusive, para o aspecto da participação ativa do indivíduo no tratamento. Renato Palma, por exemplo, em seu relato sobre o apêndice inflamado que teria sido retirado de sua filha, mostra sua participação na execução, informando que a protuberância foi retirada de “um ovo que ele mesmo levava” (Diário de Notícias, 12-03-1940, s/p).

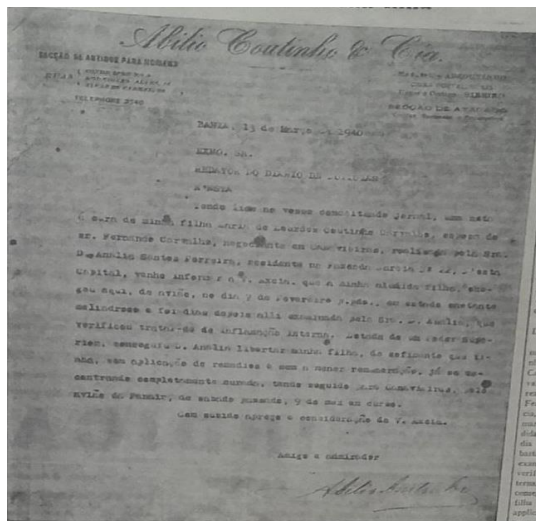
A partir desses elementos, pode-se afirmar que, para quem se torna consulente de um praticante popular de cura, não basta apenas eliminar a doença, mas garantir equilíbrio entre os universos simbólicos e as necessidades materiais, garantindo a sua ciência na decisão do complexo terapêutico aplicado.

Em resumo, o complexo terapêutico está profundamente associado às concepções de vida e as crenças que perpassam a vida do sujeito. Os recursos mobilizados pelo doente, quando a doença se manifesta, podem ou não estar alinhados ao que as políticas de saúde entendem como válidos cientificamente e podem estar aderidos a um complexo constituído “de saberes construídos fora da universidade, resultantes de tradicionais relações de grupos populares com a natureza de onde advém benefícios que são, cotidianamente, transformados e reelaborados (NASCIMENTO, 2007, p. 42). O fato de Dona Analia ter médicos frequentando a sua casa e assistindo suas práticas de cura, além de buscar formas de debelar os males dos seus consulentes a partir do diagnóstico apresentado por outros médicos, demonstra que havia na Casa Verde a

coexistência de inúmeros complexos terapêuticos, tanto o ligado a medicina quanto o trazido pelas práticas populares de cura.

Outro aspecto em relação a procura das práticas de cura que precisa ser desmistificado é a conjectura de ser esta busca uma demanda única das classes populares. Em 1940, em meio a um processo que aponta para um ordenamento da cidade, as relações estabelecidas por Dona Analia mostram que setores mais abastados da sociedade soteropolitana também a requisitavam para atendimentos. Esta evidência possibilita desmistificar a noção de que a procura por tais práticas era exclusiva da população mais pobre. O subtítulo da manchete do Diário de Notícias publicado em 13 de março de 1940, apresenta a chamada: “O impressionante documento assinado pelo sr. Abilio Coutinho relata a cura operada numa filha” (Diário de Notícias, 13/03/1940, s/p). A carta de Abilio Coutinho é reproduzida na íntegra, em destaque:

Figura 10: Carta de Abilio Coutinho ao Diário de Notícias



Fonte: Diário de Notícias (13/03/1940)

A Figura 10, uma fotografia da carta divulgada pelo jornal, permite observar o perfil diverso dos consulentes da curadora. A carta parece ter sido emitida em papel timbrado da

empresa pertencente a Abílio Coutinho e assinada pelo titular que assina como “amigo e admirador” do jornal. A edição o apresenta como “chefe da firma Abílio Coutinho, companhia desta praça” e segue com o relato da cura que teria sido executada em sua filha:

Exmo. Senhor redator do Diário de Notícias- Nesta, tendo lido no vosso conceituado jornal uma nota referente a cura de minha filha Maria de Lourdes Coutinho Carvalho esposa do Senhor Fernando Carvalho, negociante em Canavieiras, realizada pela senhora Dona Analia Santos Ferreira residente na Fazenda Garcia 22, nesta capital, venho informar a V. Exa., que a minha aludida filha chegou aqui, de avião, no dia 7 de fevereiro em estado bastante melindroso e foi dias depois examinada pela senhora Dona Analia, que verificou tratar-se de inflamação interna. Dotada de um poder superior conseguiu Dona Analia libertar minha filha do sofrimento que tinha, sem remédios e sem a menor remuneração. Encontrando completamente curada, tendo seguido para Canavieiras, pelo avião da Pannir de sábado passado, 9 do mês em curso. Subido apreço e consideração de V. Exa. amigo e admirador Abílio Coutinho (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/03/1940, s/p).

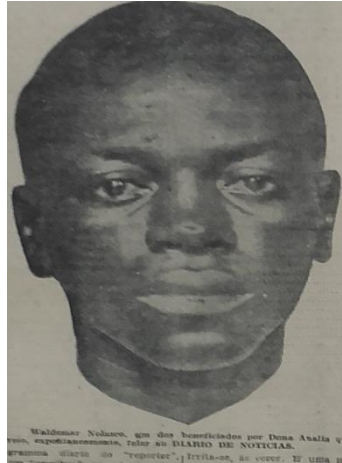
Pela leitura da carta, percebe-se que o missivista e sua filha Maria de Lourdes Coutinho Carvalho pretende tornar público que eles ocupavam posições diferenciadas na sociedade da Bahia. Ao relatar que a filha era esposa de um negociante, o missivista quer mostrar tanto a destacada posição econômica, ainda que não seja possível apontar a classe, quanto a importância da consulente que foi curada pela médium. Mais do que isso, ele prossegue na caracterização da família, quando aponta o estado civil que serve como marcador de uma moral defendida pelo jornal para a sociedade.

Um segundo aspecto que evidencia a posição de classe diferenciada da família é o meio de transporte citado por Abílio Coutinho (o avião) para deslocamento entre a sua residência e a cidade de Salvador. Canavieiras é um município do interior da Bahia, pertencente à região denominada de litoral sul baiano e que, na atualidade, ainda demanda algumas horas para a chegada na capital. Além disso, cumpre apontar que o deslocamento aéreo ainda hoje se constitui em privilégio de poucas pessoas, visto o alto custo. Portanto, em 1940, poder se deslocar dessa forma comprova a condição econômica abastada das famílias Coutinho e Carvalho na sociedade baiana.

O destaque conferido no Diário de Notícias às famílias acima referidas que se beneficiaram do tratamento de Dona Analia despertou o interesse de buscar entender quais eram as condições socioeconômicas dessas famílias. Durante o levantamento de informações, encontrou-se referência à compra realizada pela firma pertencente a Abílio Coutinho de ações da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 15 de abril de 1948. O documento relata que a firma se localizava na Rua Conde D’eu, nº 03, e que esta efetuou a aquisição de 02 cotas no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). É de amplo conhecimento que a aquisição de cotas em empresas, seja ela de caráter público ou privado, pressupõe certa credibilidade pública, haja vista a necessidade de registro para tal procedimento. Publicar relatos no formato de missivas de alguém com tal perfil parece apontar para um posicionamento do jornal no sentido de mostrar a diversidade do público consulente, bem como de ampliar o público leitor das camadas mais abastadas da cidade, que haviam manifestado apoio, mediante declarações públicas, na crença do complexo terapêutico exercido pela médium.

À medida que a história de Dona Analia vai ganhando visibilidade, novos relatos passam a ser publicados pelo jornal. O terceiro relato de cura é de Waldemar Pedro Nolasco, descrito na matéria como um homem “preto alto, de dentes muito alvos que se mostram certos por detrás de uns lábios sempre abertos num sorriso, (...) meio embaraçado, chapéu na mão, no seu traje de trabalho modesto e limpo” (Diário de Notícias, 14/03/1940, s/p). A descrição apresentada pelo jornal para o relatante diverge dos qualificativos utilizados para referenciar os relatantes anteriores, Renato Palma e Abílio Coutinho, visto que em ambos houve o foco nas posições econômicas e profissionais que eles ocupavam incluindo-se a especialidade da sra. Nadir Palma, referenciada como aluna do Instituto de Música. A Figura 11 abaixo retrata Waldemar Pedro Nolasco:

Figura 11: Retrato de Waldemar Pedro Nolasco



Fonte: Diário de Notícias (14/03/1940)

Quando o Diário de Notícias se refere a Waldemar, são evidenciados os aspectos físicos do relatante como: o “sorriso aberto” e a dentição “alva”. A referência à limpeza da dentição e a forma como seu retrato é apresentado pelo jornal guarda similaridades com os anúncios de venda de negros/as escravizados/as durante o final do século XIX. Segundo Freyre (1961), era comum que os anúncios destacassem características como

a cor preta, alaranjada, alva ou fula da pele: geralmente fula; a qualidade de ladino ou boçal, o cabelo encarapinhado, crespo, liso, cacheado, acaboclado, assa, avermelhado e até louro; o tamanho e a forma das mãos e dos pés, ordinariamente grandes e esparramados, ou do nariz, nem sempre chato, às vezes afilado como nos bastardos do estudo, hoje clássico, de Eugen Fischer; os lanhos, talhos, e cicatrizes de “nação”; os dentes quase sempre inteiros e alvos – destaca-se, em muitos anúncios, o estigma do trabalho: a deformação por assim dizer profissional das mãos, dos pés, do andar, do corpo inteiro do escravo (FREYRE, 1961, p. 65).

Todos os elementos que, segundo o autor, eram constituintes dos anúncios de escravos são destacados na descrição de Waldemar, de modo que, 51 anos após o fim da abolição da escravatura, as narrativas objetificadoras produzidas no período ainda foram evocadas pelo Diário de Notícias em 1940. Além das características físicas, destaca-se também a evidência dada pelo jornal aos aspectos distintivos da profissão referentes ao uniforme de Waldemar que, ao mesmo tempo em que aponta a posição econômica de menor poder aquisitivo, aponta também a

sua adequação ao padrão moral e de higiene ressaltados na característica do seu “traje de trabalho modesto e limpo” (Diário de Notícias, 14/03/1940, s/p), quase que como um distintivo de honestidade e fé pública.

Ao iniciar seu relato, Waldemar informa que exerce a profissão de pedreiro e reside no bairro da Federação, nº 120. A profissão exercida pode ser indício do motivo de o jornal ter feito referência à limpeza do seu uniforme, expressando um preconceito de classe relacionada aos que exercem o trabalho braçal. Aliás, o mundo do trabalho se constitui em um diferencial do relato de Waldemar para os demais, seu reestabelecimento em relação à saúde é comemorado principalmente por possibilitar o seu retorno ao trabalho. Em seu relato, fica explícito que procurou o auxílio da curadora porque esteve por muito tempo “preso ao leito e impossibilitado de trabalhar” e era portador de uma doença que o afligia e o levava a “botar sangue” (s/p), até que foi levado para a Casa Verde, local em que ocorriam as curas de Dona Analia, em estado grave, o que exigiu a intervenção imediata da curadora:

Foi com o seu tratamento que fiquei bom. É a ela que eu devo o meu reestabelecimento e o ter voltado ao trabalho como nos dias felizes de antigamente. Estou completamente bom. Sinto-me como outrora. Forte e Robusto. Depois do tratamento utilizei injeções por ela prescritas e completei a minha cura (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/03/1940, s/p).

A alusão de que a curadora prescreveu injeções a Waldemar compõe, juntamente com a referência a retirada de órgãos em procedimentos cirúrgicos, parte das questões que podem ter servido de justificativa para o embate da curadora com as forças policiais, visto que a intervenção a partir de procedimentos, injeções ou cirurgias estaria enquadrada na qualificação que o Código penal de 1940 apresenta sobre a questão no artigo 284, parágrafo primeiro, que prevê pena para quem prescrevesse, ministrasse ou aplicasse qualquer substância, fizesse diagnóstico ou outros atos que anunciassem cura para moléstias, como a que afligia Waldemar.

Entre os fenômenos relatados ao Diário de Notícias, outro chama a atenção pela excepcionalidade. Sob o título “O fim do sofrimento tem sabor de ressurreição”, Raulina Reis é apresentada pelo jornal como a “entrevada de Itapagipe”. A primeira referência feita ao fenômeno se deu durante o relato de Renato Palma até que o relato do pai de Raulina, o senhor

Ataulpho Palmas Passos, é apresentado. (Diário de Notícias, 16/03/1940, s/p). O jornal identifica a sua residência na Praça General Osório, nº 87, no bairro da Ribeira, região do subúrbio de Salvador.

O relatante aponta que a filha se encontrava há 6 anos sem andar, até ser “curada” por Dona Analia. Prossegue o relato informando sobre a não cobrança de remuneração por parte da curadora sobre as curas realizadas em sua filha, confirmando o relato dos outros curados que vieram ao jornal. A figura 12 abaixo, que apresenta Raulina de pé, parece evidenciar que ela foi curada da paralisia dos membros inferiores. Percebe-se que, ao falar de alguns dos relatantes, em especial os que não possuem distintivos como Renato Palma e Abilio Coutinho, o Diário de Notícias busca utilizar imagens dos mesmos. Estas sempre são apresentadas ao leitor de modo a espetacularizar os fenômenos, gerando uma leitura menos caricata dessas pessoas:

Figura 12: Raulina Reis em destaque



Fonte: Diário de Notícias (16/03/1940)

A próxima cura relatada ao jornal é a de Guiomar Marcia de Sá (Figura 11 apresentada mais acima), residente a Rua Quinto Bocayuva, nº 12. Conforme exposto pelo Diário de Notícias, Guiomar

Sofria, horrivelmente. Vômitos, dor de cabeça, enfim, uma série de martírios. Um dia, falaram-lhe em Dona Analia. Alguém que dela havia recebido tratamento. Foi lá. Submeteu-se a uma operação. Exibiu-nos risonha, um frasco contendo um órgão

estranho que ela afirmou havia sido extraído por Dona Analia. O cavalheiro que a acompanhava confirmou tudo. Ele havia assistido. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/03/1940, s/p. s/p).

Figura 13: Guiomar Marcia de Sá, uma das “curadas” por Dona Analia



Fonte: Diário de Notícias (19/03/1940)²¹

O fenômeno de Guiomar apresenta elementos interessantes sobre como os consulentes tomam conhecimento da curadora. “Alguém que dela havia recebido tratamento” (Diário de Notícias, 19/03/1940, s/p) é a fonte para que Guiomar conhecesse a curadora e a procurasse no intuito de também receber tratamento para a sua moléstia. Há aí uma rede de informações formada na cidade, para além das reportagens diárias do jornal. Há entre os consulentes a troca de informação e, possivelmente, de testemunhos sobre as curas, o que pode explicar a quantidade de consulentes que procuram a redação do jornal para falar de Dona Analia. Além da rede de informações, o fenômeno de Guiomar guarda similaridades com o fenômeno de Nadir Palma no tocante ao complexo terapêutico utilizado pela curadora. Em ambos os fenômenos, foram utilizados procedimentos de extração/cirurgia realizados por pessoas incorporadas com guias espirituais, algo denominado pelos adeptos do espiritismo como ‘cirurgia espiritual’. O espiritismo, como expressão religiosa, possui uma forte tendência de dar ênfase ao aspecto terapêutico e sob este repousou boa parte da criminalização de médiuns durante o final do século

²¹ Na imagem aparece a legenda: No clichê acima vemos Guiomar Marcia de Sá, tendo ao lado o frasco que nos exibiu contendo um órgão estranho, conservado em álcool. (Diário de Notícias, 19-03-1940, s/p)

XIX e início do século XX. Além disso, as curas de Dona Analia e suas cirurgias espirituais se dão a partir de elementos simples e que podem ser encontrados em qualquer residência, como o “ovo”, o que torna suas curas um elemento de fácil compreensão pelos que estão sendo curados.

4.3 - A CRIMINALIZAÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS DE CURA POPULARES

Os exercícios de reflexão construídos até aqui apontam para a existência de um projeto político organizado com o propósito de ordenar a cidade, de acordo com uma perspectiva política autoritária e centralizadora que vislumbrava alcançar a modernização que poderia elevar o país ao patamar das nações desenvolvidas. Para tanto, esse projeto buscava expulsar do cotidiano manifestações populares indesejadas, como as práticas de cura mediadas por pessoas como Dona Analia. Desta maneira, é necessário pontuar que as ações e atitudes políticas dos interventores objetivavam estabelecer normas e valores que regrassem as relações sociais e, ao mesmo tempo, delimitassem os lugares que deveriam ser exercidos por interventores no comando do poder executivo.

Desse modo, moradores da cidade com os dons e as habilidades, como Dona Analia, bem como suas práticas de cura realizadas e recomendadas a seus consulentes constituíam-se como fora dos padrões sociais almejados, para o estafe repressivo do Estado Novo na Bahia, para o Diário de Notícias e para representantes médicos afeitos às concepções morais e políticas do poder estabelecido na Bahia; pois não correspondiam às expectativas de desenvolvimento para a cidade de Salvador.

A desqualificação e a criminalização das práticas de cura constituem um campo de lutas no qual a adjetivação moral e jurídica torna-se armas potentes, tanto para minimização da importância dos saberes de cura populares, quanto para aplicar as legislações sanitárias e penais. Talvez o exemplo mais destacado das disputas nesse campo foi o recrudescimento do Código Penal (Decreto Lei Nº 2848, de 7 de dezembro de 1940) que enquadrou inúmeros curadores na conceituação geral de charlatanismo, ao tempo em que aproveitou mote legal para aumentar a

pena daqueles que continuassem a exercer qualquer tipo de prática terapêutica não formalizada pela classe médica.

Conforme se mencionou anteriormente, o regime autoritário implantado pelo Estado Novo tentava o ordenamento da sociedade como forma de controle dos mais variados aspectos da vida da população brasileira (CARNEIRO, 1999). O processo de criminalização posicionava nominalmente as práticas da religião no lugar de magia, sortilégios e talismãs, definindo pena de prisão de seis meses a um (1) ano para quem fosse enquadrado em tal artigo. Pelo novo Código, a pena para quem exercesse curandeirismo sofreu forte recrudescimento, ao ser aumentada de seis meses a um ano, para seis meses a dois anos, cabendo pagamento de multa em ambos os fenômenos. Além da ampliação do tempo de prisão, o que por si só já demonstra um acirramento, o crime de “curandeirismo” foi qualificado. A partir daí, o uso de gestos, palavras e a emissão de diagnósticos tornaram-se crimes contra a saúde pública. Cabe aqui lembrar que tal medida amplia o alcance da punição para práticas de comum utilização pela população, como os benzimentos, as rezas e os remédios fitoterápicos que não fossem produzidos por farmácias ou boticárias, entre outros elementos da cura presente no cotidiano da população brasileira.

Outro aspecto que chama a atenção para o acirramento das tensões em torno do universo da cura é o crime de charlatanismo, definido como “anunciar cura por meio secreto ou infalível”. Nota-se aqui que o aspecto da confidencialidade se tornou fundamental para a construção da criminalização. Conforme Nascimento (2007), o complexo terapêutico evocado pelas práticas populares de cura por vezes é construído em cima de bases orais transmitidas entre gerações, ou sob aspectos que envolvem a predestinação, seja ela genética ou religiosa. Assim, o aprendizado de tais práticas não se dá pelo letramento ou por um referencial teórico adquirido nos cânones tradicionais, mas por outros instrumentais não circunscritos a esta esfera.

As tensões entre saberes se encontram expressas na conceituação de curandeiro e de charlatão realizado por Hungria (1959).²² Para ele, o charlatão e o curandeiro se diferem, sendo

²² Nelson Hungria é um penalista brasileiro e um dos revisores do anteprojeto do Código Penal de 1940. A escolha dos seus comentários sobre os crimes de charlatanismo e curandeirismo; embora produzida em época posterior a Dona Anália, se dá pela sua posição decisiva quando da elaboração do código.

que o charlatão seria um “insincero” sobre a efetividade de seus métodos curativos, enquanto que o curandeiro seria, conforme a definição do jurista, “o ignorante chapado, sem elementares conhecimentos de medicina, que se arvora em debelador dos males corpóreos” (HUNGRIA, 1959, p.154). Há na definição de curandeiro uma disputa acerca do domínio de saberes em cura, trazendo a ignorância sobre o instrumental biomédico e da farmacopeia oficial como um elemento importante para o enquadramento do praticante no código penal.

Enquanto para o charlatão se conjectura até uma possível filiação à classe médica, as definições de curandeiros apresentadas pelo jurista são tomadas de características hostis aos universos mágicos e simbólicos que envolvem práticas populares de cura. O uso, por exemplo, de banhos de folha, garrafadas e raízes são identificadas por Hungria (1959, p. 154) como “remédios característicos dos curandeiros” que “provocam o riso ou a repugnância das pessoas cultas em geração, mas são ainda objeto de entranhada fé entre as classes inferiores ou impermeabilizadas pela rusticidade”. Nota-se nesses trechos uma similaridade entre as notícias apresentadas nos editoriais do Diário de Notícias sobre Dona Analia e seus consulentes, quando este jornal atribui a procura por práticas populares de cura como reflexo da pobreza e de precárias condições de vida.

O processo de combate às práticas populares de cura realizadas por Dona Analia também pode ser observado a partir da repressão às práticas religiosas e culturais dissonantes da aproximação que o regime do Estado Novo buscou construir com a Igreja Católica, incluindo-se aí o Espiritismo. A despeito dessa tensão, há, conforme explica Miguel (2010), tentativas entre os espíritas de uma harmonização com o regime do Estado Novo, também no sentido de garantir alguns privilégios na relação com as forças policiais. Sobre isso, Miguel afirma que

A relação dos espíritas com o Estado na Era Vargas parece ter se dado, de um modo geral, numa ‘tensa harmonia’, marcada por algumas conturbações e, por outro lado, por uma espécie de “parceria” num campo político e religioso atravessado por pressões diversas, como as reclamações dos médicos para se enfrentar a “loucura espírita” ou a intervenção dos católicos conquistando vantagens para a Igreja sobre todas as demais religiões (MIGUEL, 2010, p. 209).

Para Dona Analia, a repressão teve início com uma ação policial que pode ser caracterizada como uma espécie de prisão domiciliar, na qual policiais foram posicionados na sua porta para impedir a entrada de pessoas da comunidade e consulentes na Casa Verde. A justificativa que a polícia alegou para barrar a entrada de pessoas é que a curandeira estaria “enferma, embora, entregue a um abatimento sério, em vista do estafante trabalho a que tem de expor” (Diário de Notícias, 11/03/1940, s/p). Informar a consulentes e a curiosos que a curadora se encontrava doente pode ter sido uma “cortina de fumaça” para justificar o impedimento de acesso, de modo a não criar indisposição com a multidão – uma estratégia que buscou apelar para o bom senso da população em não levar o adoecimento a quem supostamente estava espalhando cura pela cidade. Após a leitura de artigos do jornal e outras informações do contexto, é possível perceber que havia grande quantidade de pessoas se deslocando para o bairro do Garcia, formando um suposto “burburinho” e aglomerações que, de certa forma, deixava em alerta e acendia o sinal de perigo para um interventor que, apesar do poder das armas, não dispunha de forças políticas suficientes para enfrentar um movimento popular que viesse a ganhar força na cidade.

O Diário de Notícias, na edição de 12 de março de 1940, estampa a seguinte manchete: “A casa verde da Fazenda Garcia está guardada por policiais – Dona Analia não pode ver ninguém e nem mesmo a reportagem dela consegue se aproximar”. Talvez isso fosse uma estratégia militar usada pela polícia para manter a curadora isolada. Na primeira entrevista que concedeu ao “repórter” encarregado de acompanhar o fenômeno, a curadora já demonstra, de acordo com o excerto abaixo, preocupação com a publicidade que as ações de cura alcançaram na cidade. Ao que parece, ela previa que a visibilidade de suas práticas na imprensa lhe traria problemas com a justiça. Ao responder ao repórter, Dona Analia comenta:

Mas o senhor não imagina como me faz mal a publicidade que fazem em torno do meu nome. (...). O Senhor queria ver-me. Aqui estou. Mas, por favor, esqueça-se de mim. Não é por gosto que estou me sujeitando a essa canseira que não cessa. Eu serei perseguida. Incompreendida. Mas que fazer? Já não posso voltar, porque eu sou um destino que não retrocede (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/03/1940, s/p).

A afirmação da curadora sobre ser perseguida pressupõe que ela possuía consciência de como suas curas poderiam ser enquadradas no crime de charlatanismo e poderiam levá-la à prisão. Revela ainda que Dona Anália, apesar de não ser letrada, possuía capacidade analítica sobre o contexto sociopolítico em que se encontrava e sobre os riscos que dele advinham. Ciente das repercussões de suas ações curativas, ela observa que

As minhas curas, eu sei, estão causando profundo rebuliço. Tenho de dar satisfação à polícia pelas minhas atividades, e estou disposta para tanto, a operar dentro da própria delegacia, para que todos vejam. Um investigador, doente da garganta, logo esteja em condições, será por mim, em presença de autoridades, devidamente operado, praticarei uma intervenção, como as que tenho feito assistidas até por médicos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/03/1940, s/p).

Além do conteúdo publicado no jornal e da decisão da polícia em montar guarda na casa da curadora impedindo o acesso de novos consulentes ao seu interior, o rebuliço causado pelas curas de Dona Anália a levou a tornar-se vítima de um inquérito policial, realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Essa investigação é um ponto instigante da história de Dona Anália, pois as curas que realizava, de acordo com o Código Penal de 1940, podiam ser tipificadas como curandeirismo ou charlatanismo considerados crimes comuns, entretanto, estes não foram investigados por uma delegacia comum mas pelo DOPS, um órgão conhecido pelas ações de repressão política durante o regime do Estado Novo. Ao levantar informações sobre o expediente do órgão, percebe-se que suas operações objetivavam mesmo reprimir ativistas sociais, em especial os ligados a organizações de esquerda. Há pelo menos um mandado de prisão expedido nesse sentido pelo delegado Leôncio Gomes de Azevedo, identificado pelo Diário de Notícias como sendo o responsável pelo inquérito de Dona Anália.²³

Tais ações por parte de órgãos de repressão parecem demonstrar o intuito de combater a reprodução de práticas culturais indesejadas, bem como o desejo de não permitir a aglomeração de pessoas com a capacidade de gerar tumulto. Outro aspecto a ser considerado é que a Fazenda

²³ O mandato contra Ricardo Marcelo Martins em 22 de novembro de 1941 é expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social e assinado pelo delegado Leôncio Gomes de Azevedo. O mandato afirma especificamente que a prisão foi decretada vide o mesmo ser “suspeito como comunista”.

Garcia era um bairro de origem proletária, um espaço de infraestrutura deficiente, conforme descrição do “repórter”; então, talvez por essas características, o regime temia que aglomerações naquele território pudesse gerar algum tipo de levante ou manifestação contra a ordem instituída. Talvez para conter o medo, tomava precauções em ação preventiva para manter o controle sistemático a curadoras e seus seguidores. Nesse sentido, não foi por acaso que Dona Analia pode ter sido enquadrada pelo DOPS e pelo mesmo delegado responsável por solicitar a prisão de comunistas.

Outro aspecto repressivo sobre as curas de Dona Analia se deu a partir da apreensão de “vinte e dois frascos contendo órgãos estranhos” (Diário de Notícias, 11/03/1940, s/p) que haviam sido encontrados em sua residência e encaminhados ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues para averiguação do conteúdo, o que gerou uma verdadeira celeuma na história. Como foi mencionado anteriormente, há, no complexo terapêutico da curadora, uma forte proximidade com as cirurgias espirituais e a retirada de órgão em estado de putrefação já havia sido referenciada, assim, não causa espanto que houvesse alguma referência da existência de objetos que simulavam órgãos no local das curas. Usando da ambiguidade, o jornal passa a pautar o poder público e pressionar por sua presença durante a análise do conteúdo dos frascos, utilizando o discurso da necessidade de neutralidade nos exames realizados. Intitulando-se a si mesmos como “profissionais de sua confiança” (Diário de Notícias, 11/03/1940, s/p), embora, no relato da curadora, ela não os tenha designado para tal:

A reportagem não conseguiu apurar, quando esse exame se processará. Quer, entretanto, sugerir que, para melhor divulgação das providências, que com superioridade, a polícia vem realizando o referido exame deve ser acompanhado. Ainda mais: Dona Analia, pelos representantes da imprensa, que é parte interessada, diretamente, na conclusão do mesmo, também está no direito de fazê-lo acompanhar, por um profissional de sua confiança (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/03/1940, s/p).

Alinhado a isso, o jornal, provavelmente descontente com a falta de insumos para as suas notícias, compele as responsáveis repetidas vezes sobre o resultado do exame realizado nos frascos ²⁴, até que a missiva de João de Figueiredo, o já citado irmão de fé da curadora, é

²⁴ Edições do Diário de Notícias de 16/03/1940; 17/03, 1940; 19/03/1940 e 29/03/1940.

apresentada ao público contestando o resultado. Sua aparição ao público se dá, segundo ele mesmo, com o objetivo de pedir “vênia para bordar reparos em torno dos comentários depreciativos dos jornais e explicar o fenômeno dentro da doutrina espírita”, à qual alega pertencer. (Diário de Notícias, 01/04/1940, s/p). A indignação do irmão de fé na carta dá a entender que o resultado do exame realizado por Nina Rodrigues mostrou que os frascos continham pedaços de frango ou algo parecido com isto, o que o leva a questionar sua veracidade:

Não será, portanto, com a fricção de um ovo por duas ou três vezes, mesmo dez, vinte ou mais, que, ao parti-lo, sairá de seu interior artérias ou carne de galinha. (...) Não se diga tratar-se de uma fraude, que a médium toda vez que fosse partir um ovo, por meio da mágica ou prestidigitação fizesse aparecer peças de galinha. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/04/1940, s/p)

A indignação de João de Figueiredo sobre a tentativa de desmoralização da curadora parece ocorrer tanto no sentido de defendê-la diante do público, quanto na utilização do fenômeno para educar a população sobre a imagem pública do espiritismo como uma religião destinada à caridade e ao fazer religioso, buscando afastá-la de possíveis acusações de fraude. Inclusive, ele conta isso em seu relato, quando diz que “a fraude somente se verifica quando move o interesse, esse ou aquele, porém sem o interesse e se houvesse interesse da parte do médium já estaria rica.” (Diário de Notícias, 01/04/1940, s/p). Sendo assim, se não há cobrança nas curas, Dona Analia não poderia ser responsabilizada.

Conforme aponta Miguel (2010, p. 212), “havia uma preocupação explícita dos espíritas em figurar como praticantes de uma religião, respeitada enquanto tal, para ficar sob a proteção da Constituição”. Dessa forma, a disputa de narrativa sobre a religião em um jornal de prestígio e em um fenômeno que ganhou a atenção pública cumpria uma função educativa importante para uma religião que vivia em “corda bamba” no que se refere à criminalização de suas práticas terapêuticas.

Nesse sentido, menciona-se novamente Hungria (1959), visto que, a despeito da diferença temporal entre o fenômeno de Dona Analia e os comentários do autor ao código penal, Hungria

oferece elementos para observar como as classes dominantes enxergam as práticas terapêuticas desenvolvidas pelos espíritas em seus centros, os quais ele chama de *medicine-men* do espiritismo. Para o autor, “mais que todos os sortilégios e bruxedos, a prática do espiritismo-medicina constitui um grave e generalizado perigo, pois, inculcando curas milagreiras, induzem os crédulos a repudiar com sério e, às vezes, irreparável dano à própria saúde, os recursos preconizados pela ciência médica”. (HUNGRIA, 1959, p. 155). Percebe-se que a grande questão contra as práticas populares de cura repousa na tensão entre os saberes populares que podem levar os indivíduos a repudiar os recursos da ciência médica e os saberes do instrumental da medicina. Figuram aí os aspectos da disputa de espaço e de legitimidade perante a população e perante os poderes estabelecidos.

05 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os motivos que levaram o jornal Diário de Notícias a desqualificar as práticas de cura ministradas pela médium Analia Ferreira dos Santos, entre os meses de março e abril de 1940, apelidada como “Dona Analia”, moradora da Fazenda Garcia, bairro de Salvador, Bahia.

A revisão bibliográfica sobre o tema, no contexto histórico e sociopolítico do período, e a análise de dados e de reportagens realizadas pelo jornal Diário de Notícias mostraram que as forças políticas, jurídicas e jornalistas da época tiveram como objetivos defender um processo de modernização e justificar a tentativa de controle e repressão às práticas culturais das classes populares da cidade, incluindo as práticas de cura.

Para a análise das fontes utilizadas nessa pesquisa – manchetes e reportagens do Diário de Notícias, dados do censo do IBGE de 1940, teses jurídicas, periódicos institucionais da gestão Landulfo Alves e discursos de Isaías Alves –, foi utilizado o método da Micro-história, porque as reportagens publicadas descontinuamente em dois meses levou à redução da escala de observação na história de Dona Analia, para cruzá-la com uma análise mais detida do cenário político e social da cidade de Salvador em 1940.

Observou-se que a abordagem construída pelo jornal, nas reportagens sobre Dona Analia, defende a manutenção de um processo de modernização autoritária, conduzida por interventores do Estado Novo, que pretendem construir um ordenamento para a cidade de Salvador em 1940. Para alcançar esse propósito, foram empregados dispositivos judiciais, policiais, discursivos e institucionais mobilizados tanto pelo poder público quanto pela imprensa. A esse respeito, Leite (1996, p. 15) considera que “o encargo da condução do processo modernizador da cidade, no que diz respeito tanto às reformas físicas quanto aos aspectos referentes à ordem social, ficou por conta do poder público federal, estadual ou municipal, quando não estiveram eles articulados entre si”.

Rememora-se que durante a condução do processo modernizador, no período em que as práticas de cura de Dona Analia receberam a atenção da imprensa escrita, o estado da Bahia e a

cidade de Salvador estavam sob o poder executivo do regime ditatorial. Tal condução política era categorizada pela perseguição a figuras que, por motivos diversos, gerassem qualquer tipo de movimentação que levasse a um questionamento da intervenção do governo federal. Nessa perspectiva, as práticas de curas que geraram um enorme fluxo de consulentes ao bairro onde residiam os pobres da cidade, promoveu temor ao poder instituído, o qual resolveu, como ação preventiva, enquadrar Dona Anália, não nas ações de Jogos e Costumes, mas na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

O ordenamento de Salvador buscou enquadrar nos padrões de modernidade uma cidade com profundas diferenças sociais, raciais e de gênero que se expressava no parco acesso à assistência de saúde, visto que havia uma existência insuficiente de mecanismos destinados à saúde pública, em especial àqueles indivíduos que não tinham ligações trabalhistas, bem como havia também diferenças no acesso educacional. Em 1940, a cidade contava com espaços insuficientes que possibilitassem à maioria da população o acesso à educação formal. No cenário do estado, o índice de analfabetismo entre a população feminina era de 19%, e de 33% entre a população geral.

No que se refere ao acesso ao ensino e a universidade, a cidade contava com uma hegemonia quase absoluta da população branca, especialmente entre os chamados cursos de alto prestígio, figurando entre eles o curso de medicina. Em um processo excludente como esse, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, como Dona Anália, que constituía a maioria da população que era preta e/ou parda, ainda se encontrava sub-representada nos círculos da educação formal. Dessa forma, a possibilidade de a curadora possuir uma inserção formal na área da saúde é praticamente nula, o que a coloca como alvo da criminalização de práticas populares de cura no período em questão.

A narrativa produzida pelo jornal Diário de Notícias – sob a administração de Antônio Balbino, que futuramente se tornaria governador do estado – buscou identificar as práticas populares de cura como uma parte do cotidiano da sociedade soteropolitana a ser extirpado. Para o jornal, a fé nas práticas de cura exercidas por pessoas como Dona Anália é fruto, inclusive, de

uma constituição racial, o que o editorial chama de “caprichos com que a natureza o dotou a tendência para crer” (Diário de Notícias, 05-03-1940, s/p). Ao se observar o discurso apresentado nos comentários de Hungria (1959), percebe-se que a atribuição de tendência ao fanatismo é uma constante, quando se trata de adjetivar a população negra da cidade, os seus ritos, práticas e cotidiano.

Ao longo deste trabalho, foram apresentadas informações e reflexões sobre a constituição racial e social da cidade em 1940, sobre o acesso à educação formal por partes de mulheres como a curadora, sobre as fragilidades no acesso à saúde pública por parte das classes populares em Salvador e sobre as ações da Educação e Saúde, no sentido de educar e sanear a cidade ao passo. Além disso, refletiu-se sobre a postura do Diário de Notícias de empreender lições para a cidade, a partir da folclorização e desqualificação de práticas populares de cura, como as de Dona Analia; bem como sobre as incursões policiais realizadas na Casa Verde e contra a curadora, incluindo-se o estabelecimento do inquérito citado como tendo sido instituído pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Diante de tudo isso, pode se concluir que o jornal visibilizou e desqualificou o fenômeno das curas de Dona Analia como parte de ações do executivo e demais setores públicos, no sentido de orientar a cidade sobre referências que julgavam necessárias para moldar o cotidiano das classes populares, com o propósito de promover a supressão de elementos e manifestações culturais que considerava indesejados para o ordenamento da capital baiana, dentre as quais incluíam-se práticas de cura, como as efetuadas por Dona Analia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 137-160, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200008&lng=en&nrm=iso>> Acesso em: 03 mar 2021.

ALVES, Landulfo. In: COUTINHO, Amélia, **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001** Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landulfo-alves-de-almeida>>>. Acesso em: 17 out 2020.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2009. 2. ed.

BALBINO, Antônio In: COUTINHO, Amélia, **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/antonio_balbino>>. Acesso em: 09 set 2021.

BACELAR, Jéferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: Rito Nagô**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BATISTA, Ricardo dos Santos. Centros de Saúde em Salvador. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Simone Santos de A.; NOGUEIRA, André Luis Lima (Org.). **Artes de curar: doenças em perspectiva**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BRITO, Gilmaro Moreira. **Pau de Colher: na letra e na voz**. São Paulo: EDUC, 1999.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: Uma dinastia de pioneiros**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983. 3. ed.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rios. Mensuração Racial e Campo Estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente, **Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**. Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set-dez, 2009.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Conselho Editorial, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de Saúde Pública e Previdência: 1937-1945. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. Licantropia Sertaneja. **Imburana: revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses**, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 9, ago., 2016. Disponível em: <<<https://periodicos.ufrn.br/imburana/article/view/9914>>>. Acesso em: 20 jul 2021.

CASTILLO, Lisa Earl. O Terreiro do Gantois: Redes Sociais e Etnografia Histórica no Século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092017000100313#fn91>>. Acesso em: 06 fev 2020.

CASTORE, Maria Elena. **A Fábrica e o Bairro**: um estudo sobre a paisagem industrial no bairro de Plataforma em Salvador. 2013. 322 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

CERTEAU, Michel. de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p. 123-144.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney (Org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de História Social**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, 2017. Disponível em: <<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>>. Acesso em: 14 maio 2021.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornal do século XIX** (Edição digital). São Paulo: Global, 2012.

GATTI, Bernadete. A construção metodológica da Pesquisa em Educação: Desafios. **RBP**AE, v. 28, n. 1, Rio de Janeiro, p. 13-34, jan/abr., 2012. Disponível em: <<<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066/23315>>>. Acesso em: 16 out 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 19, p. 247-281, julho, 2003. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a10.pdf>>>. Acesso em: 30 Out 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1, 2006, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>>. Acesso em: 19 jul 2021.

GOMES, Adriana. **Os impressos e a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: os debates retóricos em jornais do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2015/impressos-criminalizacao-espiritismo-codigo-penal-1890.pdf>>>. Acesso em: 28 out 2020.

GONDRA, José Gonçalves; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A Escola e a Produção de Sujeitos Higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez., 2002. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10449/10011/31673>>>. Acesso em: 20 jul 2021.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora. In: **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

HORCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de Saúde Pública e Previdência 1937-1945. **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal** (Decreto Lei de nº 2848 de 7 de dezembro de 1940), Volume IX, Arts 250 ao 361. Rio de Janeiro: Editora Revista Forense, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Linha do tempo – síntese da História do IBGE (1936-2016), janeiro/2017, Disponível em: <<<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/linha-do-tempo>>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das Mulheres no Magistério da Bahia**: o resgate de uma história. 2006. 181f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LIMA, Marta Maria Leone. Magistério e Condição Feminina: ritos, mitos e fatos. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; ALVES, Ívia (Org.). **Mulher e gênero na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. Isaías Alves através de seu arquivo pessoal: possibilidades de leitura. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 76-92, 2010.

MIGUEL, Sinuê Neckel, O Espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na Era Vargas. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, dez, 2010.

NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Sagrado/Profano no trato do corpo e da saúde na “Metrópole Negra”**: Salvador nos anos 1950/1970. 2007. 356f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17836>>>. Acesso em: 19 maio 2020.

OLIVEIRA, Iris Verena. Outras histórias do povo de santo, feitiçeiros e curandeiros soteropolitanos (1930-1960). **Revista ODEERE**: Legados Africanos e Experiências do Sagrado. Jequié, v. 3, n.3, p. 153-174, jan./jun., 2017. Disponível em: <<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1577>>>. Acesso em: 02 mar 2020.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. **Adeptos da Mandinga**: Candomblés, Curandeiros e Repressão Policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970). 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8604/1/Oliveira.pdf>>>. Acesso em 15 fev 2021.

PASSOS, Elizete. **Henriqueta Catharino**: 1886-1969. Salvador: EDUFBA, 2010.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade. **Práticas Mágicas e Cura Popular na Bahia** (1890-1940). 1998. 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador BA, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*, São Paulo, Contexto, 2016.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 307-330.

PINHO, Ana Luísa Araújo Caribé de Araújo. **De Militar a Líder Político**: A interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais**. São Paulo, 2011.

PIERSON, Donald. (1945c). **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira.

QUEIROZ, Marijara Souza. De escola para mulheres a museu feminino: o colecionismo de Henriqueta Martins Catharino. In: 15º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (**Anais Eletrônicos**). Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474401190_ARQUIVO_DatosMarijaraa_djuntossintitulo02410.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

REIS, Marieta. **Do moço do anel às coisas do azeite**: Um estudo de práticas terapêuticas no candomblé. Salvador: Kawo Kabiesile, 2014.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre Crença e Cura no Rio de Janeiro Imperial**.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: HUCITEC, 1986. 3. ed.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**: Estudo de Geografia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. 2. ed.

SARDENBERG, Cecília M. B. Mãe e Filha: Etapas do Ciclo de Vida: Trabalho e Família entre o antigo operariado baiano. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 29, p. 21-47, jul./dez. 1998.

SILVA, Caroline Santos. **Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação**: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894). 2011. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia,

Salvador. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12851/1/Vers%C3%A3o%20digital%20-Com%20o%20forceps%20na%20m%C3%A3o%20c%20ha%20de%20se%20parir%20uma%20na%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. **Entre Trilhos, Andaimos e Cilindros: Acidentes de Trabalho em Salvador**. 1998. 170f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1988._silva_maria_elisa_lemos_nunes_da._entre_trilhos_andaimos_e_cilindros_acidentes_de_trabalho_em_salvador_1934-1944.pdf>>. Acesso em: 25 mai 2021.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. Cidade Tísica: A Tuberculose em Salvador nas Primeiras Décadas do Século XX. In: V Encontro Estadual de História ANPUH-BA (**Anais**). Salvador, 2010.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Sociedade, Política e Saúde na Bahia. **História: questões e Debates**, Curitiba, v. 65, n. 1, p. 263-284, jan-jun, 2017.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. **Corujebó, Candomblé e Polícia de Costumes**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TEIXEIRA, Maria Lino. Bori – prática terapêutica e profilática. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (Org.). **Leituras Afro-Brasileiras: Território, Religiosidades e Saúdes**. Salvador: EDUFBA/UFSM, 2009.

VALENTE, Rami. **Mapeamento Diagnóstico do Espaço Público do Bairro da Fazenda Garcia e Propostas de Intervenção**. 2016. 60f. Monografia (Curso de Especialização Técnica, Habitação e Direito a Cidade) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://residencia-ae.ufba.br/sites/residencia-ae.ufba.br/files/trabalho_final_-_rami_valente_r2_0.pdf>>. Acesso em 25 maio 2021.

VIEIRA, Cláudia Andrade. **Imagens reveladas, Diferenças veladas: Relações de gênero na dinâmica do espaço público em Salvador-Bahia**. 2013. 283f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23891/1/Tese%20-%20Claudia%20Andrade%20Vieira.pdf>>>. Acesso em 25 mai 2021.

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 13-25, 2005.

FONTES:

PERIÓDICOS OFICIAIS:

BAHIA TRADICIONAL E MODERNA- Boletim emitido pela Secretaria de Educação-Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, 1939, Edição 01, Volume 01.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO E SAÚDE- Boletim emitido pela Secretaria de Educação e Saúde, 1941, Edição 01, Volume II.

CENSOS

Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)

JORNAIS

Jornal A Tarde, 03/02/1940

Jornal Diário de Notícias, 05/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 07/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 11/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 12/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 13/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 17/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 18/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 19/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 29/03/1940

Jornal Diário de Notícias, 01/04/1940

FOTOGRAFIAS

Coleção Lorenzo Turner

ICEIA Isaias Alves

Biblioteca Consuelo Pondé-Acervo de Memória da Bahia

LEIS E DECRETOS

BRASIL, Decreto Lei Nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>, Acesso em 07 jan 2020.

BRASIL, Decreto Lei Nº 2848 de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm, Acesso em 07 jan 2020.

BRASIL, Decreto Nº 6.788 de 30 de janeiro de 1941, Convoca a I Conferência Nacional de Educação e a I Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências, Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/1confna_ed.pdf>. Acesso em: 16 out 2020.

BAHIA, Lei Estadual Nº 761 de 17 de agosto de 1909, Eleva à condição de cidade com a denominação de Afonso Pena.

JUDICIÁRIO

Mandado de Prisão expedido contra Marcelo Martins em 22/11/1941.